ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDAI
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
ADUR-RJ - S. SINDICAL – ANDES - SN

ADUR-RJ S.SIND

End. Rodovia BR 465 – Km7
CEP: 23851-970
Telefones: (21)99919-7788/ (21)99158-4389
E-mail: adurrj@adur-rj.org.br

Seropédica, 04 de novembro de 2026.

NOTA TÉCNICA DA ADUR

Nº 02/2026

BRASIL: PIB, INFLAÇÃO E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS (2003-2026)[1]

Miguel Henriques de Carvalho (Professor do DeCE-ICSA-UFRRJ
e segundo tesoureiro da ADUR-RJ).[2]

[1] Com dados até 02 de novembro de 2026.

[2] Agradeço ao professor Kaio Pimentel (IE-Unicamp) pelas críticas e sugestões. Os erros e omissões remanescentes são de responsabilidade exclusiva do autor.

Conclusões principais:

1. Após um longo período de crise econômica, com queda do nível de atividade econômica, iniciada em 2015, apenas em 2022 o PIB superou o nível observado em 2014, segundo dados do IBGE (2026), algo que só aconteceria para o PIB per capita em 2024, segundo dados do BCB (2026). Em 2025, o PIB encontrava-se cerca de 11% acima do valor observado em 2014 e o PIB per capita 4,2%.

2. Na média, segundo dados do Banco Mundial (2026), para o período entre 2023 e 2025, foi registrada a aceleração do crescimento do PIB per capita, que atingiu 2,6% a.a., de forma que o país cresceu acima das economias de renda alta, da média mundial (1,9% a.a.), da América Latina e Caribe (1,6% a.a.) e dos demais mandatos presidenciais anteriores desde 1979, com exceção do Lula II (2007-2010, 3,7% a.a.), mas abaixo da média dos países de renda média (3,7% a.a.). Em 2025, o PIB per capita brasileiro atingiu US$ 9.566 (preços constantes de 2015), cerca de 23% da média das economias de renda alta, indicativo da posição de atraso relativo estrutural do país. Observa-se que, considerada a série histórica do Banco Mundial (2026) iniciada em 1960, em 2002 essa razão era de 22,5%, tendo atingido o pico da série em 1980, quando esta razão foi de 32,9%.

3. Entre 2023 e 2025, a taxa de inflação medida pelo IPCA (IBGE, 2026), embora não tenha atingindo o centro da meta de 3,0%, manteve-se abaixo da média histórica de 6,2% a.a. do índice desde que o Regime de Metas de Inflação foi instituído, em 1999, tendência também observada para outros índices de inflação nacionais como o IGP-M (FGV) e INPC (IBGE), assim como para o IPC (FIPE), aplicado ao município de São Paulo.

4. Considerando as estimativas do FMI, incluindo as projeções para o ano de 2026, em média, entre 2023 e 2026, o Brasil terá mantido taxa de inflação baixa (4,6% a.a.), menos da metade da média da América Latina e Caribe (11,4% a.a., já excluindo Argentina e Venezuela) e abaixo da média mundial (5,3% a.a.) do período, ao passo que a taxa de crescimento média do Brasil para o período terá sido de 2,8% a.a. (ante 0,3% a.a. em 2015-2022), acima da média para os países da região (2,4% a.a.) e das economias avançadas (2,0% a.a.), mas abaixo da média mundial (3,4% a.a.) e da média das economias emergentes (4,3% a.a.).

5. Apesar da aceleração do crescimento observada para a média do período entre 2023 e 2025, para o período mais recente, o nível de atividade econômica encontra-se em tendência de desaceleração desde o terceiro trimestre de 2024, se tomarmos como indicador a variação do PIB a preços de mercado em relação ao mesmo período do ano anterior.

6. Observa-se que desde a Constituição de 1988, quando foi estipulada a jornada de 44 horas, foi registrado aumento da produtividade do trabalho superior à redução da jornada recém-aprovada para 40 horas semanais, uma redução de 9,1%. Em primeiro lugar, segundo dados da Penn World Table (PWT 11.0), entre 1950 e 1988, a produtividade média do trabalho da população ocupada cresceu cerca de 195%, enquanto a jornada de trabalho estipulada pela CLT, em 1943, manteve-se em 48 horas semanais. Por sua vez, segundo a PWT 11.0, entre 1988 e 2023, a produtividade média do trabalho da população ocupada cresceu cerca de 23%, enquanto a jornada de trabalho estipulada pela CLT manteve-se em 44 horas semanais. Segundo dados da FGV-IBRE (2026), entre 1988 e 2023, a produtividade média do trabalho da população ocupada cresceu cerca de 21% e por horas trabalhadas 34%, enquanto a jornada de trabalho estipulada pela CLT manteve-se em 44 horas semanais.

7. Ao lado do maior nível de atividade econômica, foi registrada, para o período entre janeiro de 2023 e junho de 2026, a melhora dos indicadores do mercado de trabalho, tendência observada desde 2021, enquanto a taxa de participação manteve-se relativamente estável, em torno de 62%. Ao final do segundo trimestre de 2026, a taxa de desocupação atingiu 5,4% e a taxa composta de subutilização da força de trabalho 12,9%, menores níveis da série histórica da PNADC do IBGE (2026) iniciada em 2012. Para o mesmo período, o nível de ocupação também atingiu a máxima histórica ao final do segundo trimestre de 2026, de 58,8%, assim como a taxa de informalidade da população ocupada caiu para 37,4% (era 39%, no primeiro trimestre de 2023), sendo observado, desde 2021, saldo positivo de criação de empregos sob o regime CLT, embora este tenha caído entre 2024 (1,7 milhão) e 2025 (1,3 milhão).

8. Segundo dados do IBGE (2026), após a taxa de sindicalização cair entre 2012 (16%) e 2022 (9%), entre 2023 e 2025, esta taxa manteve-se estável em torno de 8%. Segundo o DIEESE (2026), entre 2023 e 2025, a quantidade de greves manteve-se estável (em torno de 1.000 greves por ano) assim como o número de horas paradas (cerca de 40.000 horas).

9. Segundo o IBGE (2025; 2026), a porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, em 2025, era de 4,0%, menor nível da série histórica iniciada em 2016. O total de pessoas com 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência atingiu o menor nível da série histórica em 2023, quando foi de 1,44 milhão, encontrando-se em 1,45 milhão em 2025 (em 2000, as pessoas de 10 a 17 anos de idade ocupadas eram 3,9 milhões). O total de pessoas de 5 a 17 anos de idade classificadas nas Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) em 2025 foi de 525 mil, menor registro da série histórica iniciada em 2016, quando eram 919 mil pessoas.

10. O salário mínimo real, após oito anos de estagnação, entre 2015 e 2022, voltou a subir a partir de 2023, acumulando, até setembro de 2026, aumento real de 13%, segundo dados do IPEA (2026). No entanto, à luz dos dados do DIEESE (2026), embora tenha se recuperado, o poder de compra do salário mínimo em relação ao salário mínimo necessário, previsto constitucionalmente, encontra-se em 21%, valor abaixo daquele observado em fevereiro de 2020, último dado antes do início da pandemia de COVID-19, quando foi de 24%. Neste período, o percentual do salário mínimo líquido comprometido com a aquisição da cesta básica, embora tenha recuado desde dezembro de 2022 (60,2%), seguia, em setembro de 2026 (49,9%), acima do valor observado em fevereiro de 2020 (46,8%).

11. Segundo o IBGE (2026), o rendimento médio mensal real da população com rendimento recebido de todos os trabalhos também cresceu, entre 2023 e 2025, quando atingiu o patamar máximo da série histórica iniciada em 2012. Em 2025, o rendimento médio mensal real efetivamente recebido de todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas se encontrava 12% acima do valor observado em 2014, e 9% para o rendimento habitualmente recebido.

12. A parcela de domicílios particulares que recebem algum programa social do governo em 2019 era de 17,9%, atingindo durante a pandemia de COVID-19, 31,4%, em 2020, e 25,0%, em 2021. Em 2022, esta parcela era de 20,7%, aumentando nos anos seguintes, para 23,0%, em 2023, e 23,6%, em 2024, caindo para 22,7%, em 2025, sendo que as regiões Norte e Nordeste são aquelas em que há proporcionalmente mais domicílios que recebem algum tipo de programa social, atingindo em 2025, 38,8% e 39,8%, dos domicílios, respectivamente. Desses programas sociais, o mais importante era o Programa Bolsa Família (PBF), que atendeu 18,9% dos domicílios em 2023 e em 2024 e 17,2% em 2025, seguido pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atendeu, para os mesmos anos, 4,2% (2023), 5,0% (2024) e 5,3% (2025) dos domicílios.

13. Após a pandemia, o valor do benefício médio do PBF saiu de uma média de R$ 255,75 observada entre jan/04 e mar/20, para uma média, entre mar/23 e set/26, de R$ 736,73 em Reais constantes de setembro de 2026. Como razão do salário mínimo, o benefício médio do PBF saiu, nos mesmos períodos antes referidos, de uma média de 20,5% (jan/04-mar/20) para 46,8% (mar/23-set/26). Por sua vez, o número de famílias atendidas pelo PBF manteve-se relativamente estável entre março de 2023 (21,3 milhões e 54,3 milhões de pessoas) e junho de 2025, quando atendia 20,5 milhões (53,8 milhões de pessoas), caindo a partir de então, atingindo, em dezembro do mesmo ano, 18,7 milhões de famílias (48,9 milhões de pessoas), recuperando-se posteriormente até atingir, em outubro de 2026, 19,3 milhões de famílias (49,5 milhões de pessoas). Observa-se que, enquanto o orçamento anual do PBF foi de cerca de 0,4-0,5% do PIB entre 2009 e 2019, saltou para 1,5% em 2023, 1,4% em 2024 e 1,3% em 2025.

14. Segundo o IBGE (2026), a renda domiciliar per capita real manteve a tendência de alta entre 2023 e 2025, encontrando-se neste último ano em R$ 2.264, a preços constantes de 2025, 20% acima do valor observado em 2014. Observa-se que, tendencialmente, os rendimentos habitualmente recebidos de todos os trabalhos corresponderam, entre 2012 e 2025, a aproximadamente 75% do rendimento domiciliar per capita, sendo os 25% restantes derivados de outras fontes.

15. Segundo o BCB (2026), a taxa de endividamento das pessoas físicas (% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias) cresceu de 49,1%, em jan/23, para 49,9%, em ago/26, após uma rápida alta durante o período da pandemia, de cerca de 40%, em mar/20, para cerca de 49%, em dez/21. Por sua vez, a taxa de inadimplência total, para pessoas físicas e jurídicas cresceu significativamente a partir de fev/25, saindo de cerca de 3,0% para cerca de 5,0% (set/26).

16. Segundo dados do IBGE (2026), em 2024, a participação das classes inferiores (decis até 90%) na massa de rendimento mensal real domiciliar per capita atingiu o maior valor da série histórica iniciada em 2012, e o menor índice de participação dos 10% mais ricos, assim como dos 5% e 1% mais ricos. Em 2025, no entanto, houve um aumento da participação dos 5% mais ricos e 1% mais ricos, e uma queda da participação dos 90% mais pobres, embora estes patamares não tenham retornado aos níveis de 2023. Segundo o Banco Mundial (2026), apesar do Índice de Gini do Brasil atingir, em 2024, o menor nível da série histórica iniciada em 1980, ele ainda se encontrava elevado no comparativo internacional (numa relação de 65 países para os quais há dados disponíveis para os anos de 2023/2024, o Brasil apresentava o segundo maior Índice de Gini, atrás apenas da Colômbia). Segundo dados do IBGE (apud IPEA, 2026), em 2025, o Índice de Gini (renda domiciliar per capita) e a Razão de Palma se encontravam em níveis superiores aos observados em 2024 (menor índice da série histórica iniciada em 1995), mas inferiores aos níveis observados em 2023. Segundo a estimativa de Albano de Freitas (2026), desde 2022, a parcela do trabalho na renda nacional vem subindo, retornando em 2025 ao nível observado em 2016, pico da série histórica iniciada em 1995.

17. Segundo o IBGE (apud IPEA, 2026), após crescer abruptamente em 2021 e voltar a cair em 2022, as taxas de pobreza monetária medidas segundo as linhas de pobreza e extrema pobreza do Banco Mundial, caíram tendencialmente entre 2023 e 2025, quando atingiram os menores níveis da série histórica iniciada em 1995.

18. Segundo o Banco Mundial (2026), o Brasil, após manter a taxa de prevalência de subnutrição em 2,5% (ou menos) da população entre 2012 e 2019, apresentou alta para este índice em 2020 (2,8%) e 2021 (3,4%) e ligeira queda em 2022 (3,2%), retornando esta taxa para 2,5% (ou menos), em 2023, último ano disponível da série histórica iniciada em 2000. Por

sua vez, segundo o IBGE (2025), em 2024, a proporção de domicílios em situação de segurança alimentar atingiu o maior nível da série histórica iniciada em 2004, enquanto a proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar grave e moderada, os menores níveis.

19. Segundo a ONU (2026), após o IDH do país cair em 2020 e 2021, voltou a subir em 2022 e 2023 (0,786), último ano da série disponível, quando atingiu o pico da série histórica iniciada em 1990. Isso se traduziu nos maiores índices já registrados, além do PIB per capita, para expectativa de anos de estudo (15,79 anos), anos médios de estudo (8,35 anos) e esperança de vida ao nascer (75,85 anos) – observa-se que somente em 2023 este indicador superou a idade observada em 2019 (75,81 anos), uma vez que caiu em 2020 (74,51 anos) e em 2021 (73,04 anos), começando a se recuperar em 2023 (75,87 anos).

Sumário

1. PIB e PIB per capita
- **1.1 Comparação Internacional**
- **1.2 Brasil**

2. Inflação
- **2.1 Comparação Internacional**
- **2.2 Brasil**

3. População e Pirâmide Etária

4. Produtividade Média do Trabalho

5. Mercado de Trabalho
- **5.1 Taxa de Participação**
- **5.2 Medidas de Subutilização da Força de Trabalho**
- **5.3 Medidas da Estrutura Ocupacional**
- **5.4 Medidas de Organização da Classe Trabalhadora**
- **5.5 Trabalho Infantil**

6. Rendimento
- **6.1 Salário Mínimo**
- **6.2 Rendimento de Todos os Trabalhos e Outras Fontes**
- **6.3 Previdência Social**
- **6.4 Programas Sociais**
  - **6.4.1 Bolsa Família**
  - **6.4.2 BPC (Benefício de Prestação Continuada)**
- **6.5 Rendimento Domiciliar Per Capita**

7. Endividamento das Famílias
- **7.1 Endividamento em relação à Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias**
- **7.2 Crédito com Atraso e Inadimplente**

8. Indicadores de Distribuição de Renda
- **8.1 Distribuição de Renda por Percentil**
- **8.2 Índice de Gini**
- **8.3 Razão de Palma**
- **8.4 Distribuição Funcional da Renda**

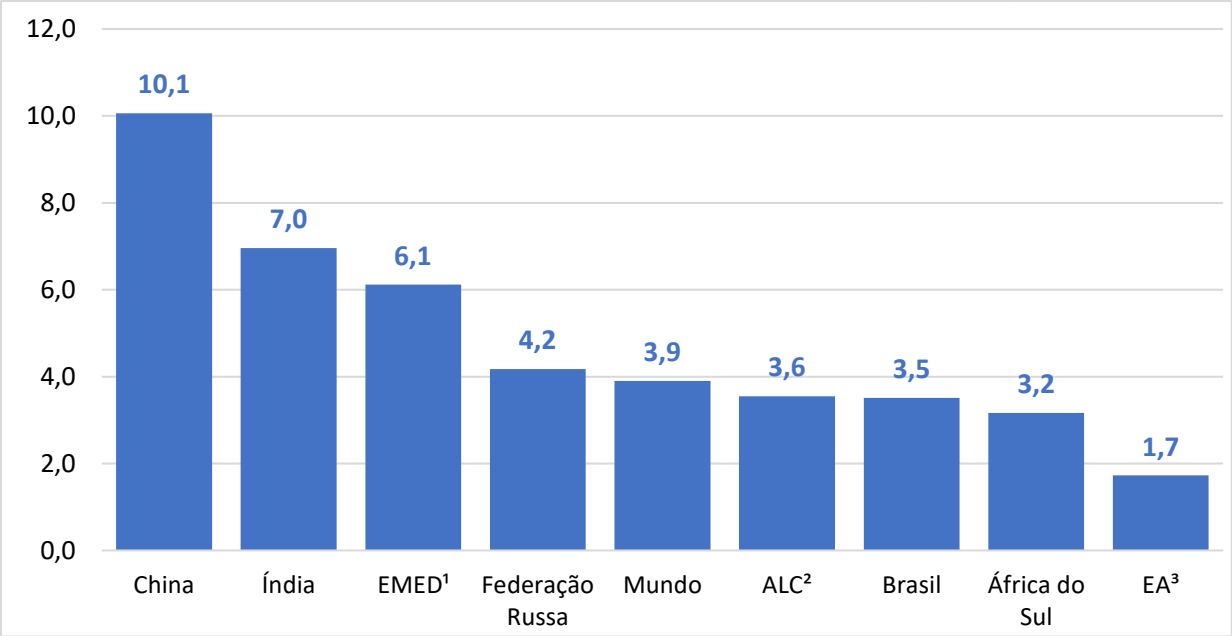
9. Indicadores de Pobreza
- **9.1 Pobreza Monetária**
- **9.2 Subnutrição e Insegurança Alimentar**

10. IDH

1. PIB e PIB per capita

1.1 Comparação Internacional

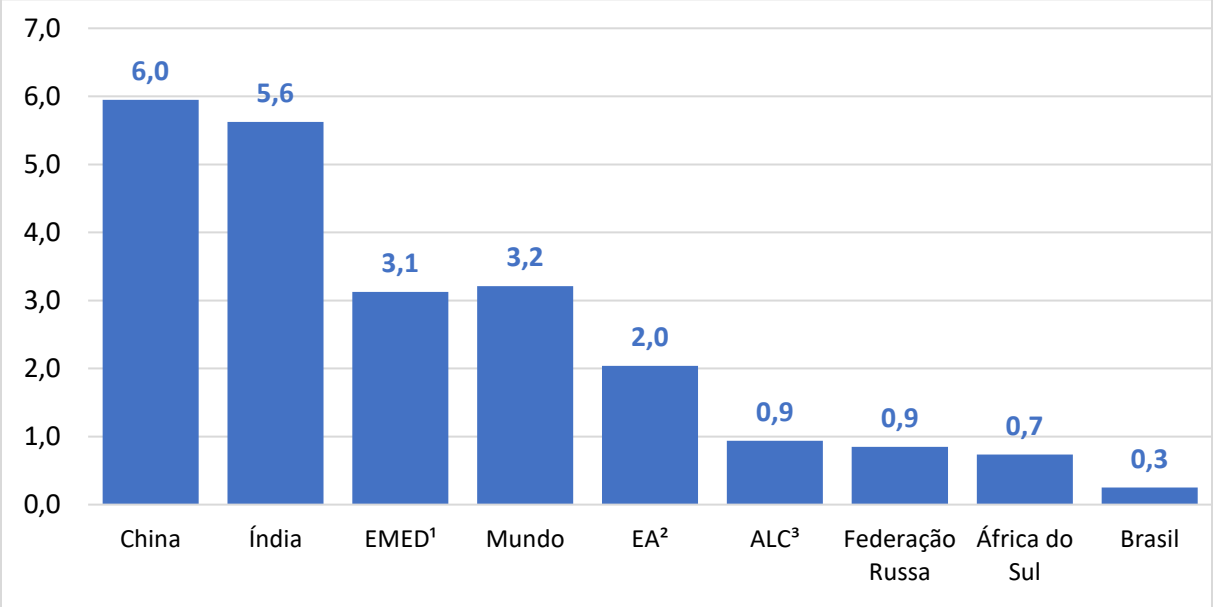
Taxa média de crescimento do PIB entre 2003 e 2014 (% a.a.)



1. EMED: Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento
2. ALC: América Latina e Caribe.
3. EA: Economias Avançadas.

Fonte: FMI (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO. Acesso em: 16 out. 2026.

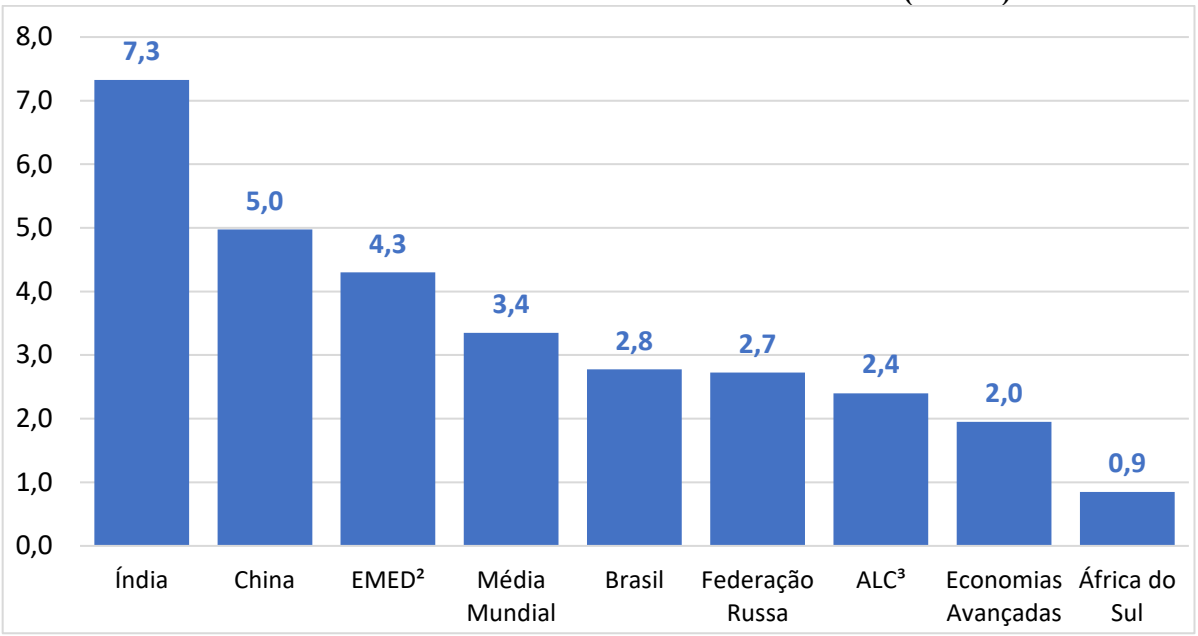
Taxa média de crescimento do PIB entre 2015 e 2022 (% a.a.)



1. EMED: Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento
2. ALC: América Latina e Caribe.
3. EA: Economias Avançadas.

Fonte: FMI (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO. Acesso em: 16 out. 2026.

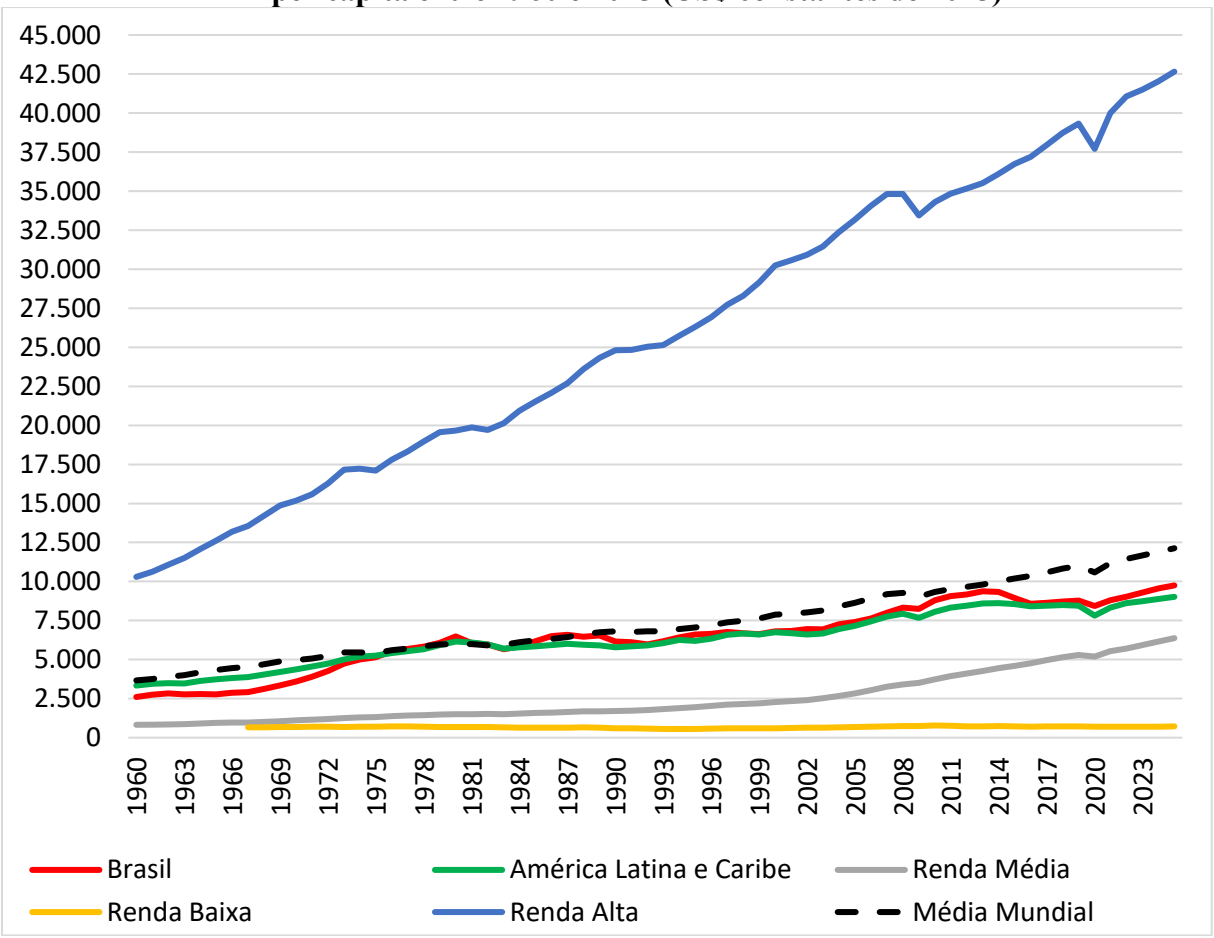
Taxa média de crescimento do PIB entre 2023 e 2026 (% a.a.)[1]



1. PIB esperado para o ano de 2026.
2. EMED: Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento
3. ALC: América Latina e Caribe.

Fonte: FMI (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO. Acesso em: 16 out. 2026.

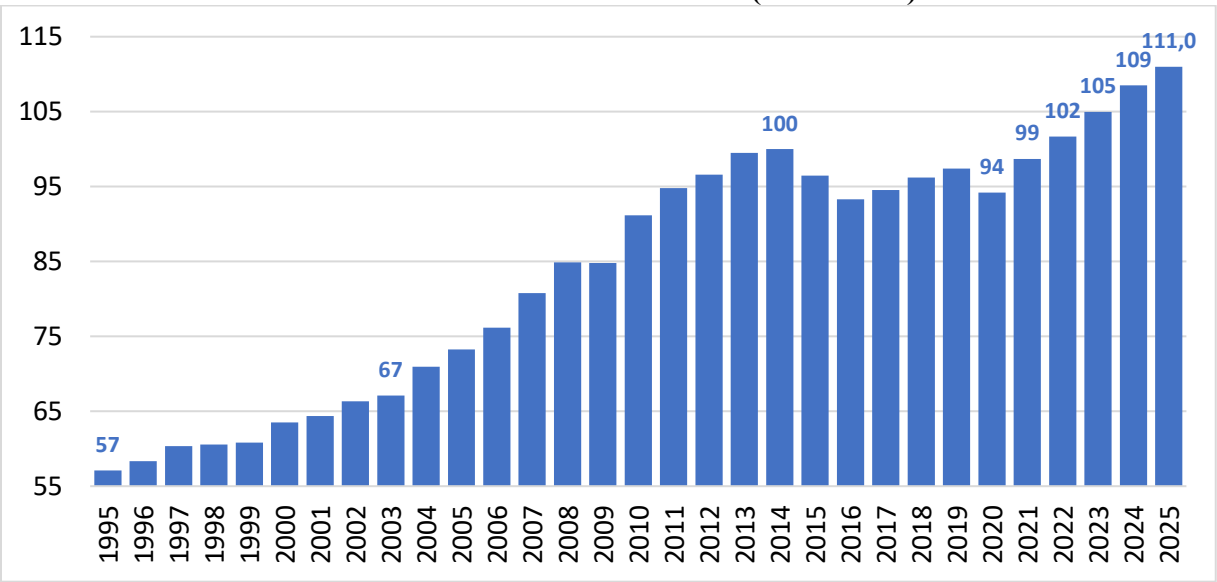
PIB per capita entre 1960 e 2025 (US$ constantes de 2015)



Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD, Acesso em: 16 out. 2026.

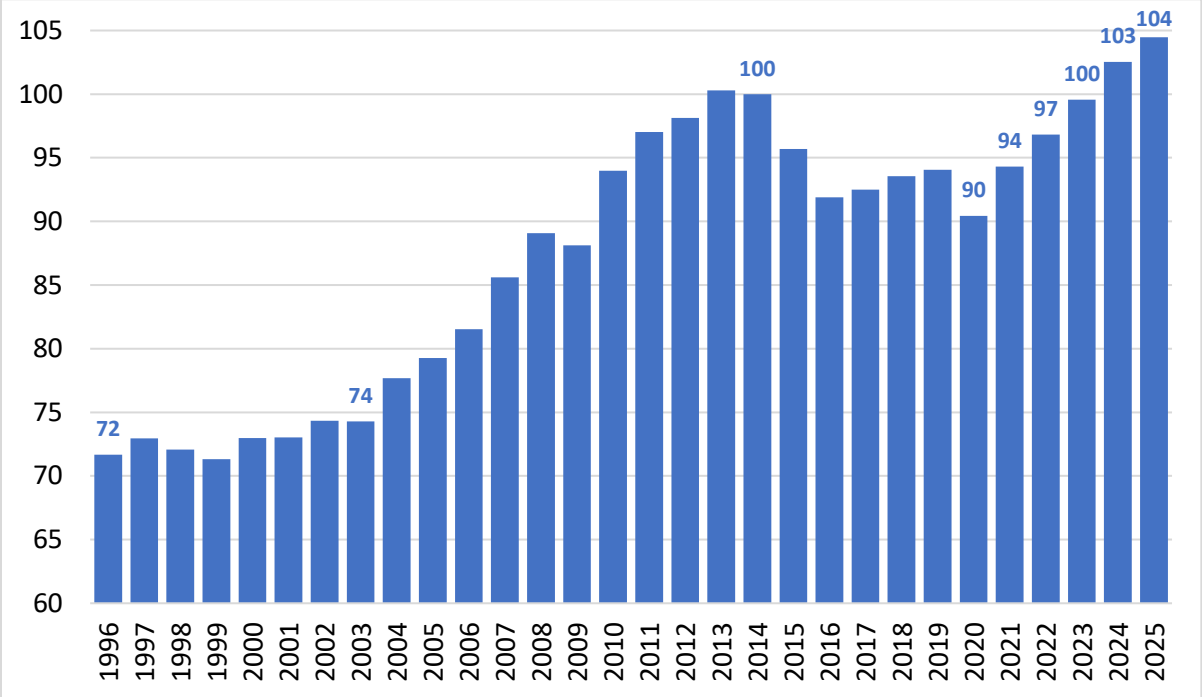
1.2 Brasil

Brasil: PIB real entre 1995 e 2025 (2014 = 100)[1]



1. Medido a preços constantes de 2010.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: PIB per capita real entre 1996 e 2025 (2014 = 100)[1]



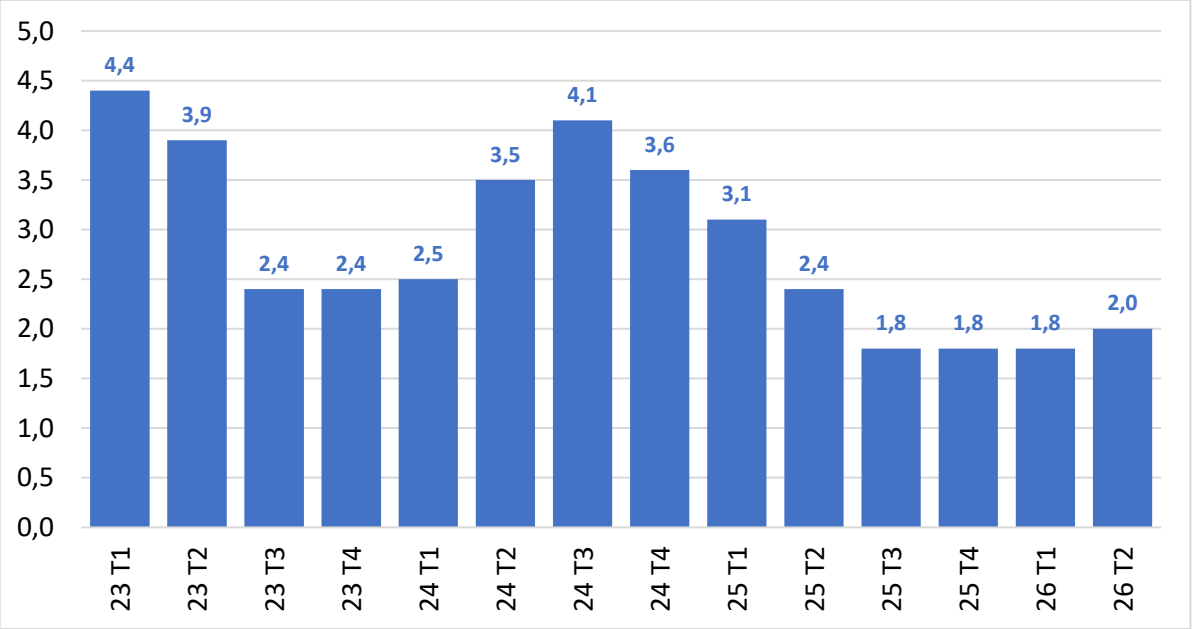
1. Medido a preços constantes de 2025.
Fonte: BCB (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 16 out. 2026.

Média da taxa de crescimento do PIB per capita entre 1979 e 2025 em períodos selecionados (% a.a.)[1]

	Brasil	Países de Renda Média	Países de Renda Alta	América Latina e Caribe	Média Mundial
Figueiredo (1979-1984)	**0,2**	**1,2**	**1,7**	**0,4**	**0,8**
Sarney (1985-1989)	**2,3**	**1,9**	**3,0**	**0,4**	**2,0**
Collor/Itamar (1990-1994)	**-0,3**	**2,3**	**1,1**	**1,2**	**0,6**
FHC I (1995-1998)	**1,0**	**3,3**	**2,4**	**1,7**	**1,9**
FHC II (1999-2002)	**1,0**	**2,9**	**2,2**	**-0,2**	**1,7**
Lula I (2003-2006)	**2,4**	**5,9**	**2,4**	**3,0**	**2,7**
Lula II (2007-2010)	**3,7**	**5,4**	**0,2**	**2,0**	**1,2**
Dilma I (2011-2014)	**1,5**	**4,4**	**1,3**	**1,7**	**1,8**
Dilma II/Temer (2015-2018)	**-1,7**	**3,7**	**1,8**	**-0,3**	**2,0**
Bolsonaro (2019-2022)	**0,9**	**2,7**	**1,5**	**0,5**	**1,5**
Lula III (2023-2025)	**2,6**	**3,7**	**1,3**	**1,6**	**1,9**

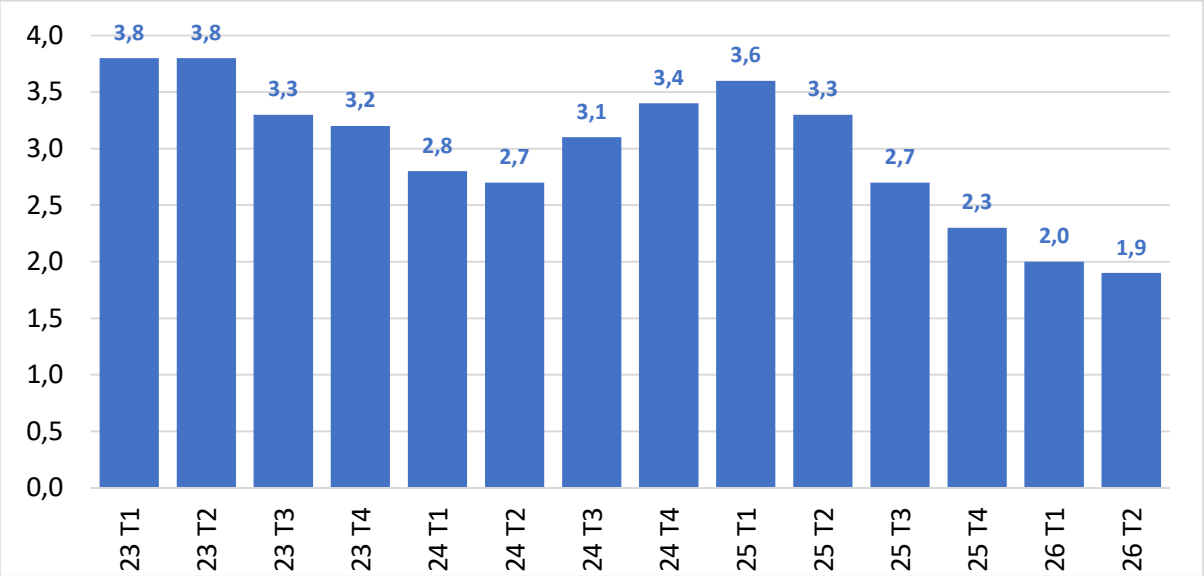
1. Medido em dólares constantes de 2015.
Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD. Acesso em: 16 out. 2026.

Brasil: Evolução da taxa de variação do PIB trimestral contra o mesmo período do ano anterior do primeiro trimestre de 2023 ao segundo trimestre de 2026 (%)[1]



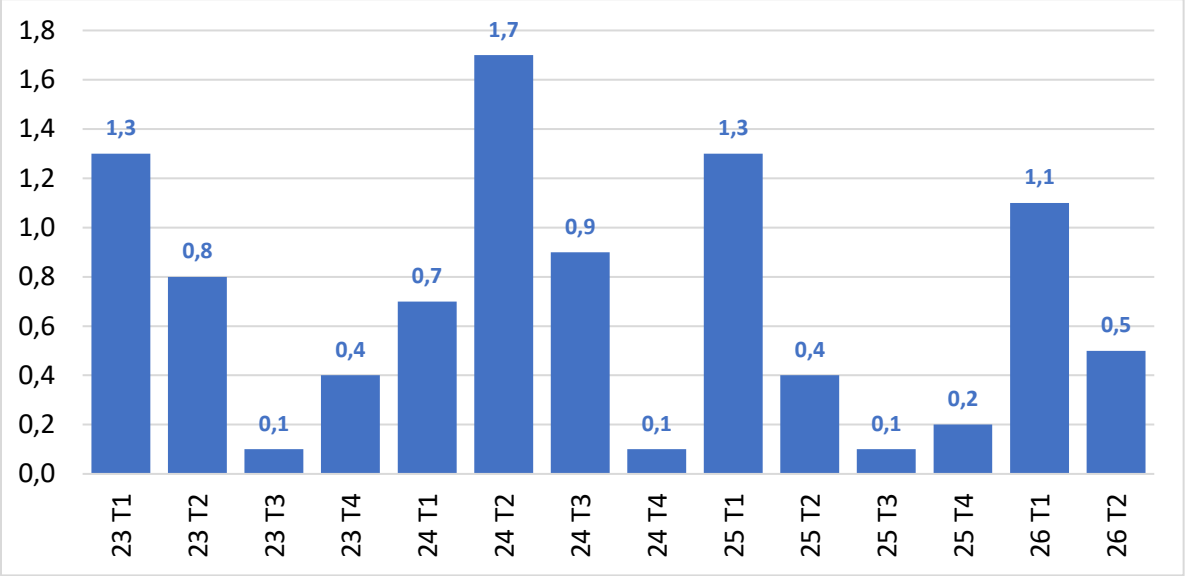
1. Taxa de variação do índice de volume trimestral.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5932. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Evolução da taxa acumulada do PIB em quatro trimestres do primeiro trimestre de 2023 ao segundo trimestre de 2026 (%)[1]



1. Taxa de variação do índice de volume trimestral do PIB a preços de mercado.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5932. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Evolução da taxa de variação do PIB trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior do primeiro trimestre de 2023 ao segundo trimestre de 2026 (%)[1]

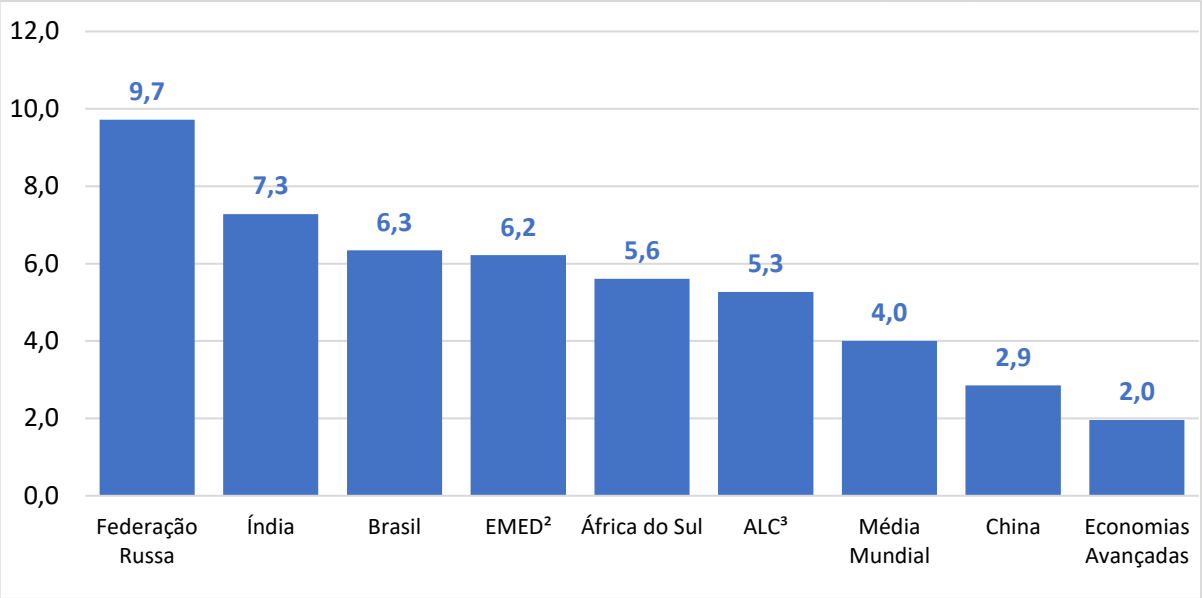


1. Taxa de variação do índice de volume trimestral do PIB a preços de mercado.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5932. Acesso em: 26 out. 2026.

2. Inflação

2.1 Comparação Internacional

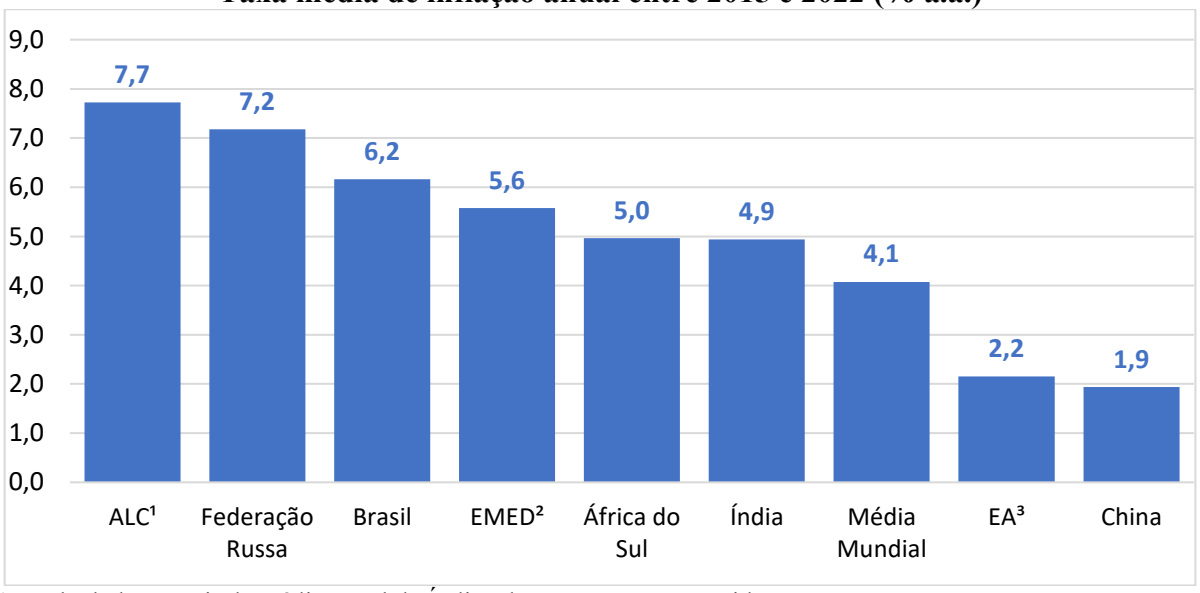
Taxa média de inflação anual entre 2003 e 2014 (% a.a.)



1. Calculado a partir da média anual do Índice de Preços ao Consumidor.
2. EMED: Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento
3. ALC: América Latina e Caribe.

Fonte: FMI (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO. Acesso em: 16 out. 2026.

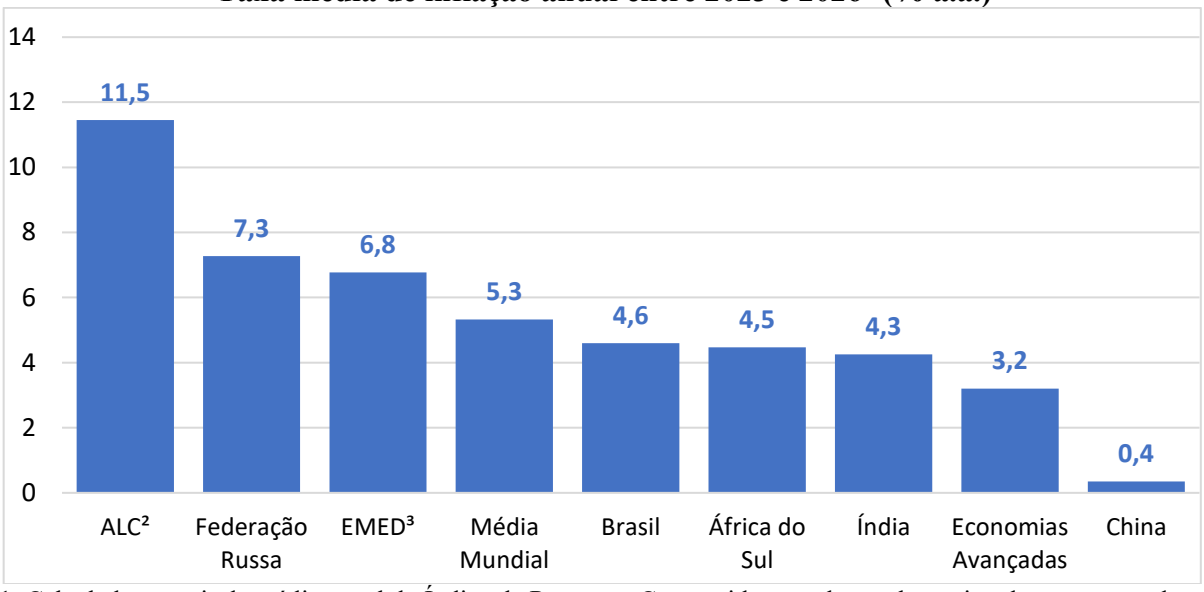
Taxa média de inflação anual entre 2015 e 2022 (% a.a.)



1. Calculado a partir da média anual do Índice de Preços ao Consumidor.
2. EMED: Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento
3. ALC: América Latina e Caribe.

Fonte: FMI (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO. Acesso em: 16 out. 2026.

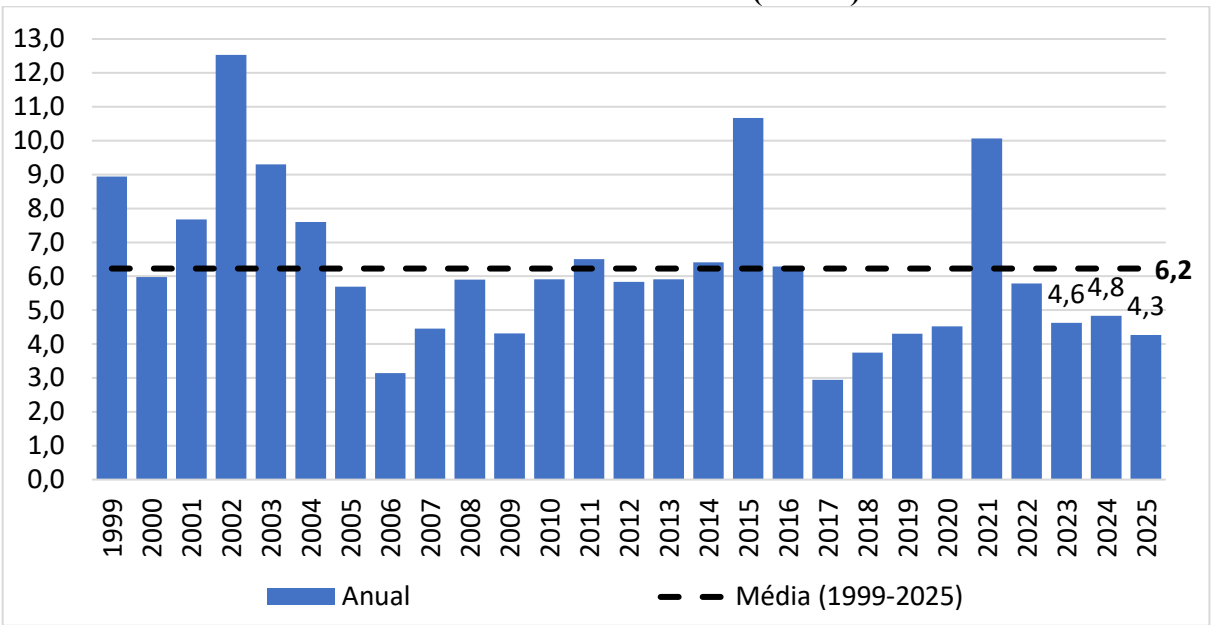
Taxa média de inflação anual entre 2023 e 2026[1] (% a.a.)



1. Calculado a partir da média anual do Índice de Preços ao Consumidor, sendo o valor estimado para o ano de 2026. Argentina e Venezuela não fazem parte da amostra para a América Latina e Caribe.
2. ALC: América Latina e Caribe.
3. EMED: Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento
Fonte: FMI (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO. Acesso em: 16 out. 2026.

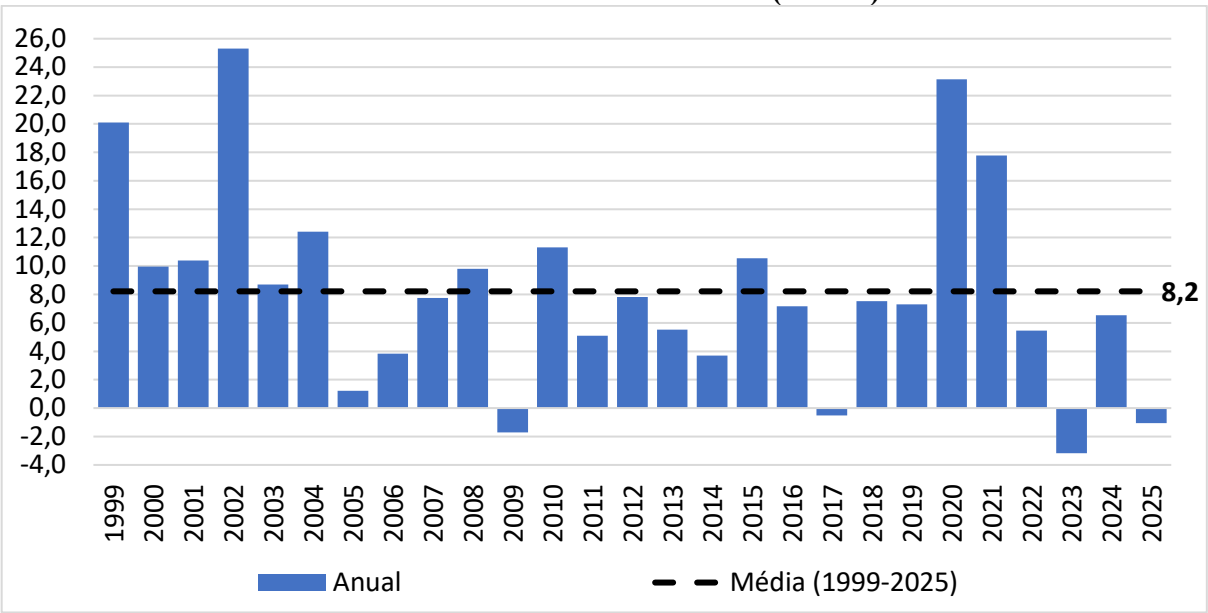
2.2 Brasil

Brasil: IPCA entre 1999 e 2025 (% a.a.)[1, 2]



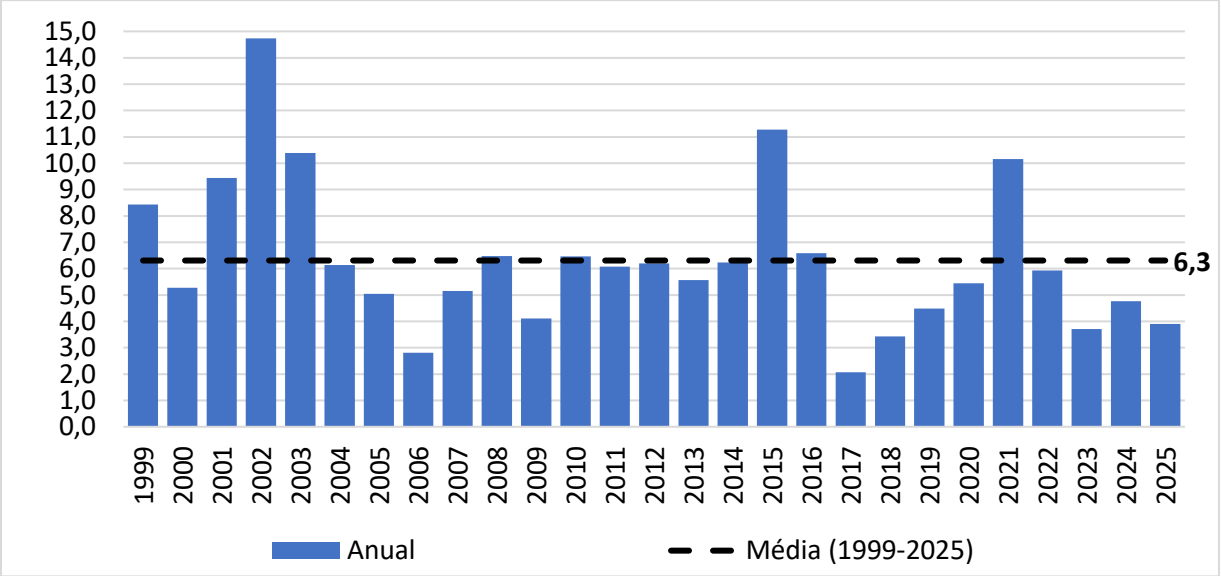
1. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atualmente mede a variação dos preços da cesta de consumo das famílias residentes nas áreas urbanas das regiões de abrangência do SNIPC, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. Os índices nacionais são calculados a partir dos resultados dos índices regionais, utilizando-se a média aritmética ponderada, cuja variável de ponderação é o rendimento familiar monetário disponível.
2. Segundo o *Focus – Relatório de Mercado* publicado pelo BCB em 30 de outubro de 2026, a variação esperada para o IPCA em 2026 era de 5,22%. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20261030.pdf.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: IGP-M entre 1999 e 2025 (% a.a.)[1]



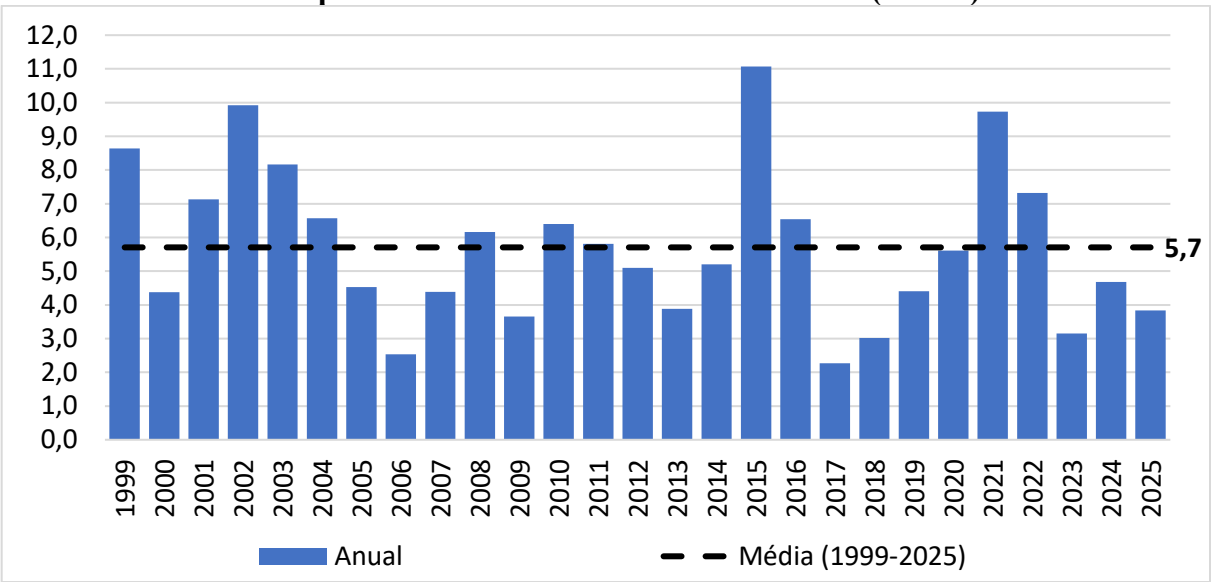
1. O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) é um indicador do movimento de preços que cobre todo o processo produtivo, desde preços de matérias-primas agrícolas e industriais, passando pelos preços de produtos intermediários até os de bens e serviços finais. É composto pela média ponderada do Índice de Preços ao Produtor Amplo do Mercado (IPA-M) (60%), do Índice de Preços ao Consumidor do Mercado (IPC-M) (30%) e do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M) (10%). Para efeito de coleta de preços, o IGP-M mede a evolução de preços no período compreendido entre os dias 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência.
Fonte: FGV/Conjuntura Econômica – IGP apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: INPC entre 1999 e 2025 (% a.a.)[1]



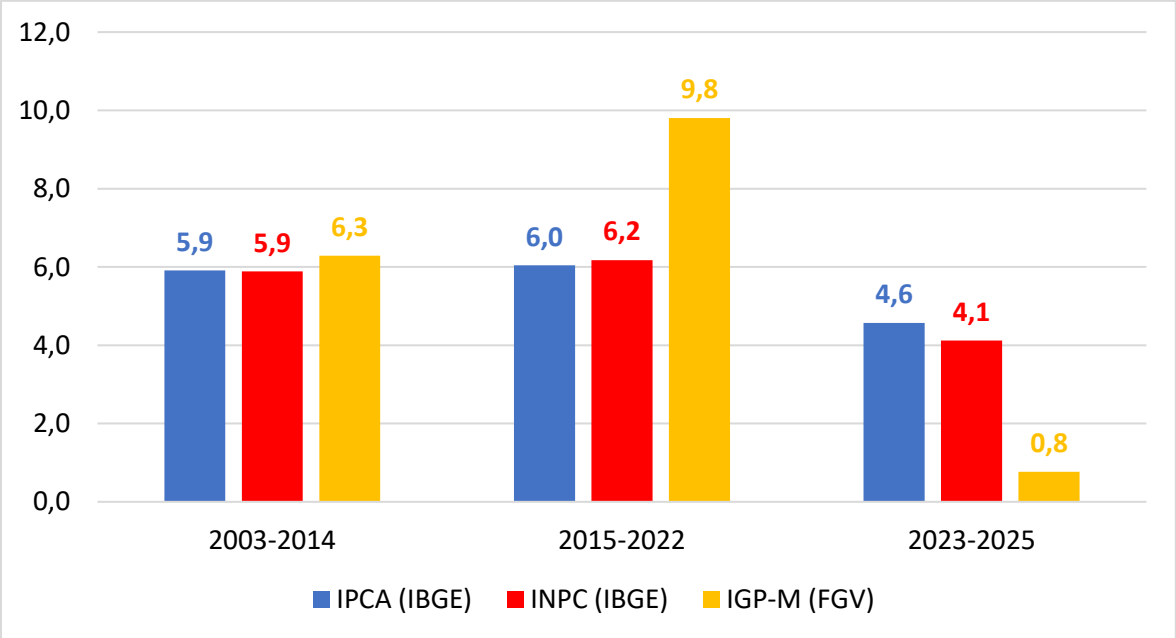
1. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) atualmente mede a variação dos preços da cesta de consumo das famílias residentes nas áreas urbanas das regiões de abrangência do SNIPC, assalariadas e com rendimentos de 1 (um) a 5 (cinco) salários mínimos. Os índices nacionais são calculados a partir dos resultados dos índices regionais, utilizando-se a média aritmética ponderada, cuja variável de ponderação é a população residente urbana.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

Município de São Paulo: IPC entre 1999 e 2025 (% a.a.)[1]



1. O Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo mede o nível de preços do conjunto de bens e serviços que usualmente compõe a cesta de consumo das famílias paulistanas com renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos. Em constante atualização, este indicador permite estimar a variação do custo de vida dessas famílias. Os grupos de despesas estão compostos de acordo com a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares - FIPE), restrita à Região Metropolitana de São Paulo. Os dados são expressos em termos da variação percentual de um mês para o outro. A listagem de produtos da POF foi construída a partir dos tipos de gastos informados pelas famílias da amostra. Enquanto que a estrutura de pesos final do IPC (Índice de Preços ao Consumidor – FIPE), foi formada a partir dos produtos com maior peso, que compõem o conjunto de itens consumidos declarados pelas famílias da amostra analisada.
Fonte: FIPE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

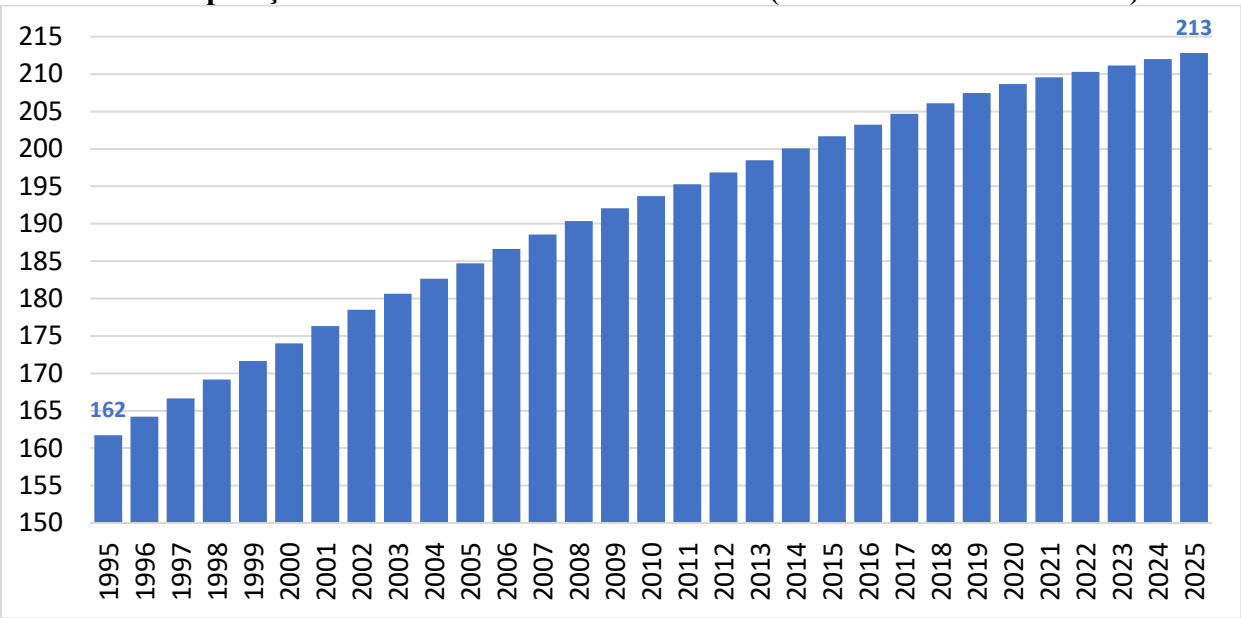
Média da taxa de inflação segundo o IPCA (IBGE), INPC (IBGE), IGP-M (FGV) em períodos selecionados entre 2003 e 2025 (% a.a.)[1]



Fonte: IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

3. População e Pirâmide Etária

Brasil: População total residente entre 1995 e 2025 (Em milhões de habitantes)



Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição da população das unidades da federação (UF) em 2025 (% da população do Brasil)

Ordem	UF	População	% População do Brasil	Ordem	UF	População	% População do Brasil
1º	SP	46.081.801	21,6%	15º	ES	4.126.854	1,9%
2º	MG	21.393.441	10,0%	16º	MT	3.893.659	1,8%
3º	RJ	17.223.547	8,1%	17º	RN	3.455.236	1,6%
4º	BA	14.870.907	7,0%	18º	PI	3.384.547	1,6%
5º	PR	11.890.517	5,6%	19º	AL	3.220.848	1,5%
6º	RS	11.233.263	5,3%	20º	DF	2.996.899	1,4%
7º	PE	9.562.007	4,5%	21º	MS	2.924.631	1,4%
8º	CE	9.268.836	4,3%	22º	SE	2.299.425	1,1%
9º	PA	8.711.196	4,1%	23º	RO	1.751.950	0,8%
10º	SC	8.187.029	3,8%	24º	TO	1.586.859	0,7%
11º	GO	7.423.629	3,5%	25º	AC	884.372	0,4%
12º	MA	7.018.211	3,3%	26º	AP	806.517	0,4%
13º	AM	4.321.616	2,0%	27º	RR	738.772	0,3%
14º	PB	4.164.468	2,0%	Total		213.421.037	100,0%

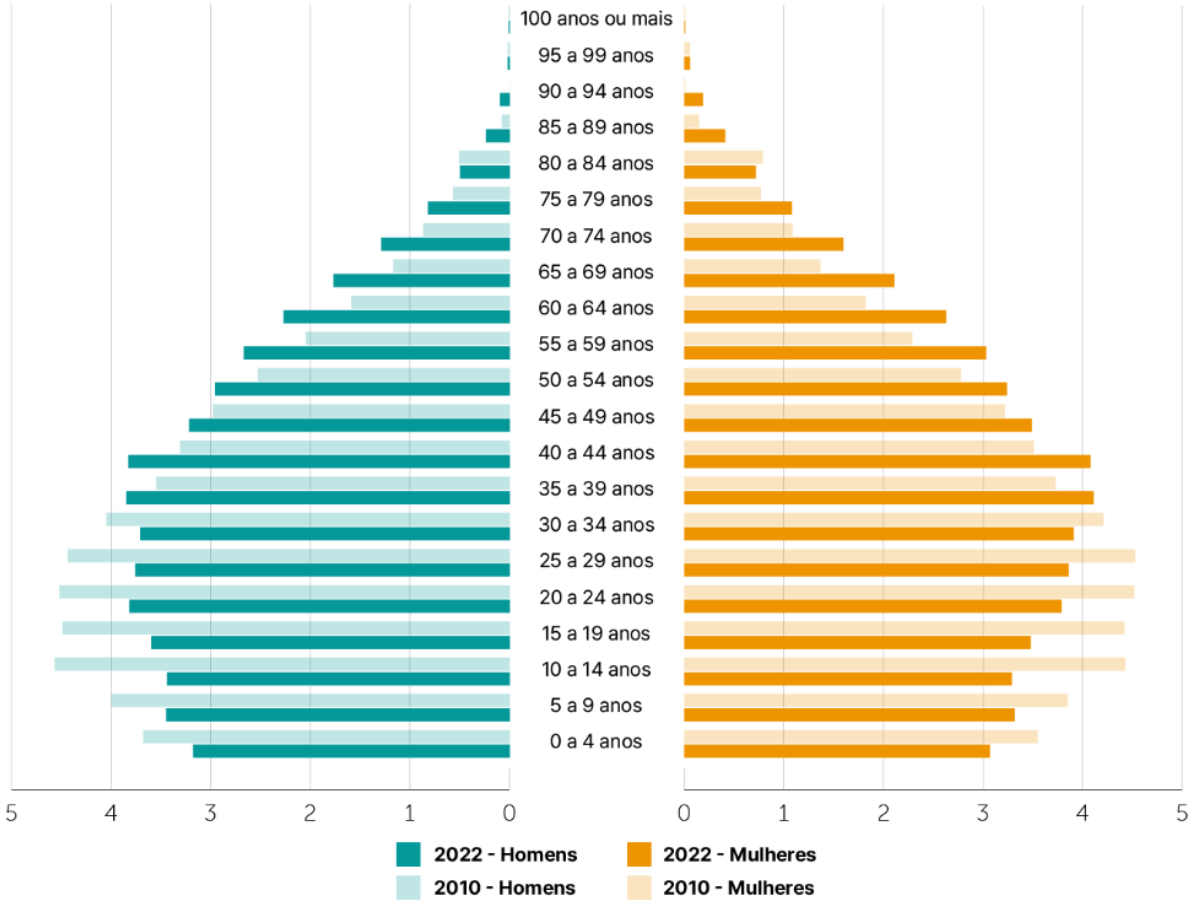
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=8279. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição da população e dos municípios, segundo grupos de tamanho populacional dos municípios em 2025

Tamanho Populacional dos Municípios	Municípios	População
até 5.000	23,10%	2,00%
5.001 até 10.000	21,30%	4,00%
10.001 até 20.000	24,20%	9,00%
20.001 até 50.000	19,20%	15,50%
50.001 até 100.000	6,20%	11,30%
100.001 até 500.000	5,20%	27,40%
acima de 500.000	0,90%	30,90%
Total	5.571	213.421.037

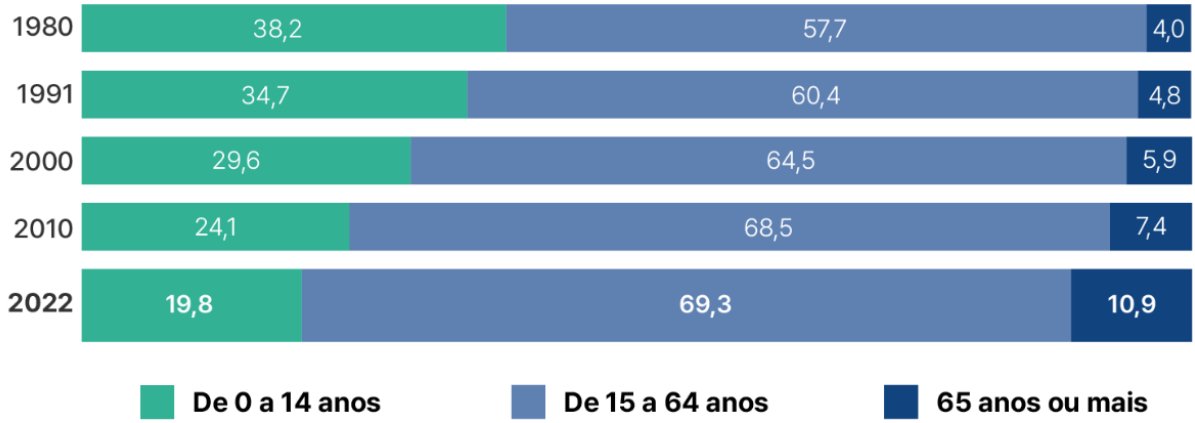
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=8279. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: População residente segundo sexo e grupos de idade em 2010 e 2022 (% da população total)



1. Em 2022, o Brasil tinha 51,48% de mulheres e 48,52% de homens.
Fonte: IBGE (2026).
https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html. Acesso em: 26 out. 2026.

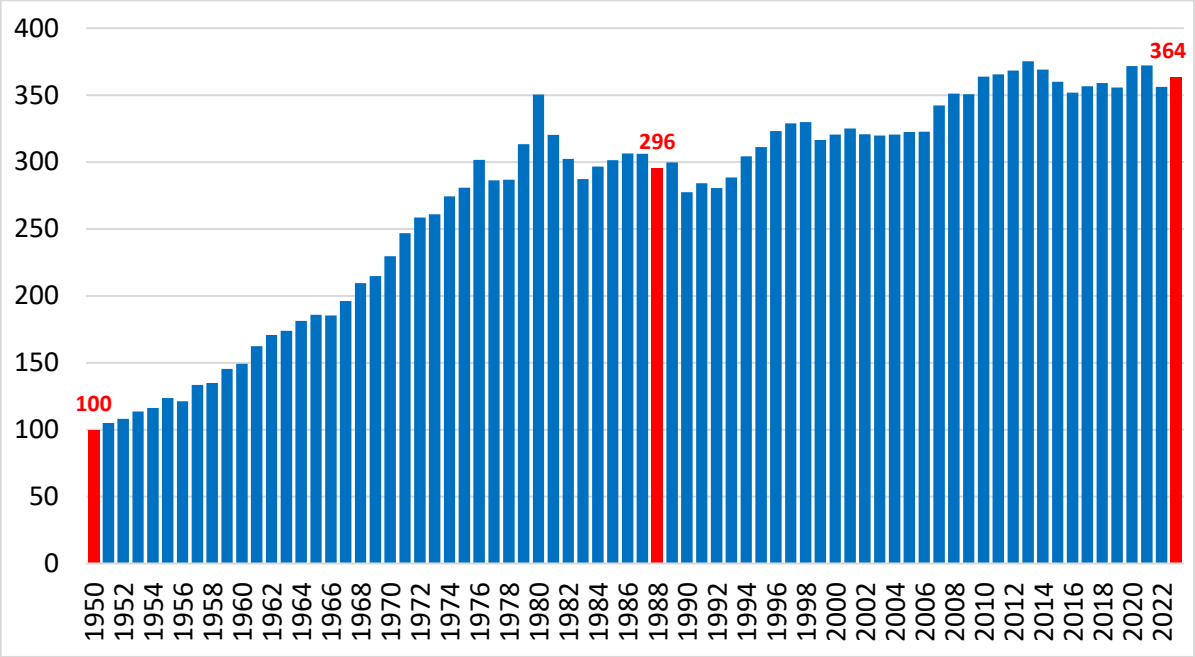
Brasil: Proporção da população residente segundo grupo de idade entre 1980 e 2022 em anos selecionados (% da população total)



Fonte: IBGE (2026).
Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html. Acesso em: 26 out. 2026.

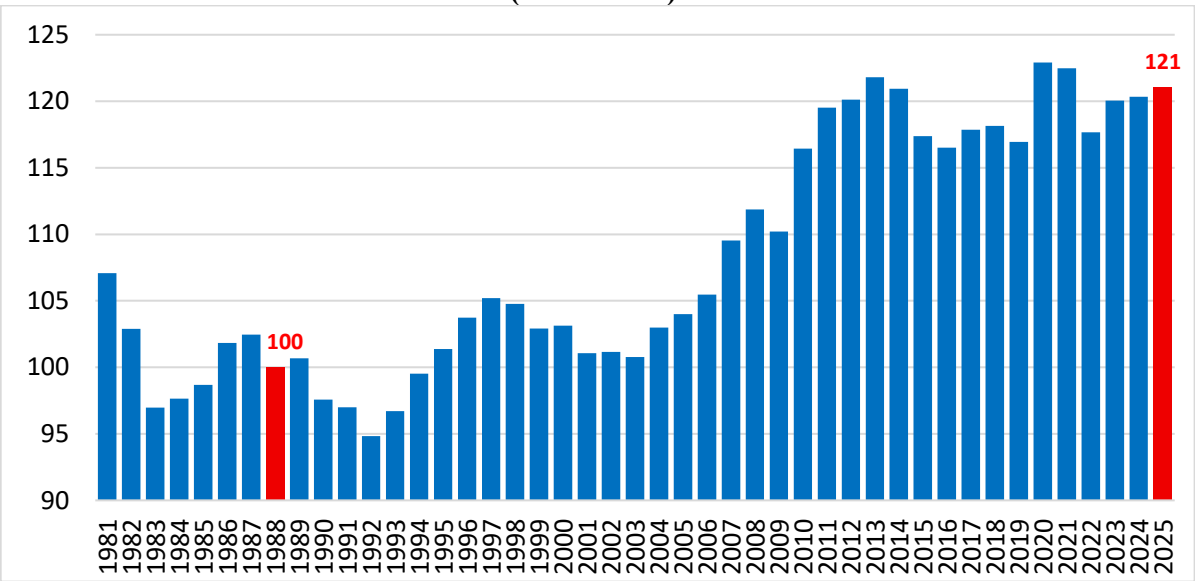
4. Produtividade Média do Trabalho

Brasil: Produtividade média do trabalho por população ocupada entre 1950 e 2023 (1988 = 100)[1]



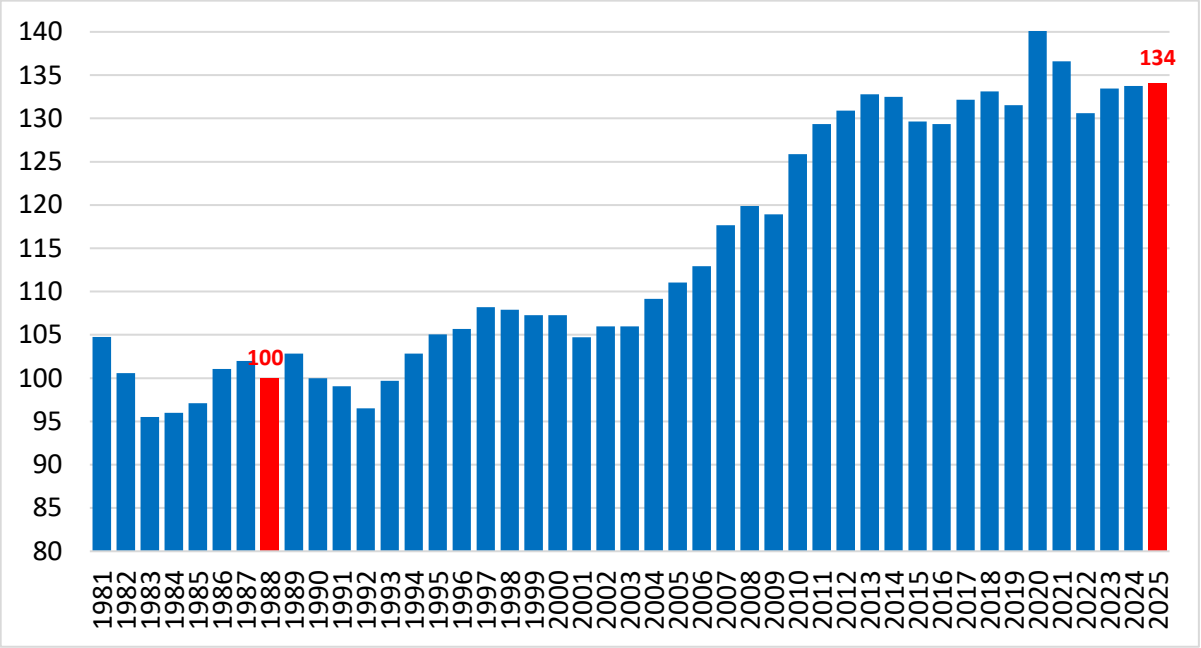
1. Produtividade média do trabalho calculada como a razão entre o PIB (medido em Dólares constantes de 2021) e a população ocupada em cada ano.
Fonte: Feenstra, Robert C., Robert Inklaar and Marcel P. Timmer (2015), "The Next Generation of the Penn World Table" American Economic Review, 105(10), 3150-3182. Elaboração própria.
Disponível em: www.ggdc.net/pwt. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Produtividade média do trabalho por população ocupada entre 1981 e 2025 (1988 = 100)[1]



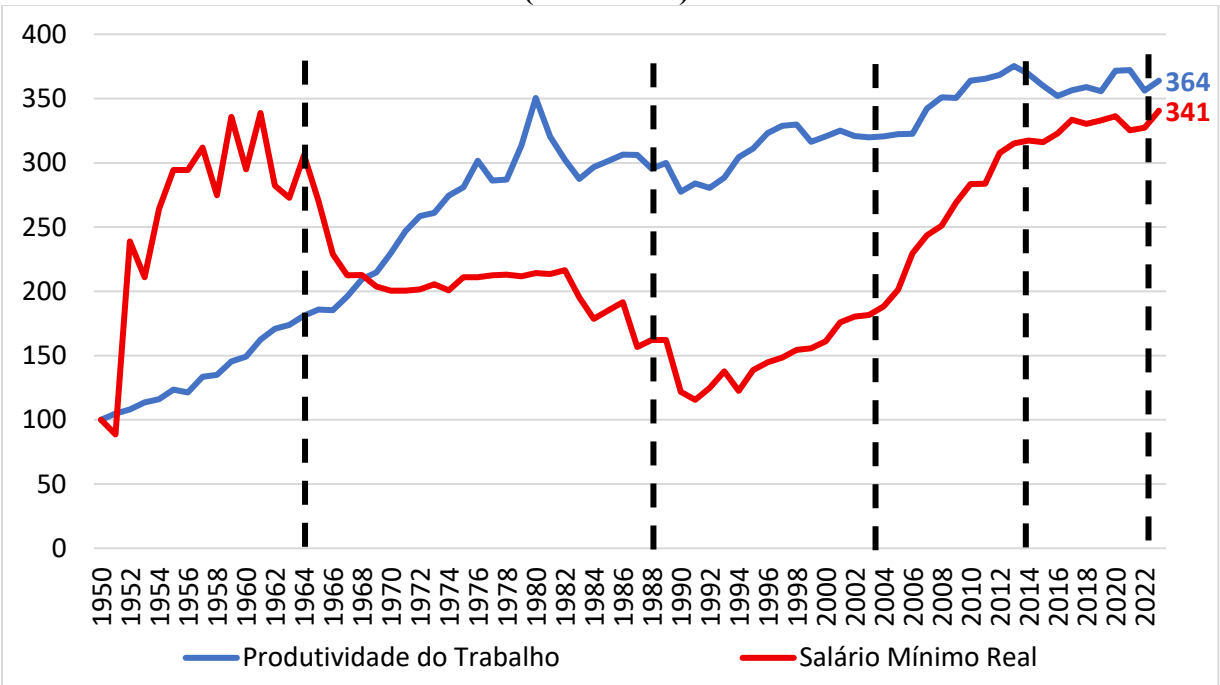
1. Medido em Reais constantes de 2021 por população ocupada.
Fonte: FGV IBRE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/temas/indicador-anual-de-produtividade-do-trabalho-agregada-desde-1981. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Produtividade média do trabalho por horas trabalhadas entre 1981 e 2025 (1988 = 100)[1]



1. Medido em Reais constantes de 2021 por horas trabalhadas.
Fonte: FGV IBRE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/temas/indicador-anual-de-produtividade-do-trabalho-agregada-desde-1981.

Brasil: Produtividade média do trabalho[1] e salário mínimo real anual[2] entre 1950 e 2023 (1950 = 100)



1. Produtividade média do trabalho calculada como a razão entre o PIB (medido em Dólares constantes de 2021) e a população ocupada em cada ano a partir da Penn World Table, citada como Feenstra, Inklaar e Timmer (2015).
2. Salário mínimo real anual calculado como a média para 12 meses de cada ano a partir da série do salário mínimo real mensal disponibilizada pelo IPEA (2026).
Fonte: Para a produtividade média do trabalho Feenstra, Inklaar e Timmer (2015) e para o salário mínimo real anual IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: Feenstra, Inklaar e Timmer (2015): www.ggdc.net/pwt e IPEA (2026): https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

5. Mercado de Trabalho[3]

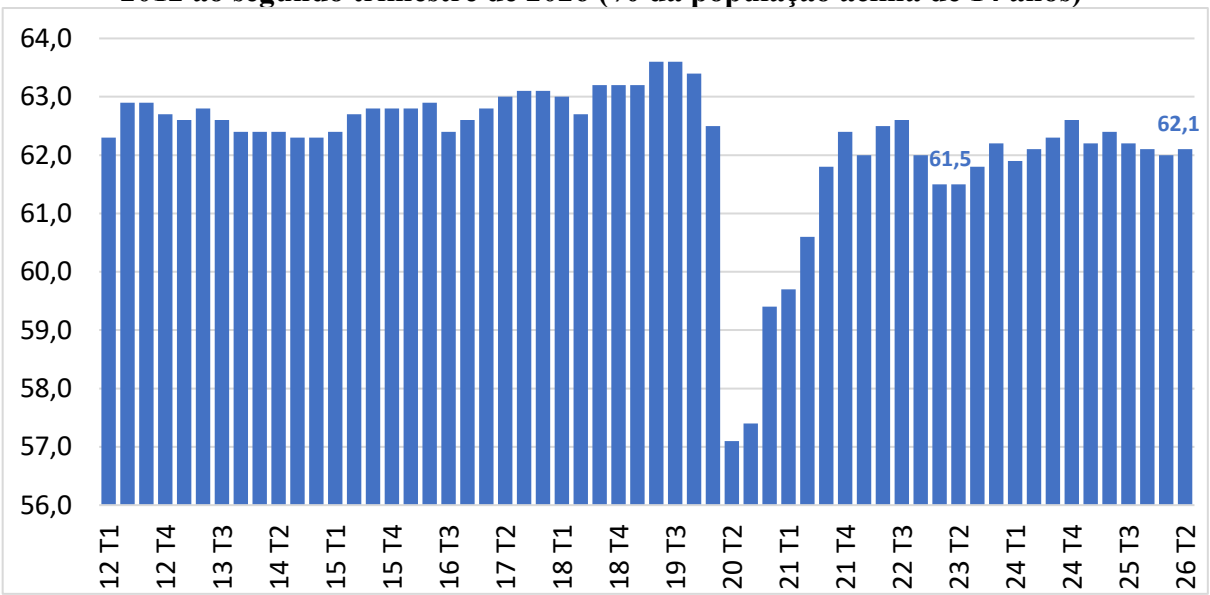
5.1 Taxa de Participação

Brasil: Pessoas de 14 anos ou mais de idade por condição em relação à força de trabalho (milhões de pessoas)[1]

	Total	Na Força de Trabalho	Fora da Força de Trabalho
2012	153,7	96,4	57,3
2013	155,8	97,9	57,8
2014	157,8	98,5	59,3
2015	159,7	100,6	59,2
2016	161,5	101,7	59,8
2017	163,2	103,2	60,0
2018	164,7	104,2	60,6
2019	166,3	106,0	60,3
2022	170,3	107,1	63,2
2023	171,5	107,0	64,5
2024	173,0	109,0	64,0
2025	174,0	109,0	65,0

1. As pessoas na força de trabalho correspondem às pessoas ocupadas e as desocupadas na semana de referência.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7158. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Evolução da taxa de participação na força de trabalho do primeiro trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2026 (% da população acima de 14 anos)[1]

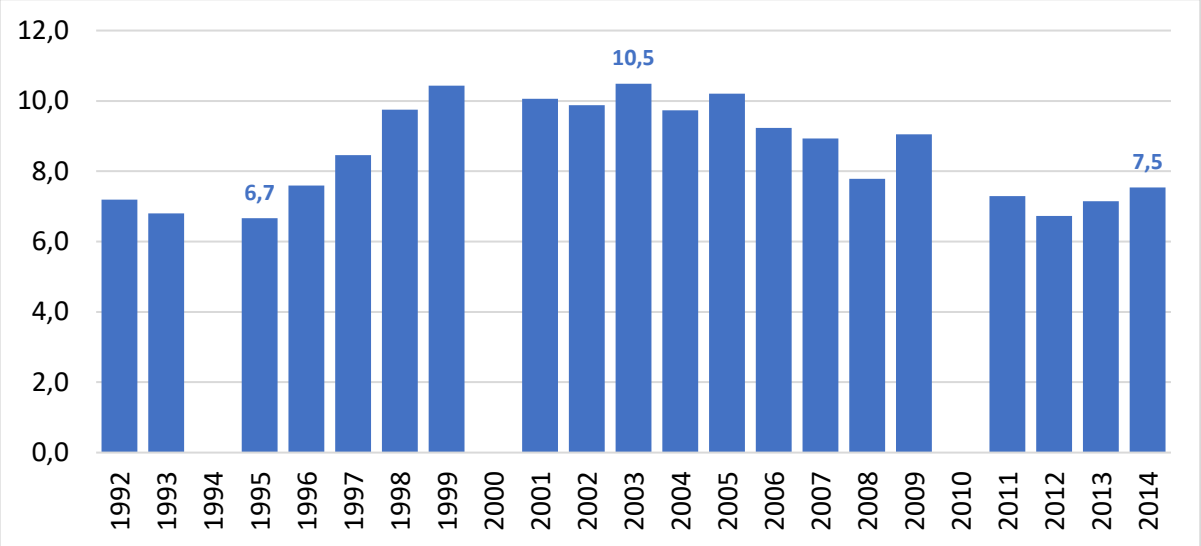


1. A taxa de participação corresponde ao percentual de pessoas na força de trabalho (as pessoas ocupadas e as desocupadas), na semana de referência, em relação às pessoas em idade de trabalhar (com 14 anos ou mais): [força de trabalho / pessoas em idade de trabalhar] x 100
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6461. Acesso em: 26 out. 2026.

[3] Para maiores informações sobre os indicadores de mercado de trabalho no Brasil ver IBGE (2026), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil, 2º trimestre de 2026.* Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202602_trimestre_novos_indicadores.pdf

5.2 Medidas de Subutilização da Força de Trabalho[4]

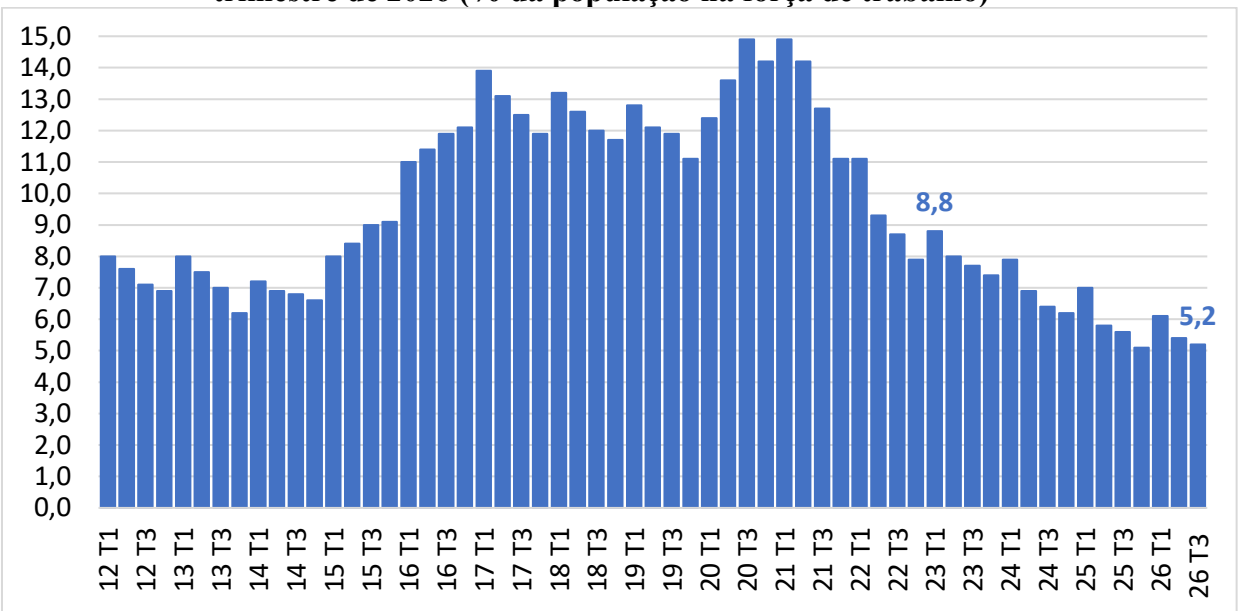
Brasil: Taxa de desocupação entre 1992 e 2014 (% da população na força de trabalho)



1. Não há dados disponíveis para os anos de 1994, 2000 e 2010.
2. Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Evolução da taxa de desocupação do primeiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2026 (% da população na força de trabalho)[1]

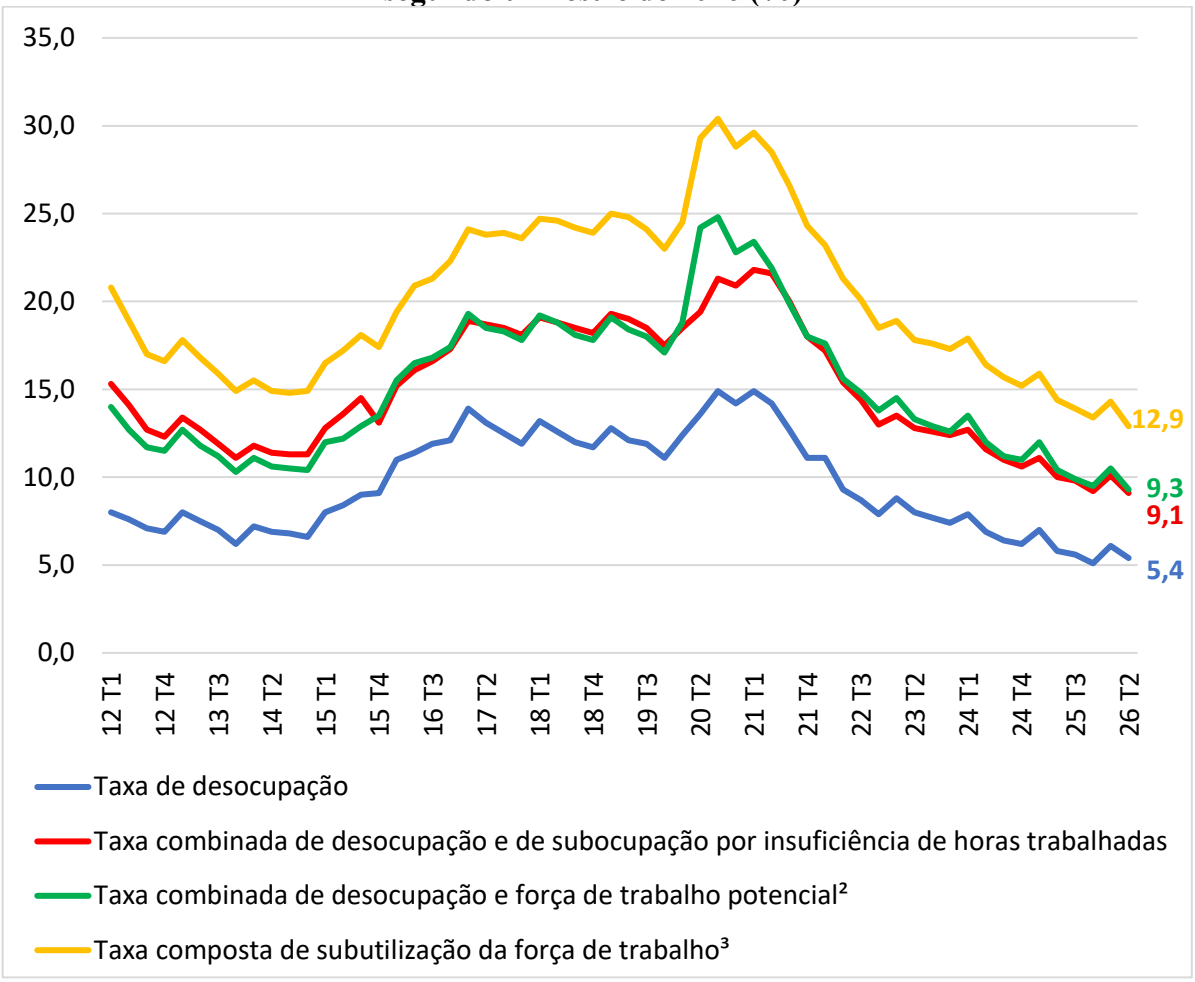


1. A taxa de desocupação corresponde ao percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho (as pessoas ocupadas e as desocupadas): [desocupados / força de trabalho] x 100.

Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4096. Acesso em: 02 nov. 2026.

[4] Para maiores informações sobre a taxa de subutilização da força de trabalho, consultar: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202602_trimestre_novos_indicadores.pdf

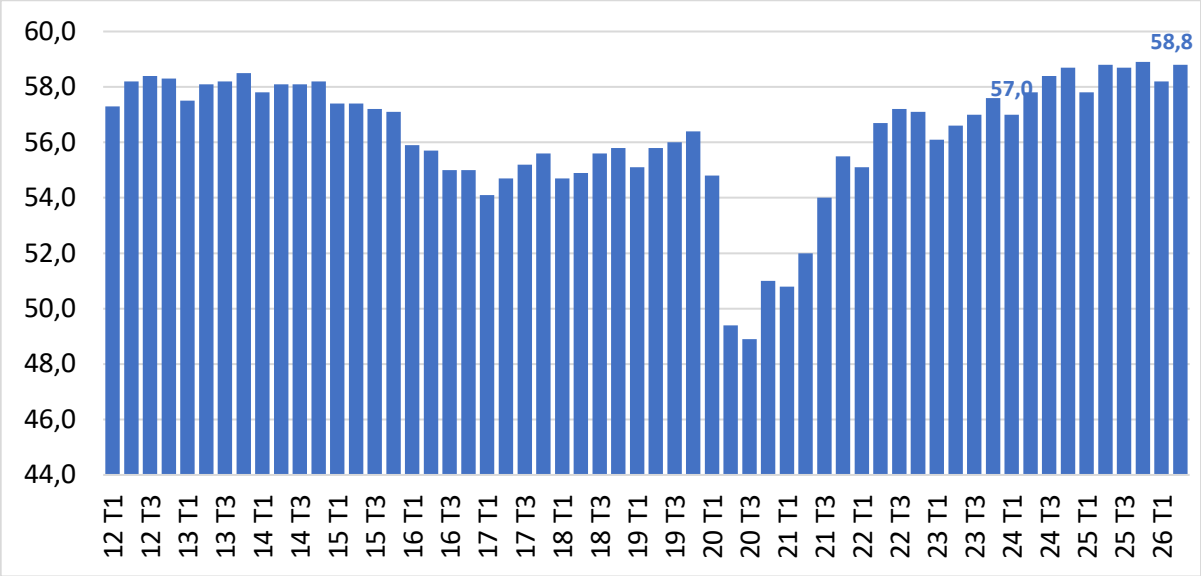
Brasil: Evolução da subutilização da força de trabalho do primeiro trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2026 (%)[1]



1. A força de trabalho potencial corresponde ao conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho.
2. A taxa composta de subutilização da força de trabalho corresponde ao percentual de pessoas subutilizadas em relação à força de trabalho ampliada: [(Subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial) / Força de Trabalho ampliada] x 100.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4099. Acesso em: 26 out. 2026.

5.3 Medidas da Estrutura Ocupacional

Brasil: Evolução do nível da ocupação das pessoas do primeiro trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2026 (% da população com 14 anos ou mais de idade)[1]



1. O nível de ocupação corresponde ao percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar (14 anos ou mais de idade): [ocupados / pessoas em idade de trabalhar] x 100.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6466. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição das pessoas ocupadas por grupamentos de atividades no trabalho principal entre 2012 e 2025 (% da população ocupada)[1]

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	2025
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11,4	11,0	10,3	10,1	9,9	9,4	9,2	9,1	9,0	8,2	7,7	7,6
Indústria geral	14,5	14,1	14,6	14,1	12,8	13,1	13,0	13,1	12,9	12,9	12,9	12,9
Construção	8,5	8,9	8,6	8,4	8,3	7,9	7,4	7,3	7,6	7,4	7,6	7,2
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,1	19,1	19,0	19,2	19,4	19,4	19,3	19,1	19,1	18,9	19,2	18,9
Transporte, armazenagem e correio	4,7	4,6	4,7	4,7	5,1	5,0	5,1	5,1	5,2	5,4	5,7	5,7
Alojamento e alimentação	4,2	4,6	4,6	4,8	5,2	5,7	5,7	6,0	5,5	5,5	5,4	5,3
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10,7	10,8	11,2	11,2	10,8	10,9	11,1	11,3	11,8	12,4	12,4	13,0
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	15,7	15,7	16,1	16,3	16,8	16,8	17,2	17,0	17,5	17,8	17,8	18,4
Outros serviços	4,3	4,6	4,4	4,6	4,9	5,0	5,3	5,4	5,3	5,4	5,5	5,4
Serviços domésticos	6,8	6,6	6,4	6,5	6,8	6,7	6,6	6,5	6,1	6,1	5,9	5,5

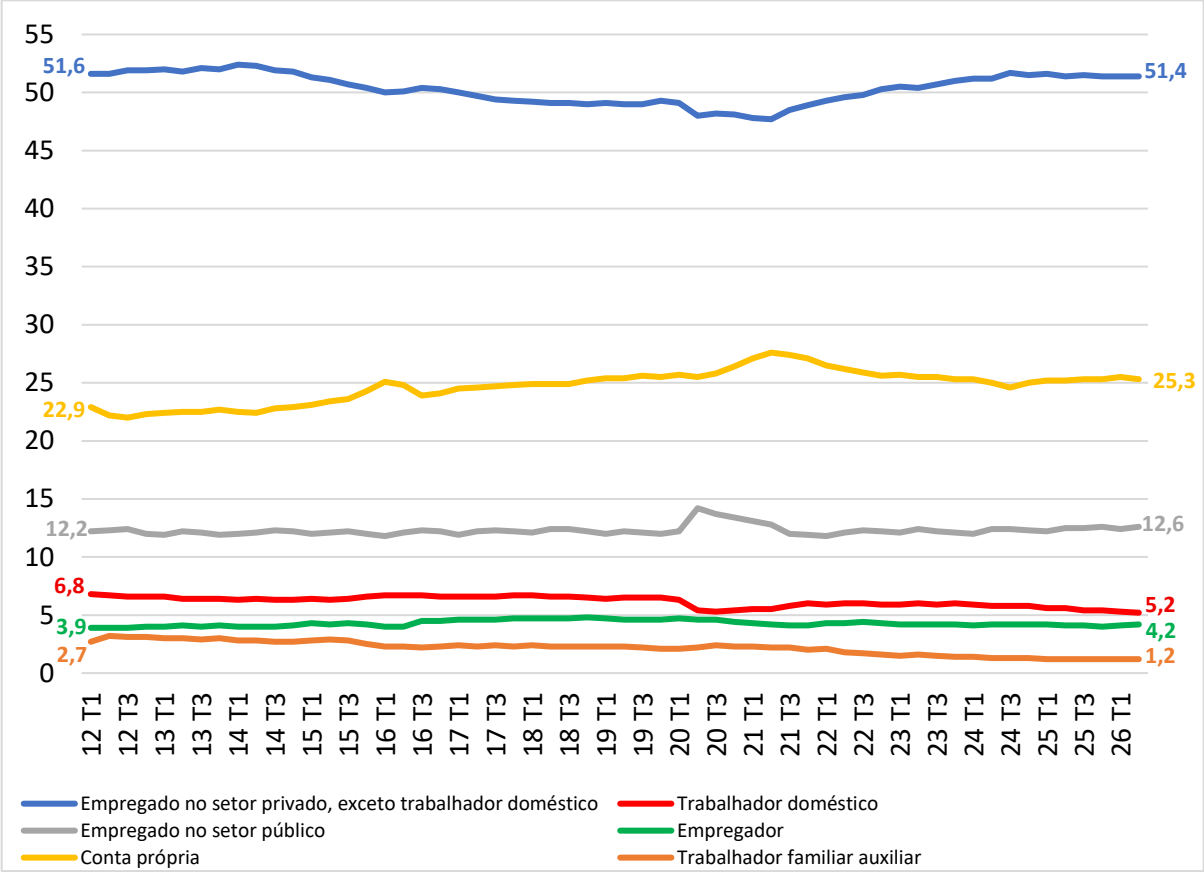
1. São consideradas as pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7130. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição das pessoas ocupadas por nível de instrução entre 2012 e 2025 (% da população ocupada)[1]

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	2025
Sem instrução e fundamental incompleto	32,6	31,6	30,2	29,1	27,8	27,2	25,7	24,6	21,5	20,3	19,6	18,3
Fundamental completo e médio incompleto	17,5	17,5	17,3	17,0	15,8	15,8	15,3	15,2	14,5	14,0	13,6	13,2
Médio completo e superior incompleto	35,7	36,2	36,8	37,4	38,3	38,8	39,3	40,3	41,8	42,8	43,4	43,6
Superior completo	14,1	14,7	15,7	16,6	18,0	18,2	19,6	20,0	22,2	22,9	23,4	24,9

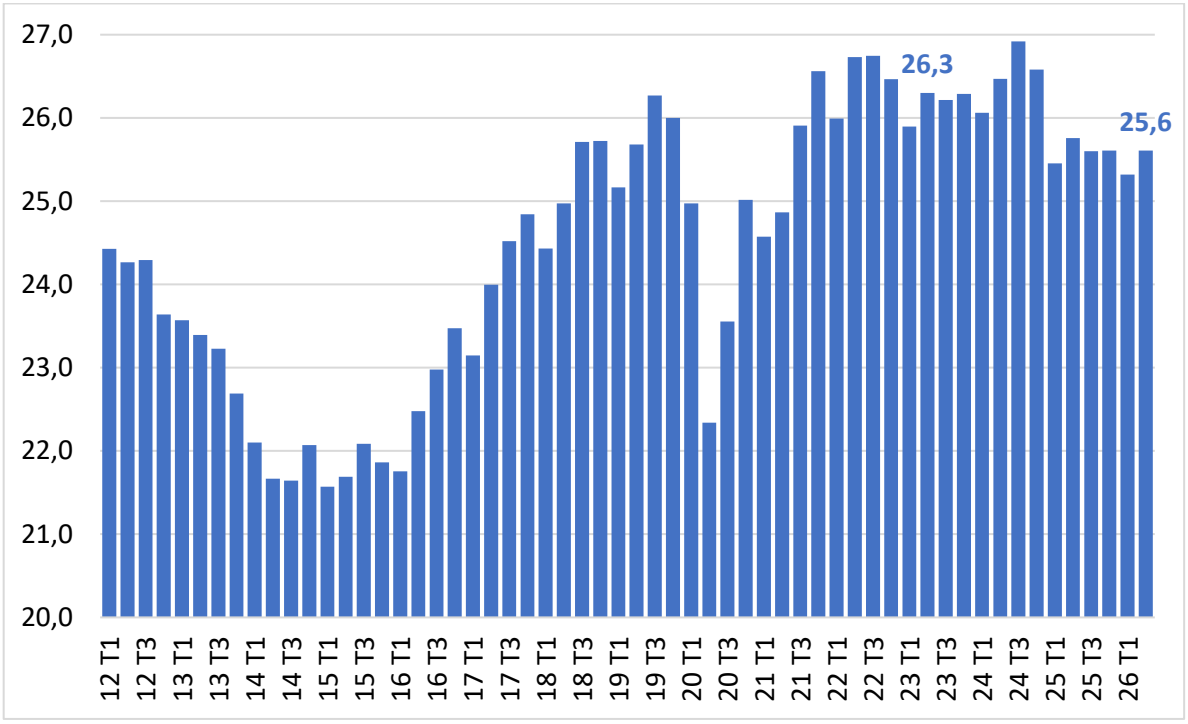
1. São consideradas as pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7107. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação do primeiro trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2026 (% da população ocupada)[1]



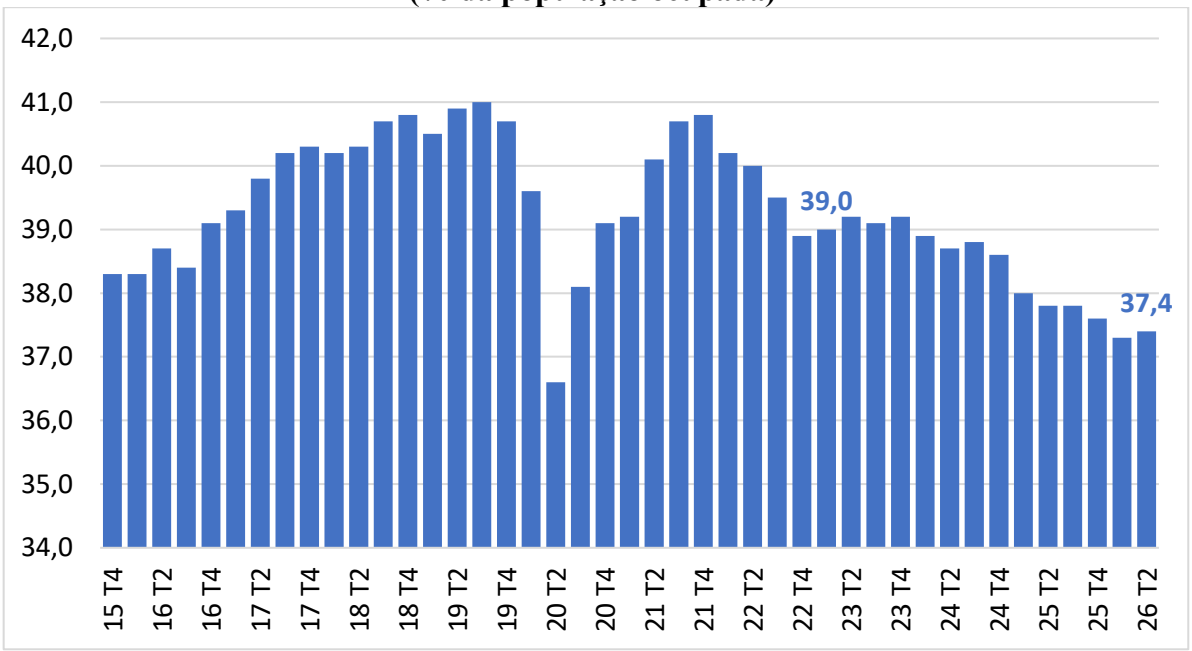
1. São consideradas as pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4097. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Percentual de trabalhadores sem carteira assinada entre os empregados do setor privado (exceto trabalhador doméstico) do primeiro trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2026



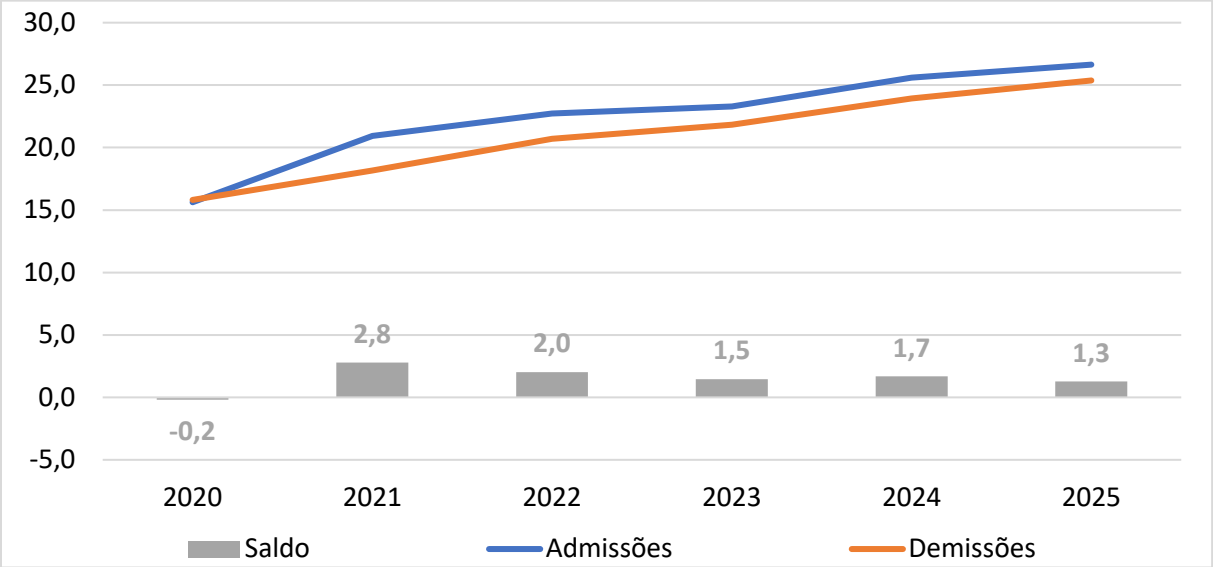
1. São consideradas as pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Taxa de informalidade da população ocupada entre 2015 e 2026 (% da população ocupada)[1]



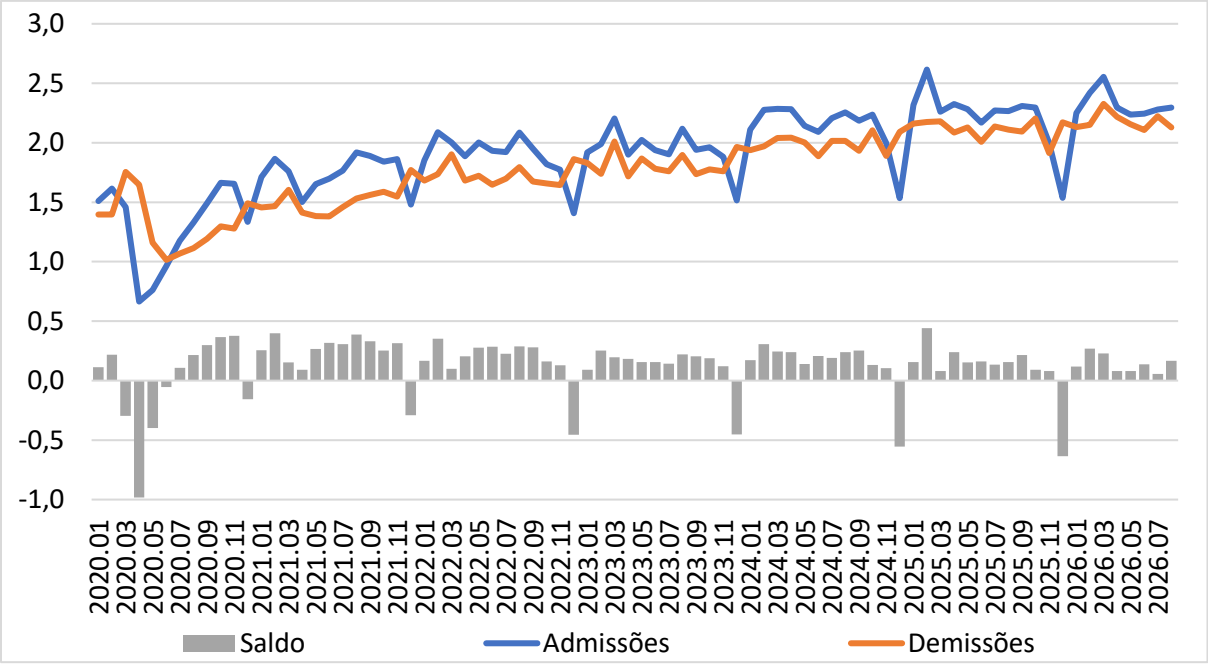
1. Para o cálculo da taxa de informalidade é considerada a porcentagem da população com 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência nas seguintes modalidades: i. empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada; ii. empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; iii. empregador sem registro no CNPJ; iv. trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ; v. trabalhador familiar auxiliar.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8529. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Evolução anual das admissões, demissões e saldo de empregados segundo o novo CAGED (com ajuste) entre 2020 e 2025 (Em milhões de empregados)[1, 2]



1. Para empregados consideram-se aqueles contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, incluindo-se também os contratados a título de experiência ou para prestação de trabalho intermitente. Esta classificação abrange: empregados sob o regime CLT, trabalhadores temporários, trabalhadores avulsos, agentes públicos, trabalhadores cedidos e dirigentes sindicais. Os dados referem-se ao total de demissões de empregados. Os valores ajustados consideram as declarações entregues fora do prazo.
2. Entre janeiro e agosto de 2026, foram registradas 18,6 milhões de admissões, 17,4 milhões de demissões, sendo o saldo aproximado de 1,2 milhão de empregados.
Fonte: Novo CAGED apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

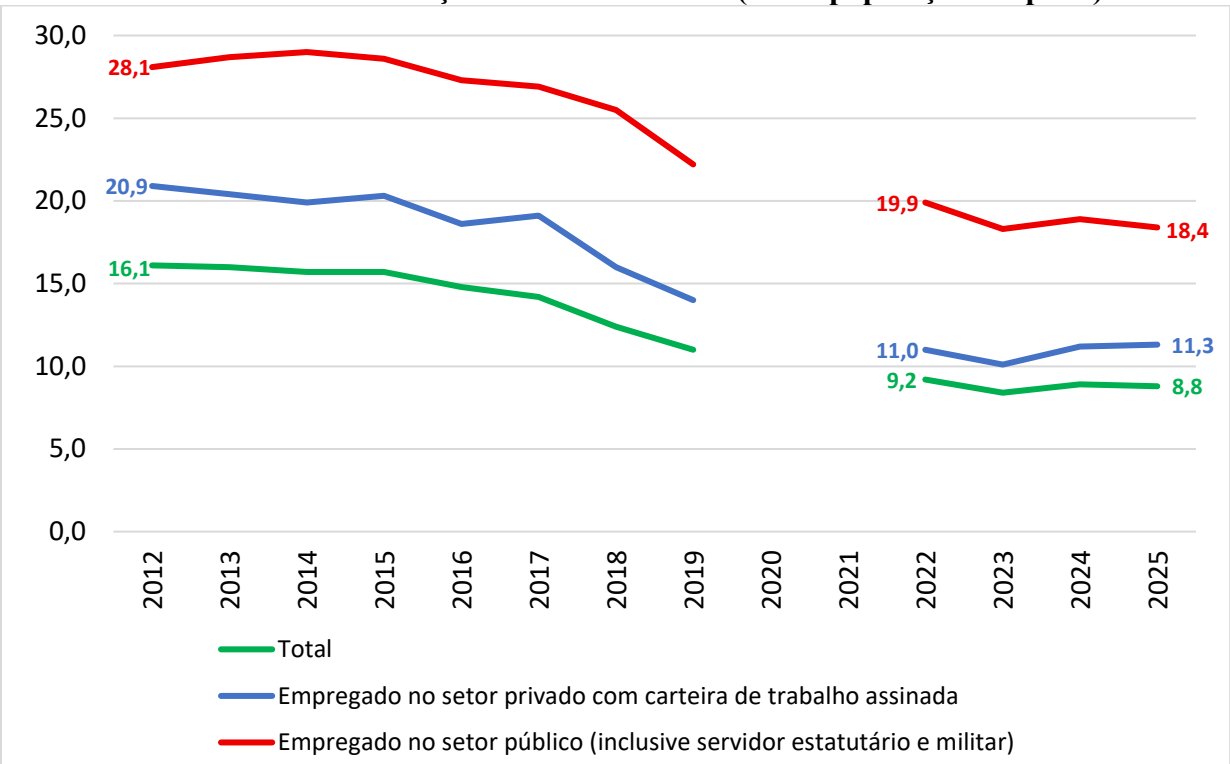
Brasil: Evolução mensal das admissões, demissões e saldo de empregados segundo o novo CAGED (com ajuste) de janeiro de 2020 a agosto de 2026 (Em milhões de empregados)[1]



Fonte: Novo CAGED apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

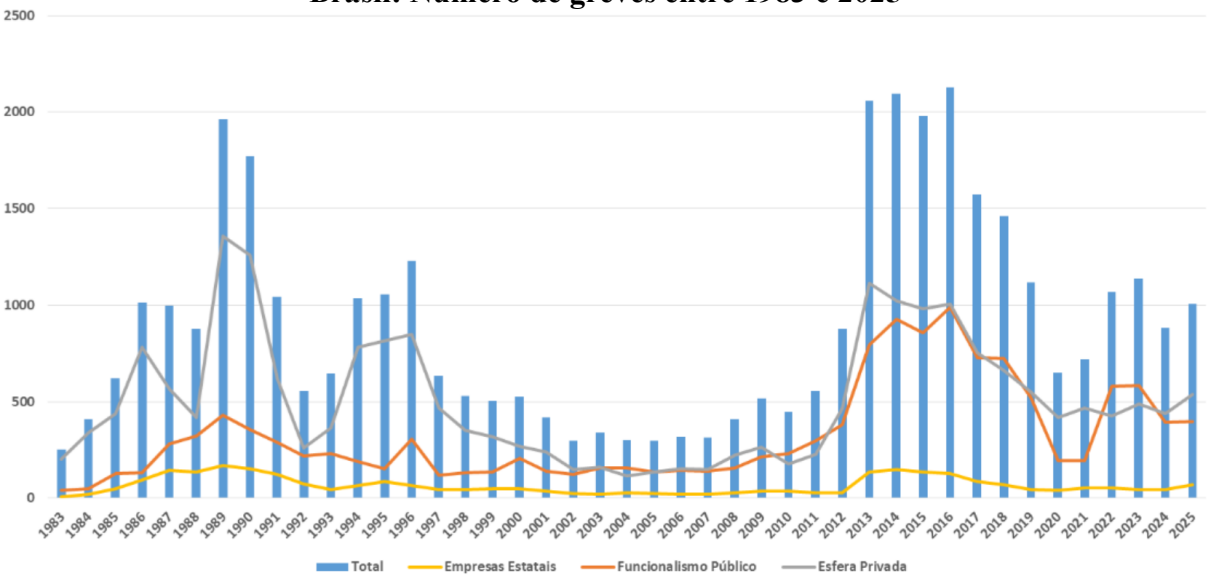
5.4 Medidas de Organização da Classe Trabalhadora

Brasil: Taxa de sindicalização entre 2012 e 2025 (% da população ocupada)[1, 2]



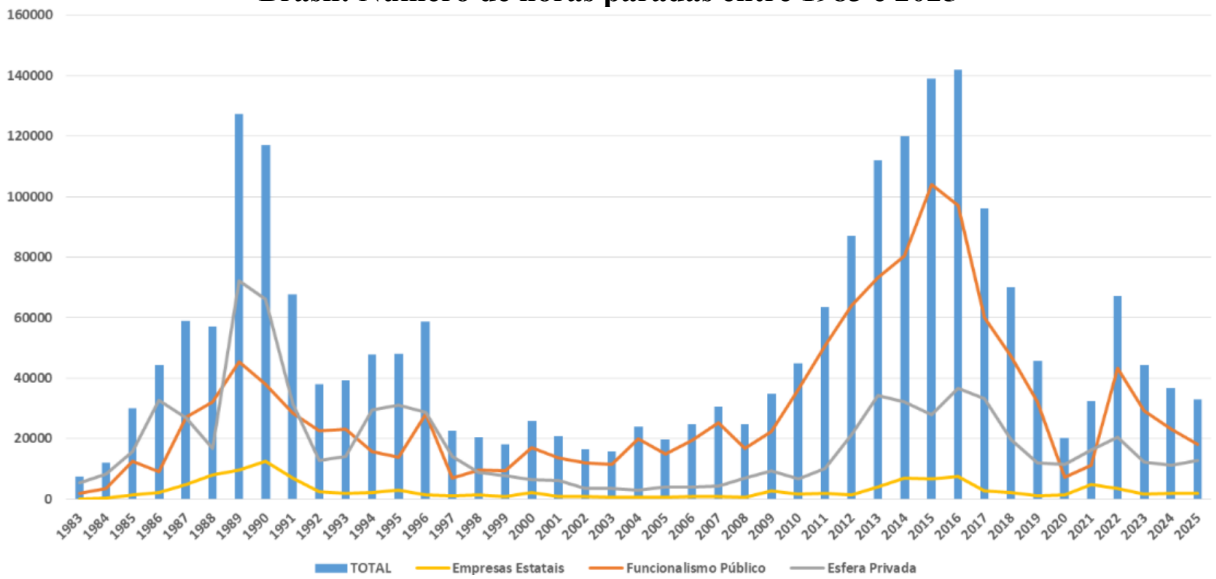
1. São consideradas as pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
2. Não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8677. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Número de greves entre 1983 e 2025



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) apud DIEESE (2026).
Disponível em: https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2026/estPesq113greves.html. Acesso em: 26 out. 2026.

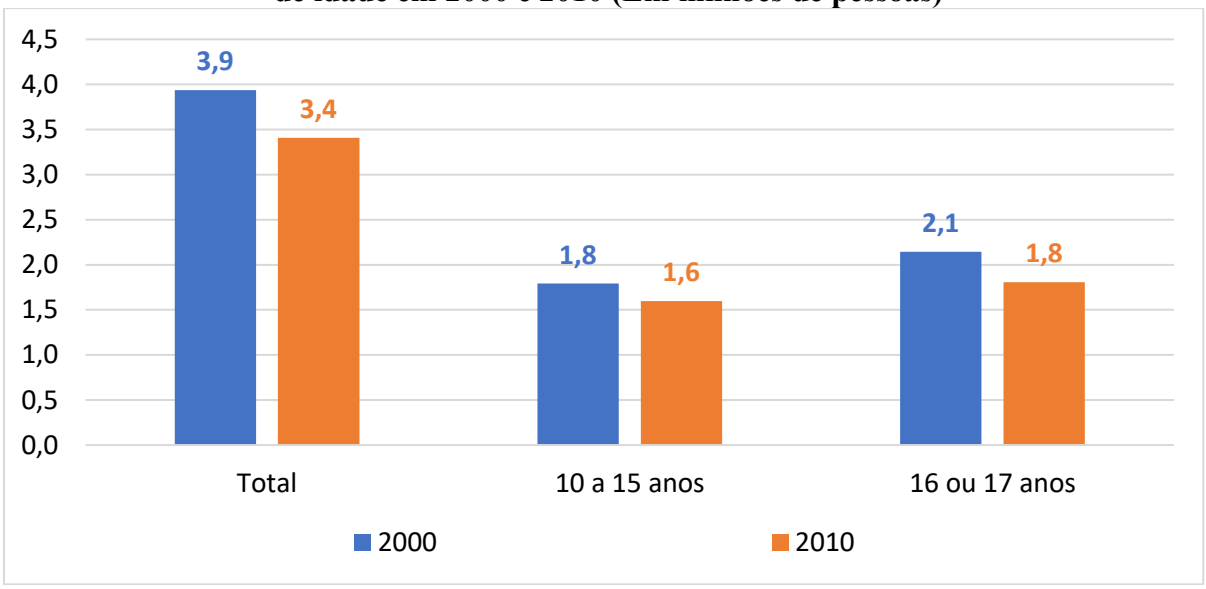
Brasil: Número de horas paradas entre 1983 e 2025



Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) apud DIEESE (2026). Disponível em: https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2026/estPesq113greves.html. Acesso em: 26 out. 2026.

5.5 Trabalho Infantil[5]

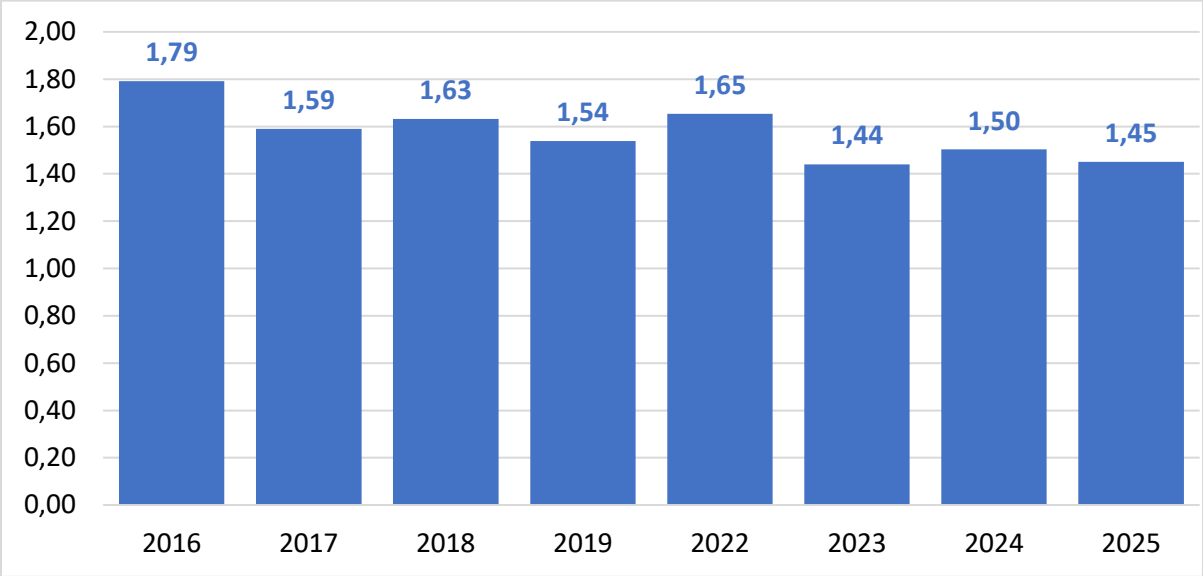
Brasil: Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade em 2000 e 2010 (Em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE (2012) apud IBGE, Censo Demográfico 2000/2010. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14232-asi-censo-2010-mais-de-3-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-trabalhavam-no-brasil. Acesso em: 26 out. 2026.

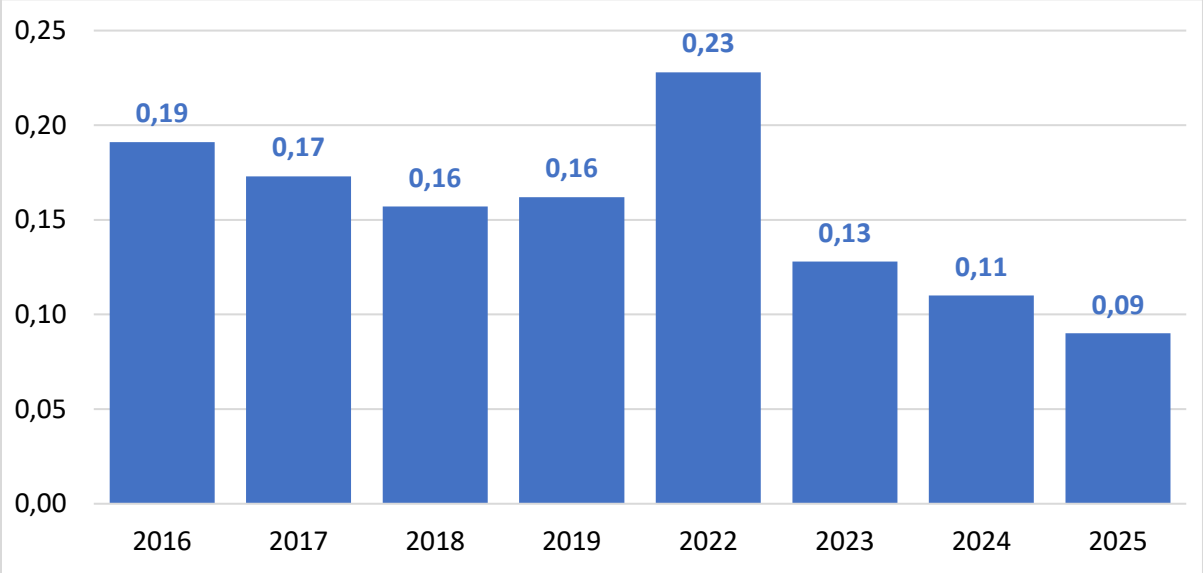
[5] Para maiores informações ver o informativo do IBGE (2025), *Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2025*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102356_informativo.pdf

Brasil: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência por grupo de idade em 2016 e 2025 (Em milhões de pessoas)[1]



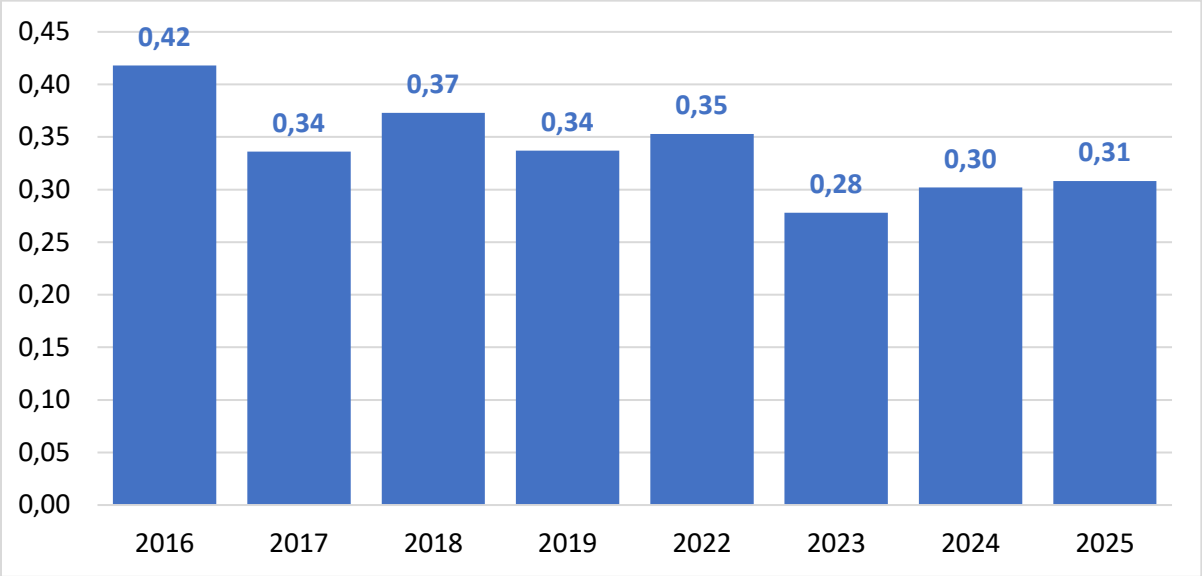
1. Não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5581. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Pessoas de 5 a 13 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade em 2016 e 2025 (Em milhões de pessoas)[1]



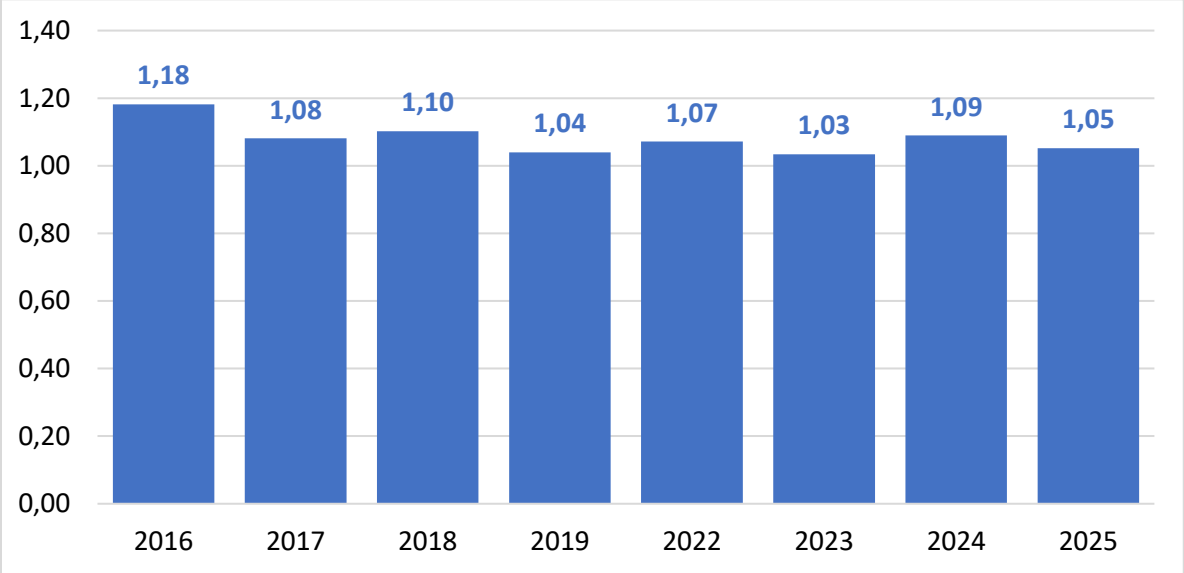
1. Não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5581. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Pessoas de 14 a 15 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade em 2016 e 2025 (Em milhões de pessoas)[1]



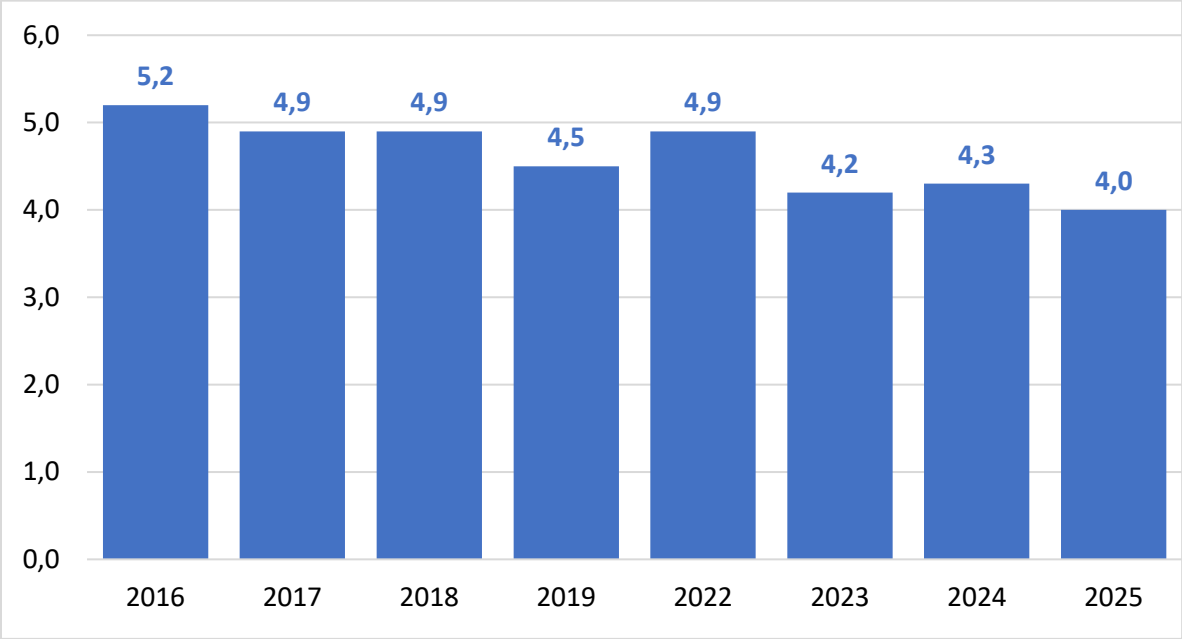
1. Não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5581. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Pessoas de 16 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade em 2016 e 2025 (Em milhões de pessoas)[1]



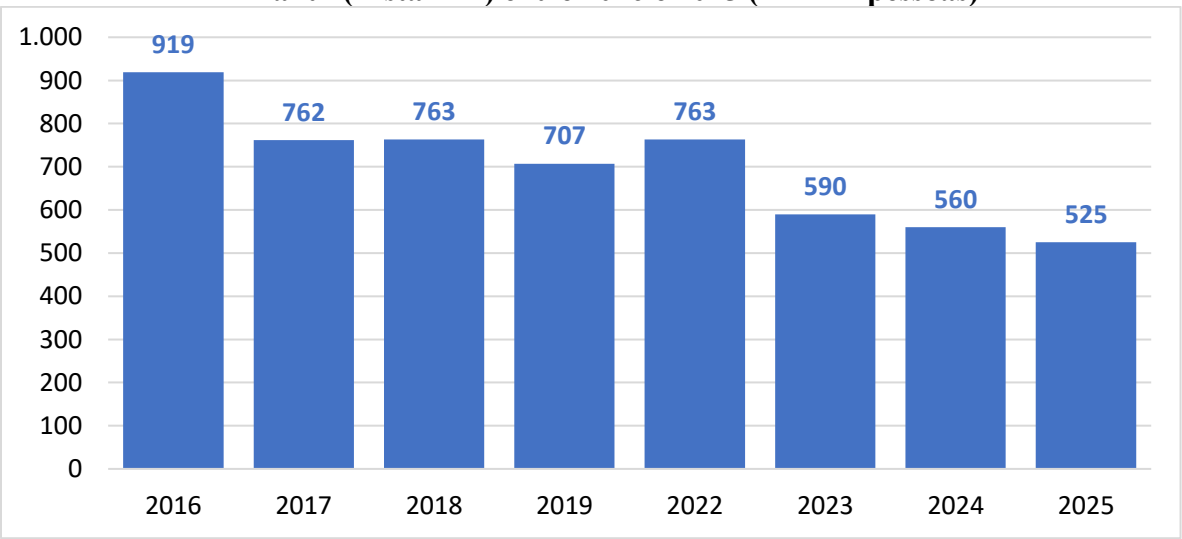
1. Não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5581. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Pessoas em situação de trabalho infantil na população de 5 a 17 anos de idade (% da população entre 5 a 17 anos)[1]



1. Não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.
Fonte: IBGE (2026, p. 4).
Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102356_informativo.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Pessoas de 5 a 17 anos de idade classificadas nas Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) entre 2016 e 2025 (Em mil pessoas)

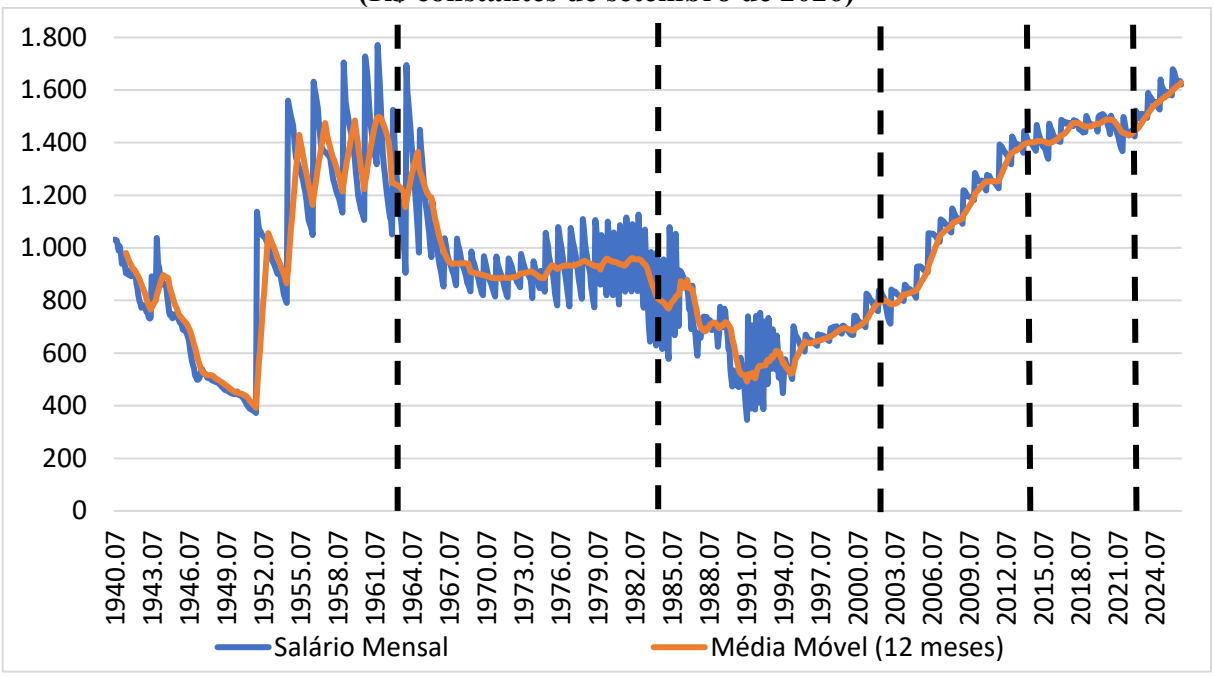


1. Não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.
Fonte: IBGE (2026, p. 9).
Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102356_informativo.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

6. Rendimento

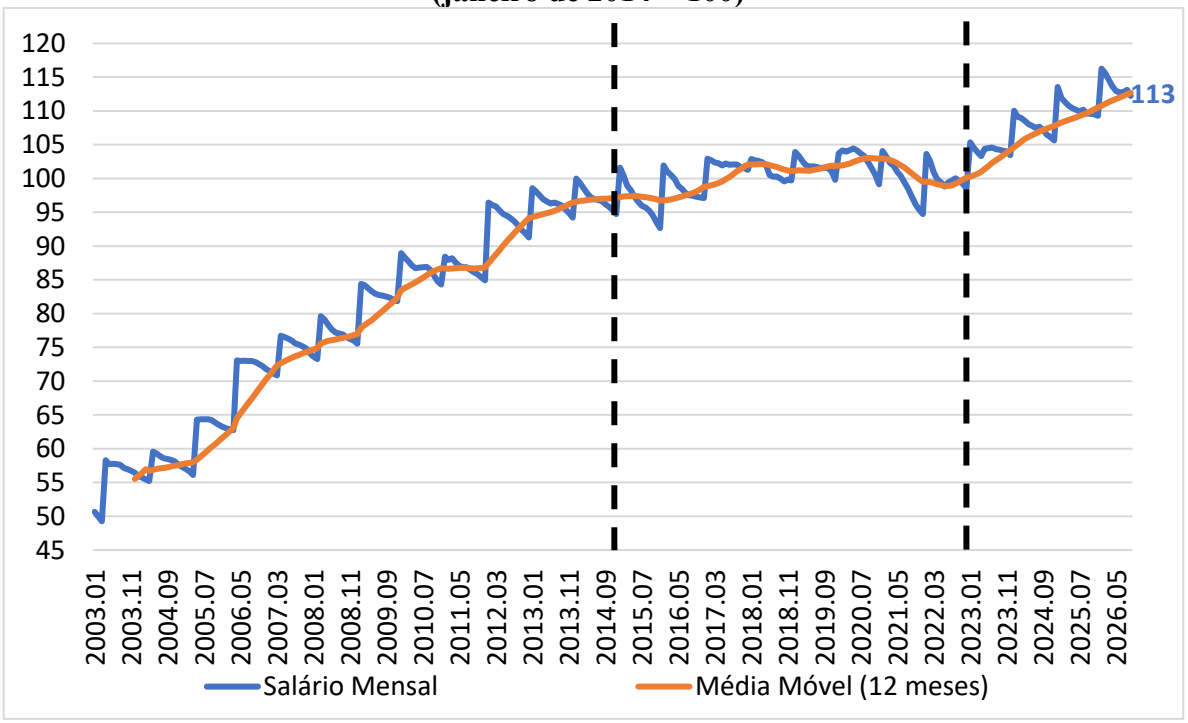
6.1 Salário Mínimo

Brasil: Salário mínimo real mensal de julho de 1940 a setembro de 2026
(R$ constantes de setembro de 2026)



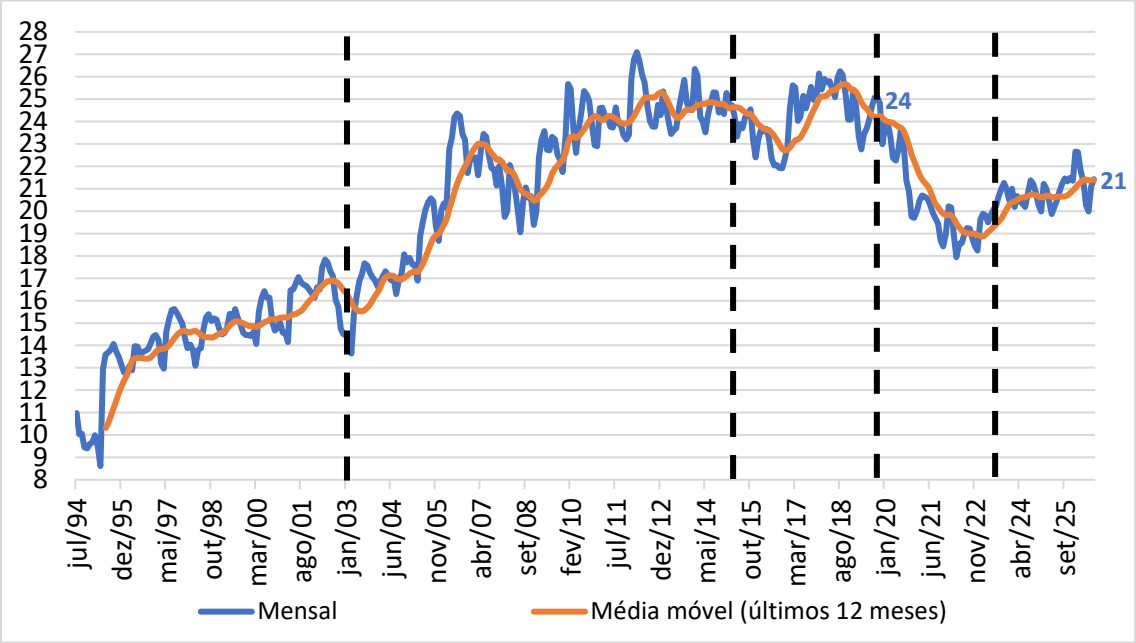
Fonte: IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Salário mínimo real mensal de janeiro de 2003 a setembro de 2026
(janeiro de 2014 = 100)[1]



1. Reais constantes de setembro de 2026
Fonte: IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Razão mensal entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário de julho de 1994 a setembro de 2026 (% do salário mínimo necessário)[1]



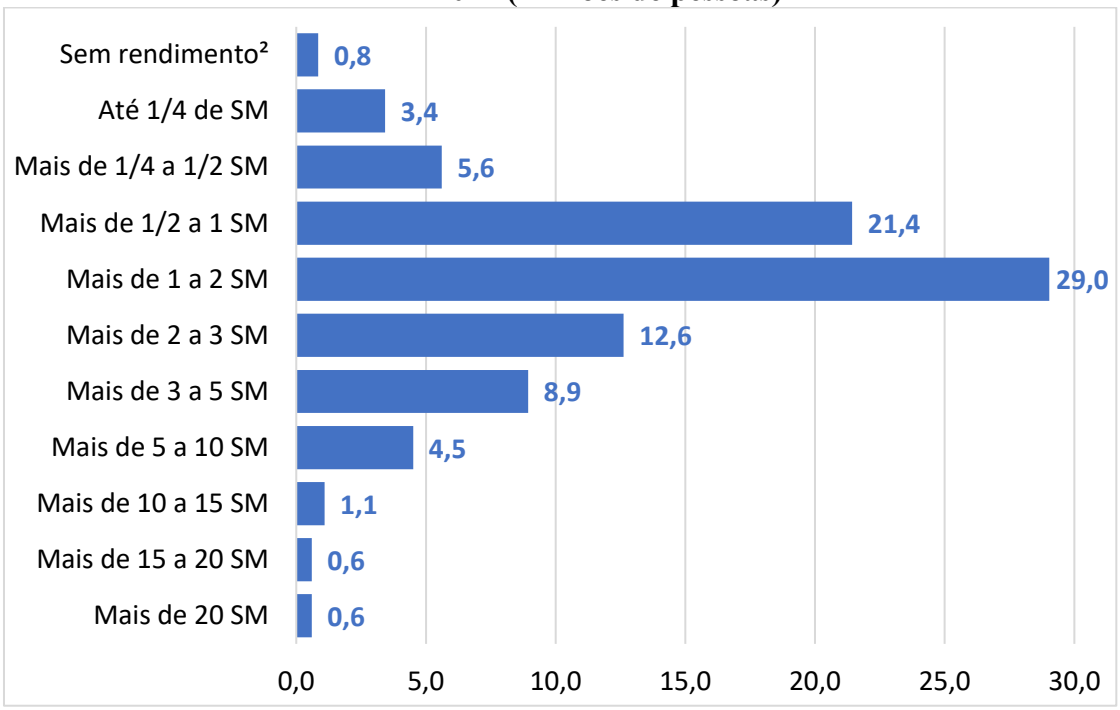
Fonte: DIEESE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Razão entre a cesta básica e o salário mínimo líquido[1] de dezembro de 2003 a setembro de 2026 em meses selecionados

	Salário mínimo líquido (%)	Tempo trabalho
Dez/03	65,0	131h 51 min
Dez/10	48,5	98h 11 min
Mar/12	41,9	84h 53 min
Dez/14	46,3	93h 39 min
Ago/18	42,3	85h 43 min
Fev/20	46,8	94h 57 min
Dez/22	60,2	122h 32 min
Dez/23	53,6	109h 03 min
Dez/24	53,8	109h 23 min
Dez/25	48,5	98h 41 min
Set/26	49,9	102h 11 min

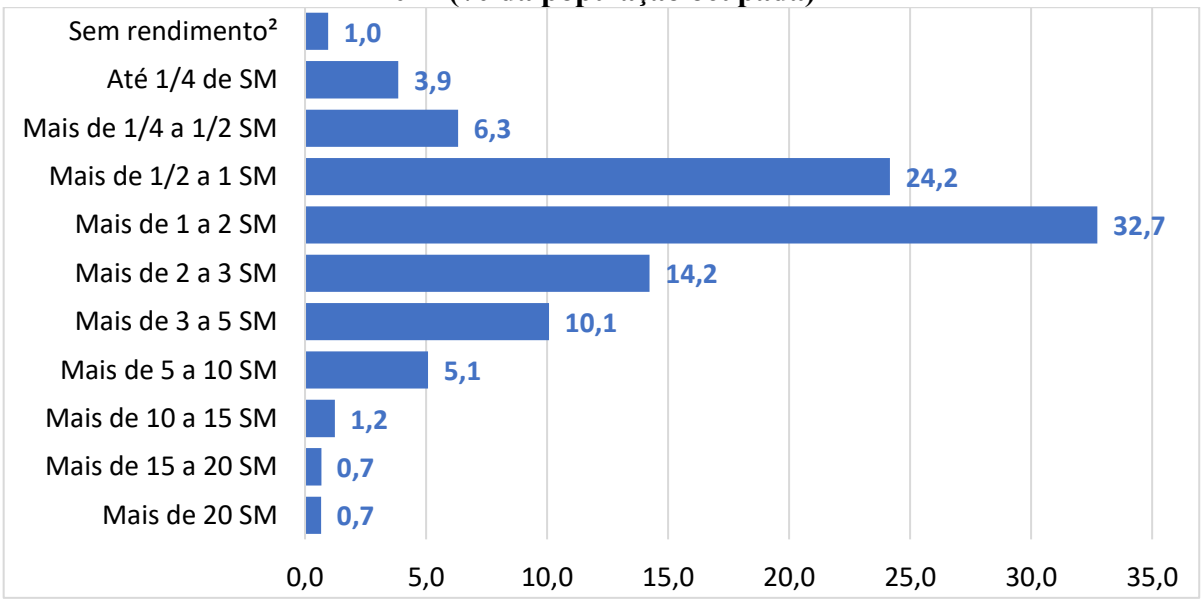
1. Salário mínimo líquido descontado a contribuição para a Previdência Social.
Fonte: DIEESE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.dieese.org.br/. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência por classes de rendimento de todos os trabalhos medido em salários mínimos (SM) em 2022 (milhões de pessoas)



1. Salário mínimo utilizado: R$ 1.212.
2. Reúne, principalmente, quem é trabalhador familiar.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10292. Acesso em: 16 out. 2026.

Brasil: Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência por classes de rendimento de todos os trabalhos medido em salários mínimos (SM) em 2022 (% da população ocupada)[1]



1. Salário mínimo utilizado: R$ 1.212.
2. Reúne, principalmente, quem é trabalhador familiar.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10292. Acesso em: 16 out. 2026.

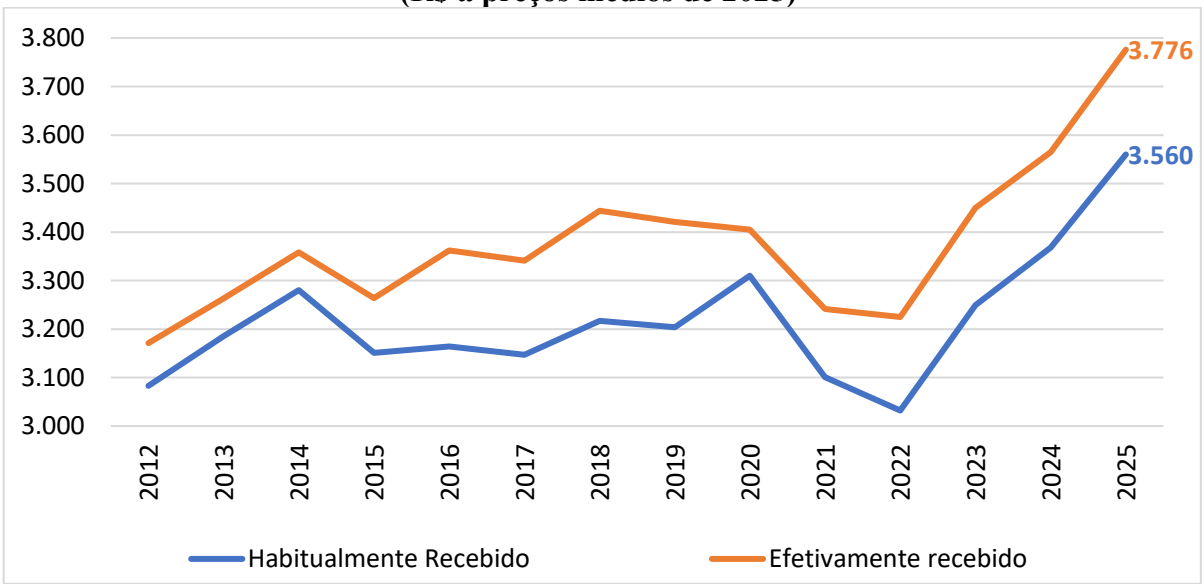
6.2 Rendimento de Todos os Trabalhos e Outras Fontes[6]

Brasil: Rendimento médio mensal real da população com rendimento por tipo de rendimento entre 2012 e 2025 (R$ a preços médios de 2025)[1]

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Todas as fontes	2.984	3.055	3.126	3.033	3.021	3.025	3.105	3.101	2.992	2.835	2.890	3.106	3.195	3.367
Habitualmente recebido em todos os trabalhos	3.083	3.185	3.280	3.151	3.164	3.147	3.217	3.204	3.310	3.101	3.032	3.249	3.368	3.560
Efetivamente recebido em todos os trabalhos	3.171	3.263	3.358	3.264	3.362	3.341	3.444	3.421	3.405	3.241	3.225	3.450	3.565	3.776
Outras fontes	1.945	1.939	1.973	1.981	1.953	2.005	2.062	2.070	1.752	1.687	1.889	2.004	2.004	2.079
Aposentadoria e pensão	2.519	2.556	2.634	2.585	2.586	2.614	2.703	2.729	2.591	2.449	2.463	2.623	2.641	2.697
Aluguel e arrendamento	2.444	2.293	2.384	2.533	2.346	2.362	2.324	2.319	2.199	2.281	2.008	2.394	2.259	2.526
Pensão, alimentícia, doação e mesada de não morador	829	897	904	888	867	884	896	870	871	830	783	821	807	863
Programas sociais do governo	436	466	489	505	492	493	498	508	826	472	719	857	875	870
Outros rendimentos	2.194	1.969	1.730	1.822	1.999	2.034	2.069	2.007	1.762	1.989	2.031	2.002	2.223	2.302

1. O rendimento de trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7437. Acesso em: 26 out. 2026.

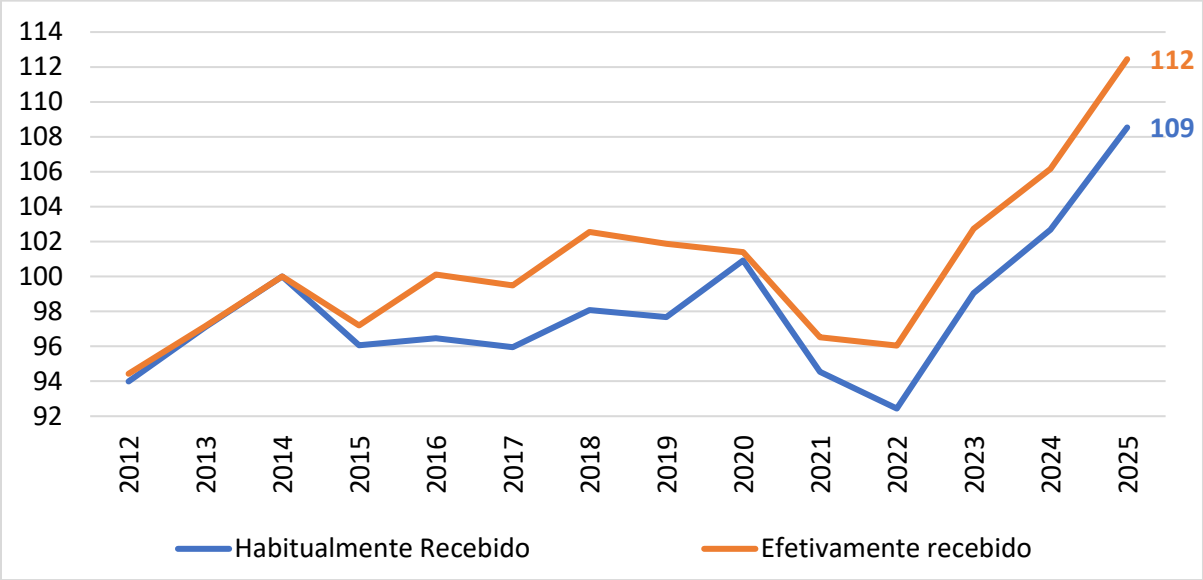
Brasil: Rendimento médio mensal real habitualmente recebido e efetivamente recebido de todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas entre 2012 e 2025 (R$ a preços médios de 2025)[1]



1. São consideradas as pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7437. Acesso em: 26 out. 2026.

[6] Para maiores informações ver o informativo do IBGE (2026), *Rendimento de todas as fontes 2025*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102275_informativo.pdf

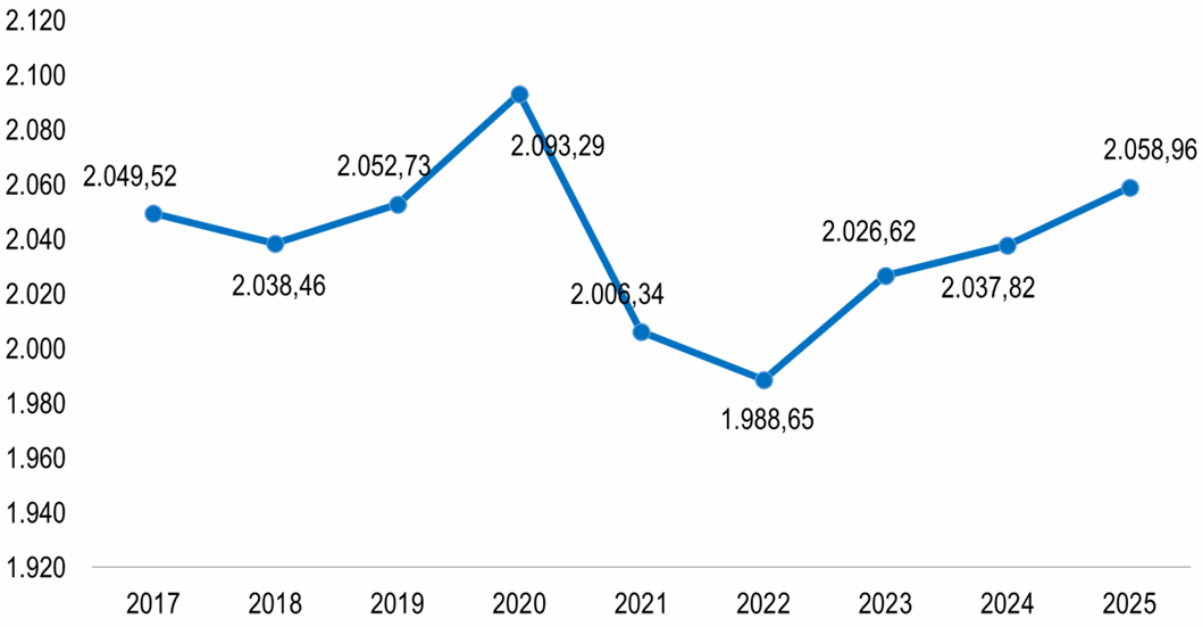
Brasil: Rendimento médio mensal real habitualmente recebido e efetivamente recebido de todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas entre 2012 e 2025 (2014 = 100)[1, 2]



1. Medido em Reais a preços médios de 2025.
2. São consideradas as pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7437. Acesso em: 26 out. 2026.

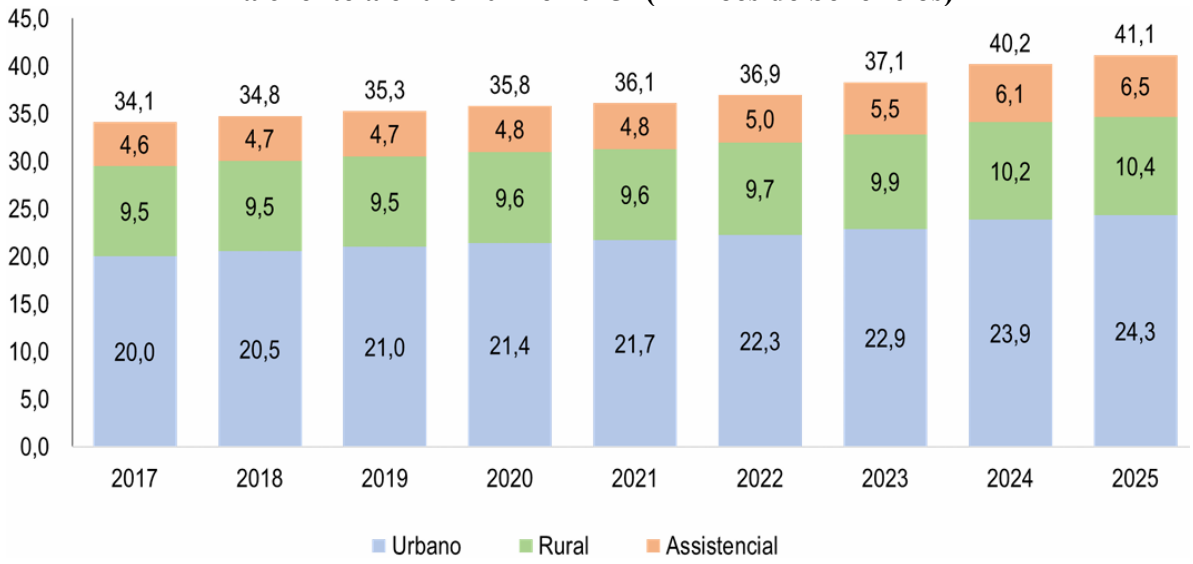
6.3 Previdência Social

Brasil: Valor líquido médio do total dos benefícios emitidos pela Previdência Social entre 2017 e 2025 (R$ constantes de dezembro de 2025)[1, 2]



1. Média de janeiro a dezembro de cada ano.
2. Deflacionado pelo INPC.
Fonte: Ministério da Previdência Social (2026, p. 14).
Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/informes-de-previdencia-social/2026/informe-janeiro-2026.pdf . Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Evolução da quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela entre 2017 e 2025[1] (milhões de benefícios)



1. Média de janeiro a dezembro.
Fonte: Ministério da Previdência Social (2026, p. 14).
Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/informes-de-previdencia-social/2026/informe-janeiro-2026.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social em dezembro de 2024 e novembro e dezembro de 2025

Item	dez/24 (A)	nov/25 (B)	dez/25 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)
TOTAL	**40.768.504**	**41.643.001**	**41.641.941**	**(0,0)**	**2,1**
PREVIDENCIÁRIOS	**33.574.121**	**34.302.183**	**34.317.188**	**0,0**	**2,2**
Aposentadorias	23.439.096	24.113.132	24.144.902	0,1	3,0
Idade	13.164.623	13.700.337	13.724.304	0,2	4,3
Invalidez	3.272.749	3.354.583	3.361.965	0,2	2,7
Tempo de Contribuição	7.001.724	7.058.212	7.058.633	0,0	0,8
Pensão por Morte	8.417.315	8.514.296	8.514.458	0,0	1,2
Auxílio-Doença	1.417.831	1.292.310	1.278.081	(1,1)	(9,9)
Salário-Maternidade	94.473	135.054	130.762	(3,2)	38,4
Outros	205.406	247.391	248.985	0,6	21,2
ACIDENTÁRIOS	**821.962**	**853.148**	**855.883**	**0,3**	**4,1**
Aposentadorias	208.469	211.581	211.790	0,1	1,6
Pensão por Morte	93.593	91.743	91.637	(0,1)	(2,1)
Auxílio-Doença	91.964	94.567	95.224	0,7	3,5
Auxílio-Acidente	408.583	437.821	439.888	0,5	7,7
Auxílio-Suplementar	19.353	17.436	17.344	(0,5)	(10,4)
ASSISTENCIAIS	**6.358.655**	**6.474.152**	**6.455.206**	**(0,3)**	**1,5**
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	6.305.327	6.425.909	6.407.302	(0,3)	1,6
Pessoa idosa	2.725.748	2.672.203	2.665.811	(0,2)	(2,2)
Pessoa com deficiência	3.578.769	3.752.547	3.740.293	(0,3)	4,5
Outros benefícios assistenciais	810	1.159	1.198	3,4	47,9
Rendas Mensais Vitalícias	53.328	48.243	47.904	(0,7)	(10,2)
Idade	2.706	2.167	2.129	(1,8)	(21,3)
Invalidez	50.622	46.076	45.775	(0,7)	(9,6)
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	**13.766**	**13.518**	**13.664**	**1,1**	**(0,7)**

Fonte: Ministério da Previdência Social (2026, p. 13).
Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/informes-de-previdencia-social/2026/informe-janeiro-2026.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

6.4 Programas Sociais

Brasil: Domicílios particulares permanentes por recebimento de rendimento de programas sociais do governo entre 2012 e 2025 em anos selecionados (% dos domicílios particulares)

	2012	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Recebe algum programa social do governo	19,3	17,9	31,4	25,0	20,7	23,0	23,6	22,7
Recebe Bolsa Família	16,6	14,3	7,3	8,6	18,9	18,9	18,9	17,2
Recebe BPC-LOAS	2,5	3,6	3,2	3,2	4,2	4,2	5,0	5,3
Recebe outros programas sociais	1,4	0,7	23,6	15,5	1,4	1,4	2,1	2,4

Fonte: IBGE (2026, p. 10).
Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102275_informativo.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Domicílios particulares permanentes por recebimento de rendimento de programas sociais do governo por grandes regiões em 2025 (% dos domicílios particulares)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Recebe algum programa social do governo	38,8	39,8	14,8	10,8	17,0
Recebe Bolsa Família	31,6	32,4	10,3	6,8	11,0
Recebe BPC-LOAS	7,3	7,7	4,2	3,4	5,1
Recebe outros programas sociais	4,8	4,1	1,3	1,1	3,3

Fonte: IBGE (2026, p. 10).
Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102275_informativo.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita segundo o recebimento de programas sociais do governo entre 2012 e 2025 em anos selecionados (R$ a preços médios de 2025)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Algum programa social														
Recebe	604	635	662	641	603	583	586	590	934	689	695	784	858	886
Não recebe	2.187	2.246	2.292	2.195	2.187	2.175	2.267	2.292	2.337	2.116	2.196	2.493	2.619	2.787
Bolsa Família														
Recebe	529	560	574	546	511	490	488	488	512	456	609	695	753	774
Não recebe	2.150	2.207	2.252	2.155	2.145	2.132	2.218	2.240	1.961	1.853	2.144	2.429	2.536	2.682
BPC-LOAS														
Recebe	989	1.040	1.062	1.046	1.023	1.026	988	1.030	1.070	985	1.027	1.168	1.223	1.218
Não recebe	1.806	1.864	1.917	1.857	1.836	1.839	1.914	1.939	1.847	1.717	1.841	2.059	2.169	2.327
Outros programas sociais														
Recebe	888	748	903	981	859	844	994	932	1.042	771	934	908	916	948
Não recebe	1.798	1.867	1.913	1.842	1.816	1.820	1.886	1.911	2.112	1.892	1.826	2.039	2.152	2.309

Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7458. Acesso em: 26 out. 2026.

6.4.1 Bolsa Família[7]

Brasil: Famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) e pelo Programa Auxílio Brasil (PAB) de dezembro de 2005 a outubro de 2026[1]



1. O PBF teve início em outubro de 2003 e foi interrompido em outubro de 2021, sendo substituído pelo PAB, que durou até dezembro de 2022, quando foi extinto, sendo substituído pela recriação do PBF.
Fonte: MDS (2026).
Disponível em: https://mds.gov.br/monitora/. Acesso em: 26 out. 2026.

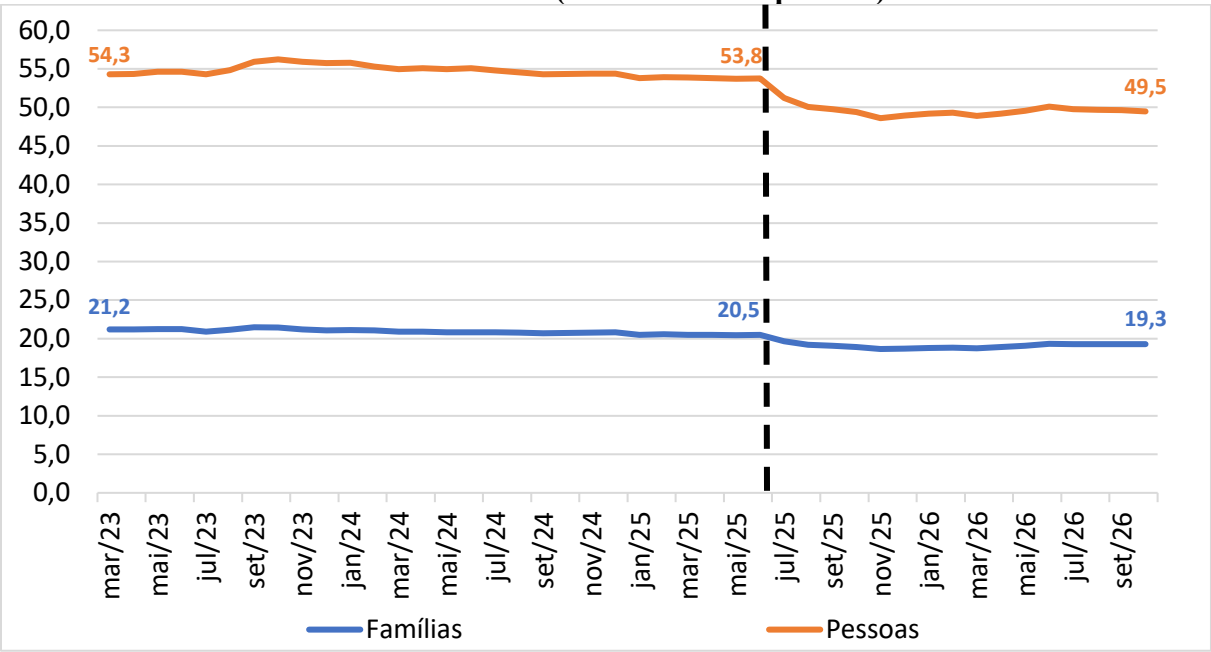
Brasil: Pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) e pelo Programa Auxílio Brasil (PAB) de dezembro de 2005 a outubro de 2026[1]



1. O PBF teve início em outubro de 2003 e foi interrompido em outubro de 2021, sendo substituído pelo PAB, que durou até dezembro de 2022, quando foi extinto, sendo substituído pela recriação do PBF.
Fonte: MDS (2026).
Disponível em: https://mds.gov.br/monitora/. Acesso em: 26 out. 2026.

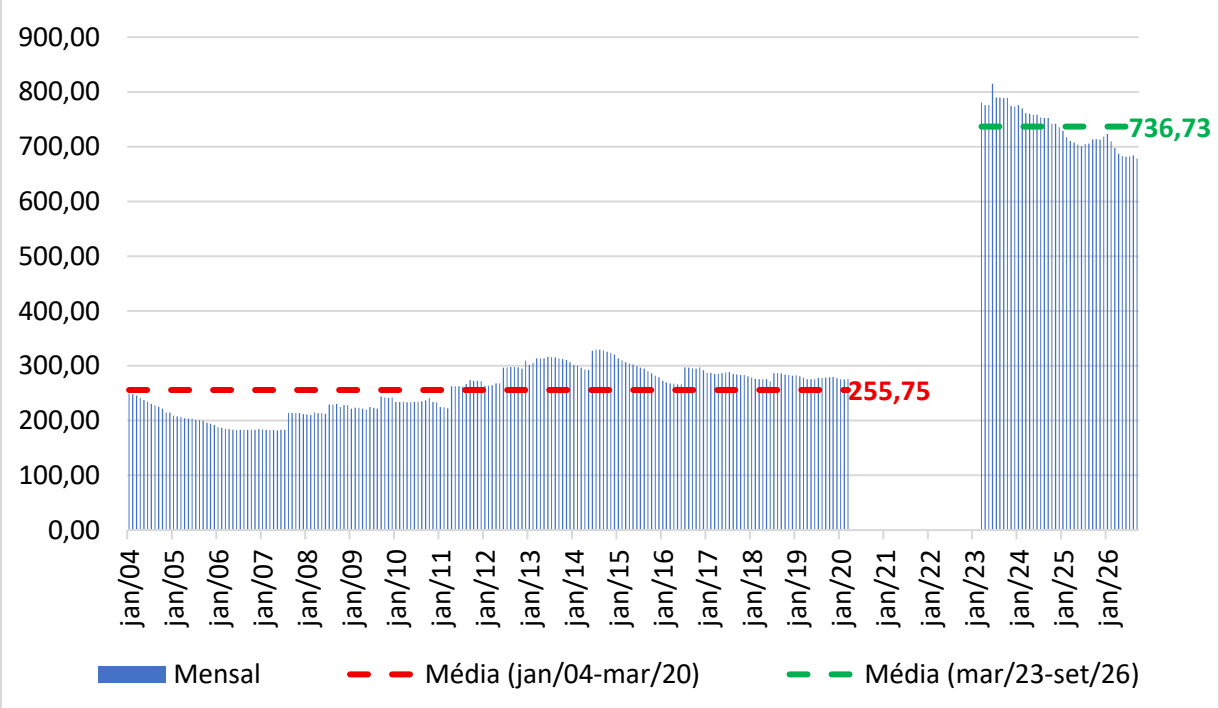
[7] Para informações sobre os critérios de elegibilidade do PBF, ver Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia

Brasil: Famílias e pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família de março de 2023 a outubro de 2026 (Em milhões de pessoas)



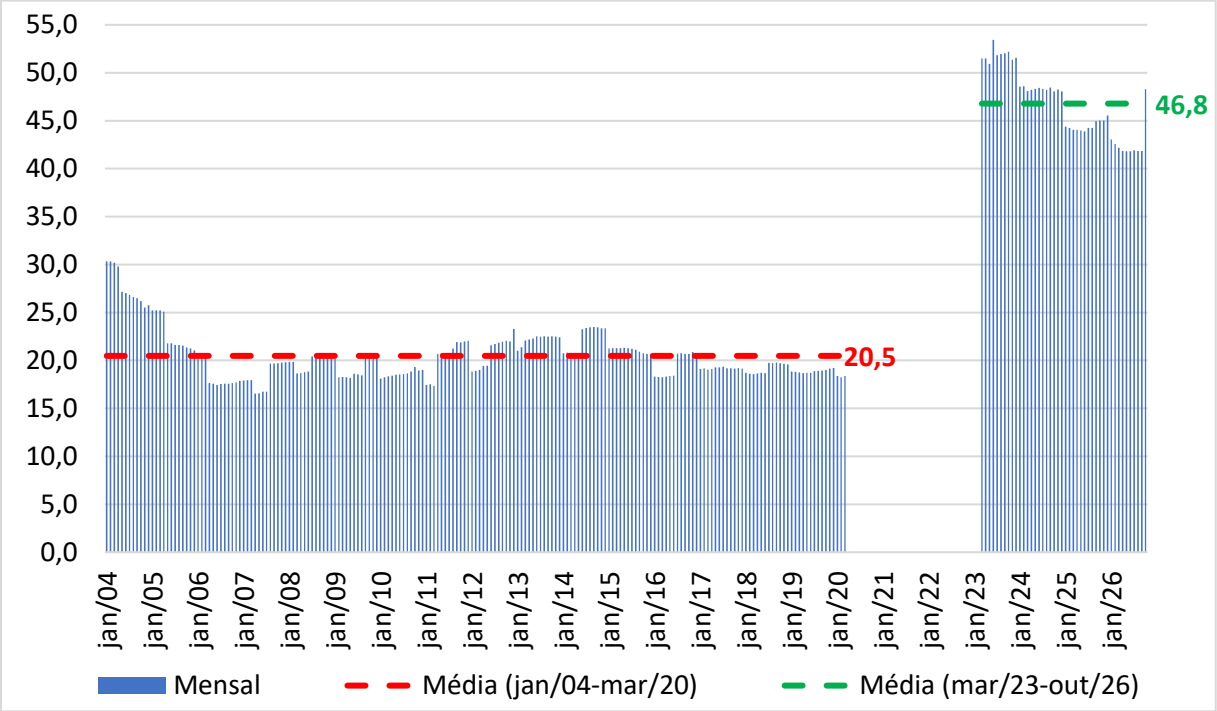
Fonte: SAGICAD (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Benefício médio real do Programa Bolsa Família (PBF) de janeiro de 2004 a setembro de 2026 (R$ constantes de setembro de 2026)[1, 2]



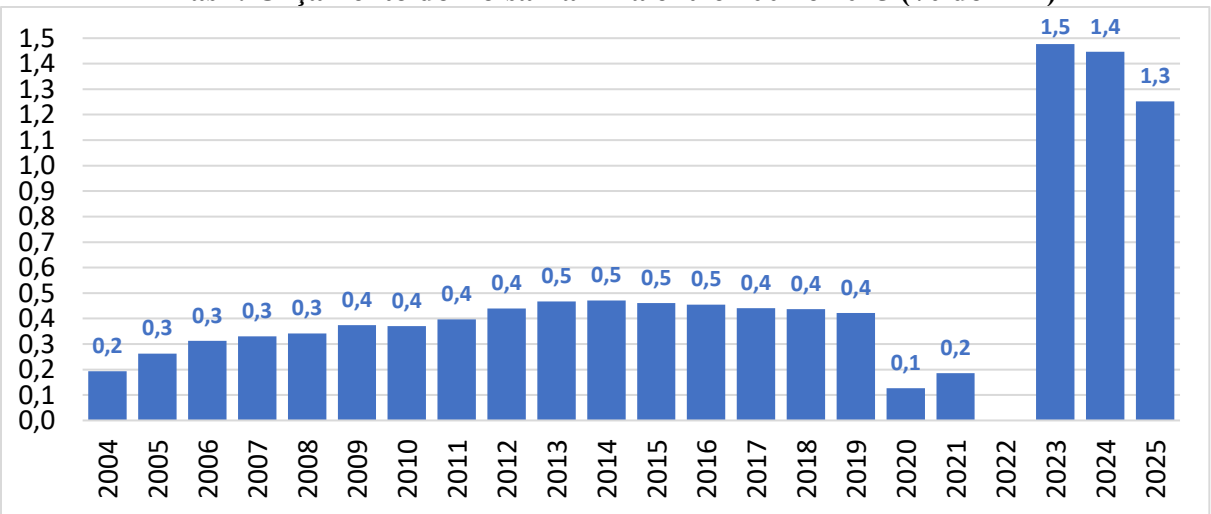
1. Deflacionado pelo IPCA.
2. O período entre abr/20 e fev/23 foi excluído da série. Nesse período, devido à pandemia da Covid-19, entre abr/20 e dez/20, e de abr/21 a out/21, os beneficiários do PBF receberam o Auxílio Emergencial. Posteriormente, entre nov/21 e fev/23, esteve em vigor o Programa Auxílio Brasil (PAB), que substituiu o PBF. Por fim, a partir de mar/23, o PBF foi recriado em substituição ao PAB, que foi extinto.
Fonte: SAGICAD (2026) para o valor nominal do benefício médio PBF e IBGE apud IPEA (2026) para o IPCA. Elaboração própria.
Disponível em: SAGICAD (2026): https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php.
IPEA (2026): https://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Razão entre o benefício médio do Programa Bolsa Família (PBF) e o salário mínimo de janeiro de 2004 a outubro de 2026 (%)



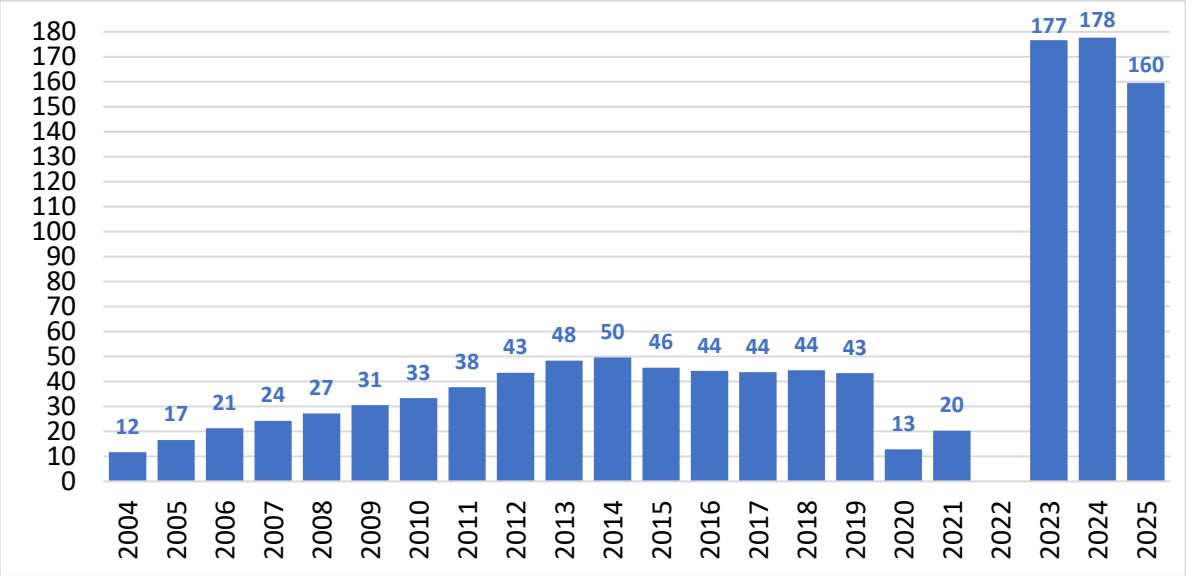
1. O período entre abr/20 e fev/23 foi excluído da série. Nesse período, devido à pandemia da Covid-19, entre abr/20 e dez/20, e de abr/21 a out/21, os beneficiários do PBF receberam o Auxílio Emergencial. Posteriormente, entre nov/21 e fev/23, esteve em vigor o Programa Auxílio Brasil (PAB), que substituiu o PBF. Por fim, a partir de mar/23, o PBF foi recriado em substituição ao PAB, que foi extinto.
Fonte: SAGICAD (2026) para o valor do benefício médio do PBF e IPEA (2026) para o valor nominal do salário mínimo mensal. Elaboração própria.
Disponível em: SAGICAD (2026): https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php
IPEA (2026): https://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Orçamento do Bolsa Família entre 2004 e 2025 (% do PIB)



1. Entre outubro de 2021 e dezembro de 2022 o PBF foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil.
2. Em 2020 e 2021, os beneficiários do PBF foram contemplados pelo Auxílio Emergencial.
Fonte: SAGICAD (2026) e Portal da Transparência (2026) para o orçamento anual nominal do PBF e BCB (2026) para o PIB nominal anual. Elaboração própria.
Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php.
https://portaldatransparencia.gov.br/download-de-dados/novo-bolsa-familia
https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 26 out. 2026.

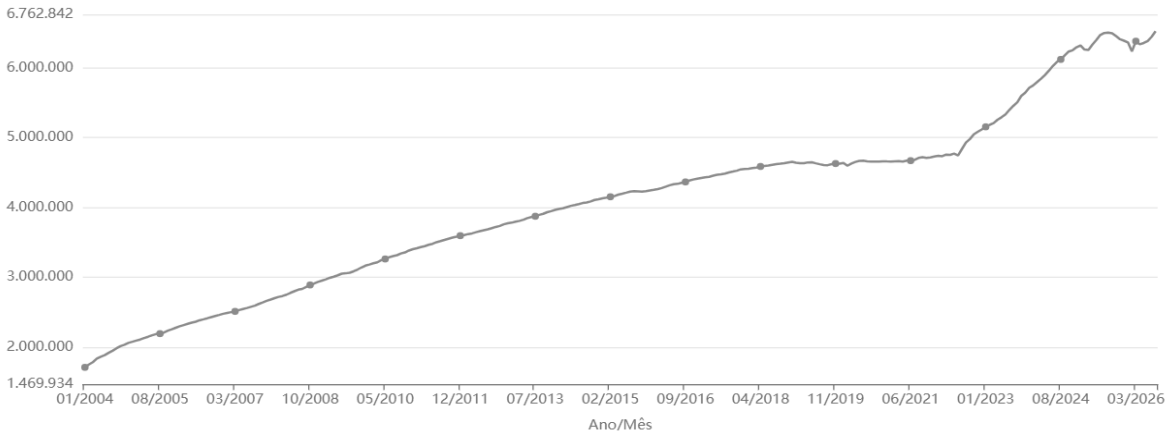
Brasil: Orçamento anual do Programa Bolsa Família (PBF) entre 2004 e 2025 (R$ bilhões a preços constantes de 2025[1])



1. Deflacionado pelo IPCA.
Fonte: SAGICAD (2026) e Portal da Transparência (2026) para o orçamento anual do PBF e IBGE apud IPEA (2026) para o IPCA. Elaboração própria.
Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php.
https://portaldatransparencia.gov.br/download-de-dados/novo-bolsa-familia. Acesso em: 26 out. 2026.

6.4.2 BPC (Benefício de Prestação Continuada)[8]

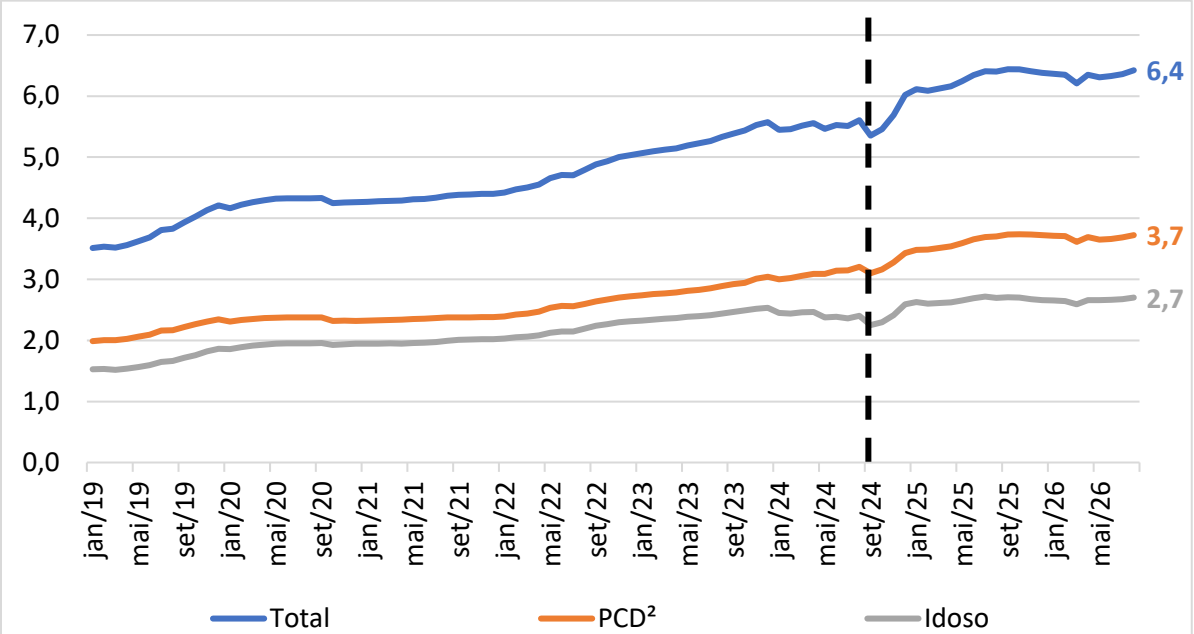
Brasil: Pessoas beneficiárias do BPC entre janeiro de 2004 e setembro de 2026



Fonte: Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais (2026).
Disponível em: https://mds.gov.br/monitora/. Acesso em: 26 out. 2026.

[8] Para informações sobre os critérios de elegibilidade do BPC ver Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/SUAS/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc.

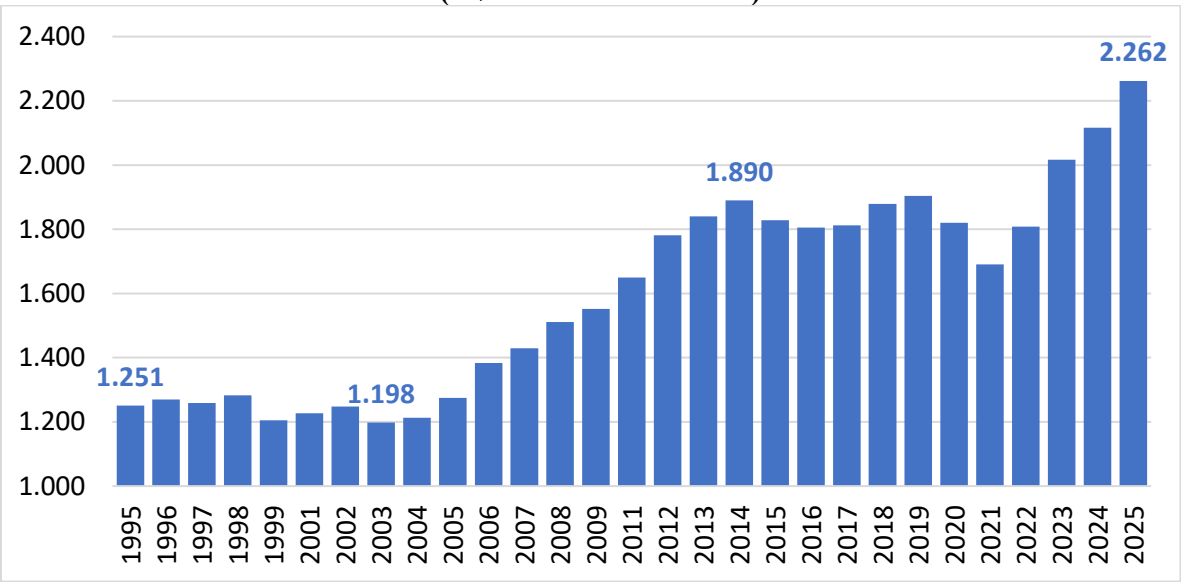
Brasil: Pessoas beneficiárias do BPC entre janeiro de 2019 e setembro de 2026
(Em milhões de pessoas)



1. BPC: Benefício de Prestação Continuada.
2. PCD: Pessoa com deficiência.
Fonte: SAGICAD (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php. Acesso em: 26 out. 2026.

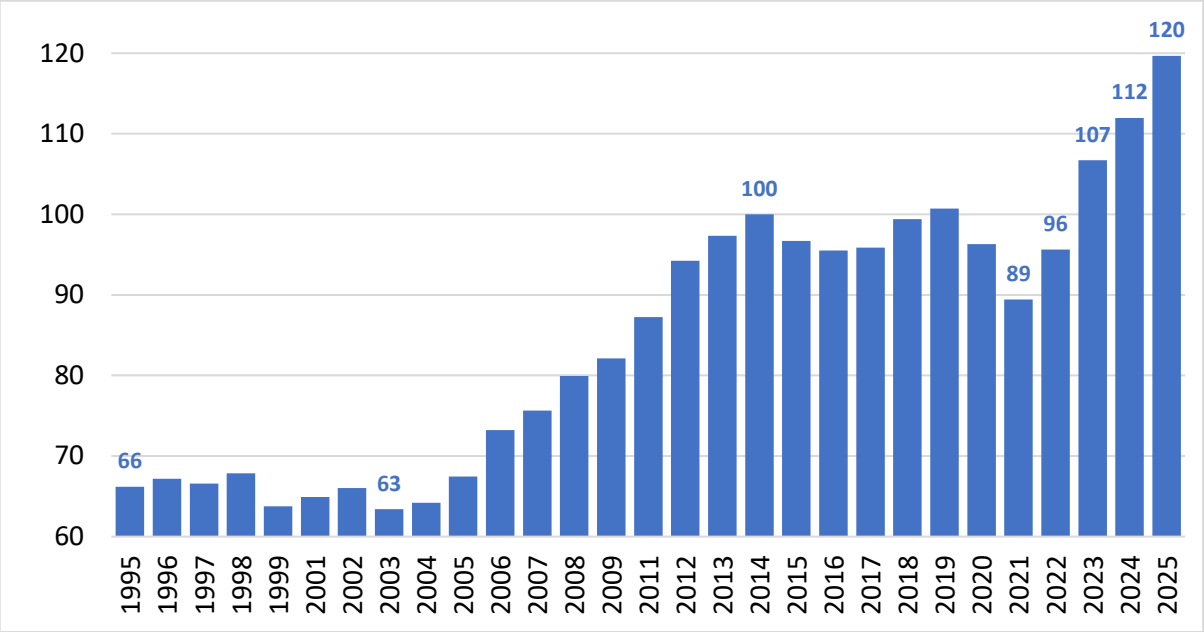
6.5 Rendimento Domiciliar Per Capita

Brasil: Média da renda domiciliar per capita de todas as fontes entre 1995 e 2025
(R$ constantes de 2025)[1]



1. Média da renda domiciliar per capita mensal de todas as fontes a preços do último ano da série. Série estimada com base nas respostas à antiga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) até 2011 e, a partir de 2012, à PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até 2011, todos os resultados originais obtidos diretamente da fonte foram multiplicados pelo fator que, em 2012, iguala o resultado da antiga PNAD ao da PNAD Contínua.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Média da renda domiciliar per capita de todas as fontes entre 1994 e 2025 (2014 = 100)[1]



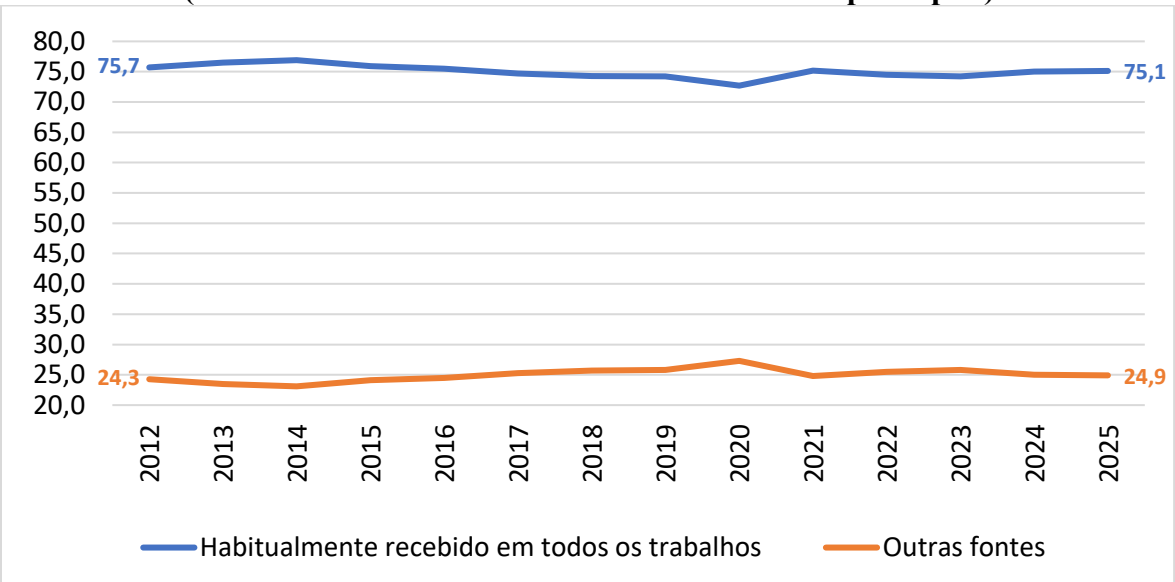
1. Medido em Reais constantes de 2025.
Série estimada com base nas respostas à antiga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) até 2011 e, a partir de 2012, à PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até 2011, todos os resultados originais obtidos diretamente da fonte foram multiplicados pelo fator que, em 2012, iguala o resultado da antiga PNAD ao da PNAD Contínua.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Composição do rendimento médio mensal real[1] domiciliar per capita entre 2012 e 2025 (% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita)[2]

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1. Habitualmente recebido em todos os trabalhos	75,7	76,5	76,9	75,9	75,5	74,7	74,3	74,2	72,7	75,2	74,5	74,2	75,0	75,1
2. Outras fontes	24,3	23,5	23,1	24,1	24,5	25,3	25,7	25,8	27,3	24,8	25,5	25,8	25,0	24,9
2.1 Aposentadoria e pensão	16,5	16,3	16,7	17,0	17,8	18,4	18,8	18,9	17,8	18,2	18,2	17,5	16,9	16,4
2.2 Aluguel e arrendamento	2,3	2,0	1,8	2,2	2,2	2,3	2,4	2,4	1,5	1,7	1,9	2,2	1,9	2,1
2.3 Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	1,2	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	0,8	0,9	0,9	0,9	0,8	0,9
2.4 Programas sociais do governo	1,5	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	5,9	2,7	3,0	3,7	3,8	3,5
2.5 Outros rendimentos	2,8	2,4	1,8	2,0	1,6	1,7	1,7	1,7	1,3	1,4	1,6	1,5	1,6	2,0

1. Medido a preços médios do ano.
2. O rendimento de trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era "Pensionista", "Empregado doméstico" ou "Parente de empregado doméstico".
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7429. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre rendimento recebido em todos os trabalhos e outras fontes de 2012 a 2025 (% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita)[1, 2]



1. Medido a preços médios do ano.
2. O rendimento de trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era "Pensionista", "Empregado doméstico" ou "Parente de empregado doméstico".

Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7429. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita por classes simples de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita entre 2012 e 2025 (R$ a preços médios de 2025)

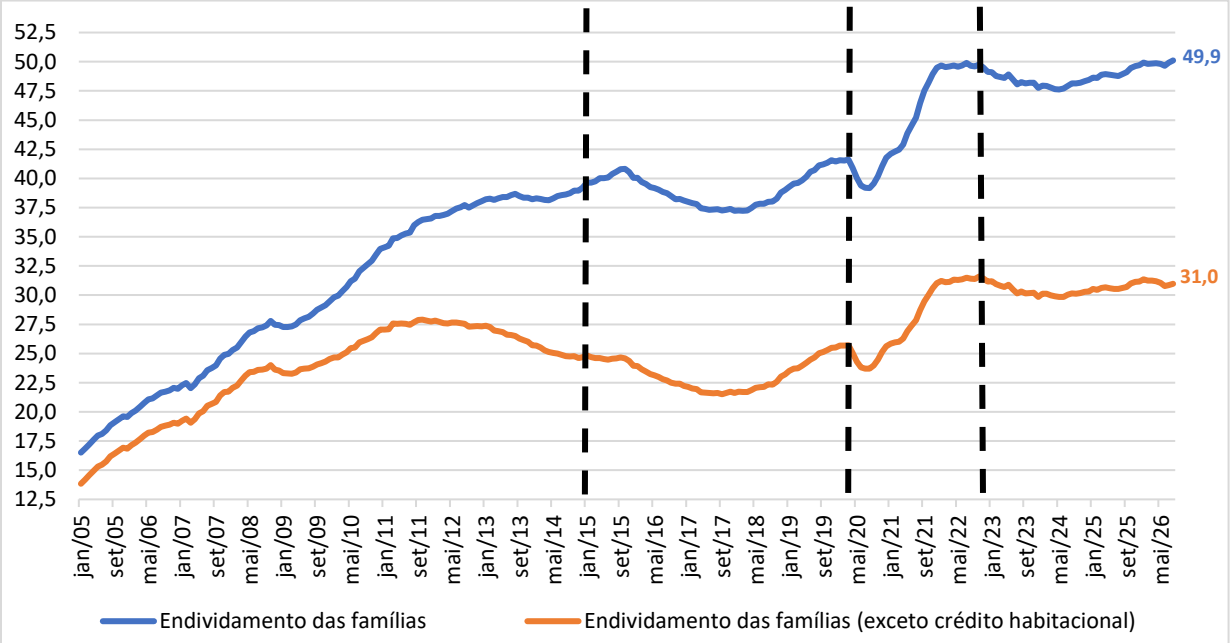
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Total	1.782	1.840	1.891	1.830	1.806	1.811	1.879	1.904	1.820	1.692	1.809	2.018	2.118	2.264
Até 5%	93	107	118	108	86	74	72	72	75	49	99	137	161	166
Mais de 5% até 10%	248	268	289	276	244	230	228	228	271	185	274	322	358	374
Até 10%	171	188	203	192	165	152	150	150	173	117	187	230	260	268
Mais de 10% até 20%	392	414	441	428	395	392	396	399	439	352	433	493	544	568
Mais de 20% até 30%	563	594	626	610	573	570	583	592	626	526	625	695	754	791
Mais de 30% até 40%	737	778	814	797	753	755	770	788	807	702	802	894	975	1.027
Mais de 40% até 50%	943	990	1.036	1.008	966	972	995	1.018	1.015	901	1.017	1.139	1.228	1.311
Mais de 50% até 60%	1.196	1.253	1.291	1.265	1.226	1.240	1.274	1.307	1.276	1.158	1.279	1.414	1.495	1.560
Mais de 60% até 70%	1.469	1.526	1.578	1.544	1.492	1.511	1.547	1.581	1.529	1.427	1.535	1.698	1.819	1.913
Mais de 70% até 80%	1.924	1.991	2.060	2.005	1.958	1.962	2.031	2.075	1.968	1.847	1.996	2.205	2.355	2.494
Mais de 80% até 90%	2.786	2.884	2.974	2.880	2.857	2.849	2.949	2.978	2.806	2.675	2.873	3.164	3.366	3.590
Mais de 90% até 100%	7.638	7.782	7.880	7.569	7.670	7.704	8.094	8.147	7.566	7.213	7.337	8.256	8.385	9.117
Mais de 90% até 95%	4.383	4.600	4.687	4.505	4.528	4.476	4.682	4.655	4.394	4.193	4.436	4.954	5.150	5.519
Mais de 95% até 99%	8.215	8.369	8.588	8.102	8.274	8.352	8.632	8.651	8.071	7.787	7.831	8.809	8.843	9.648
Mais de 99% até 100%	21.591	21.332	21.015	20.727	20.957	21.252	23.005	23.593	21.399	20.000	19.875	22.540	22.716	24.973

Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7533. Acesso em: 26 out. 2026.

7. Endividamento das Famílias

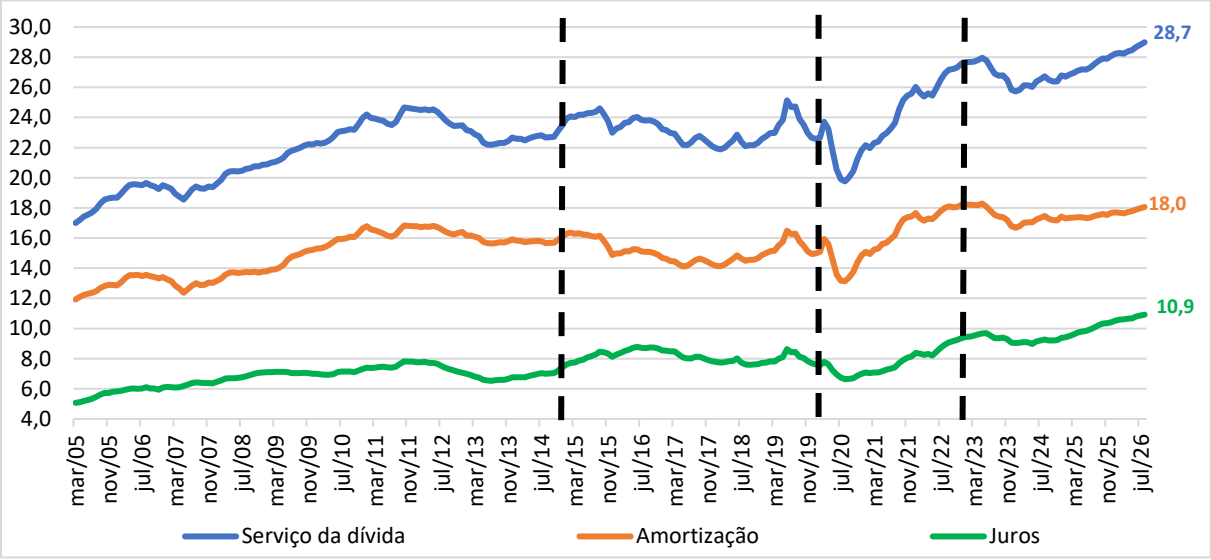
7.1 Endividamento em relação à Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias

Brasil: Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses de janeiro de 2005 e agosto de 2026
(% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias)[1]



1. Com ajuste sazonal.
Fonte: BCB (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 26 out. 2026.

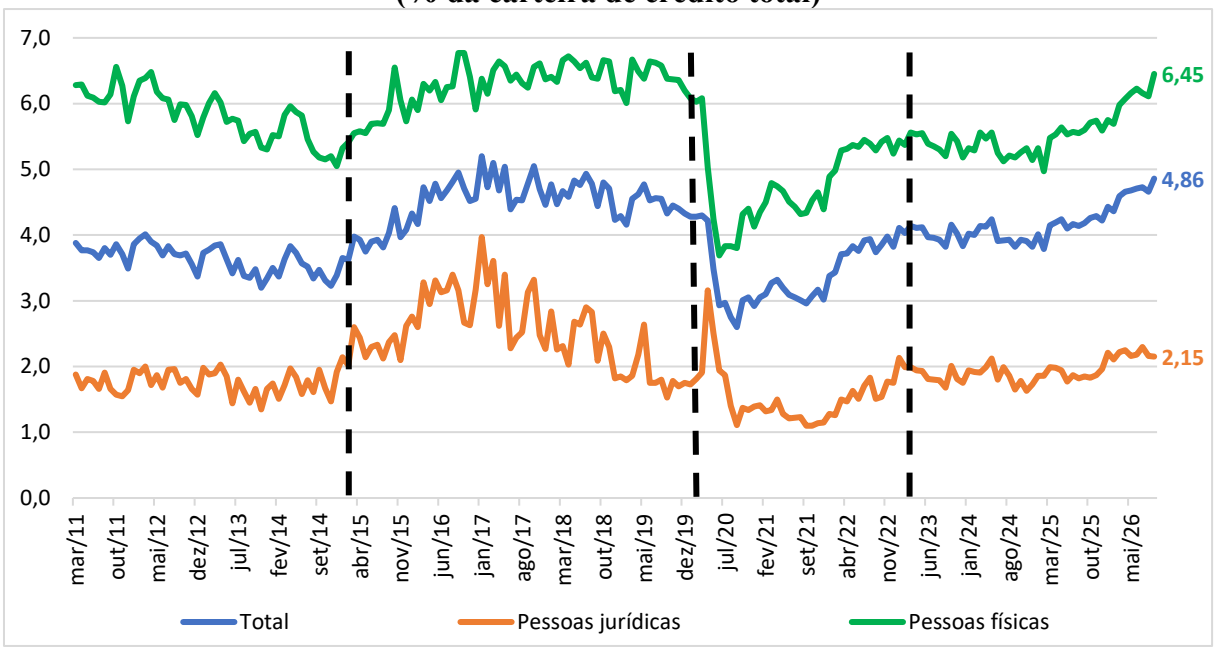
Brasil: Comprometimento de renda das famílias com juros, amortização e serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional de março de 2005 a agosto de 2026
(% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias)[1]



1. Com ajuste sazonal.
Fonte: BCB (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries

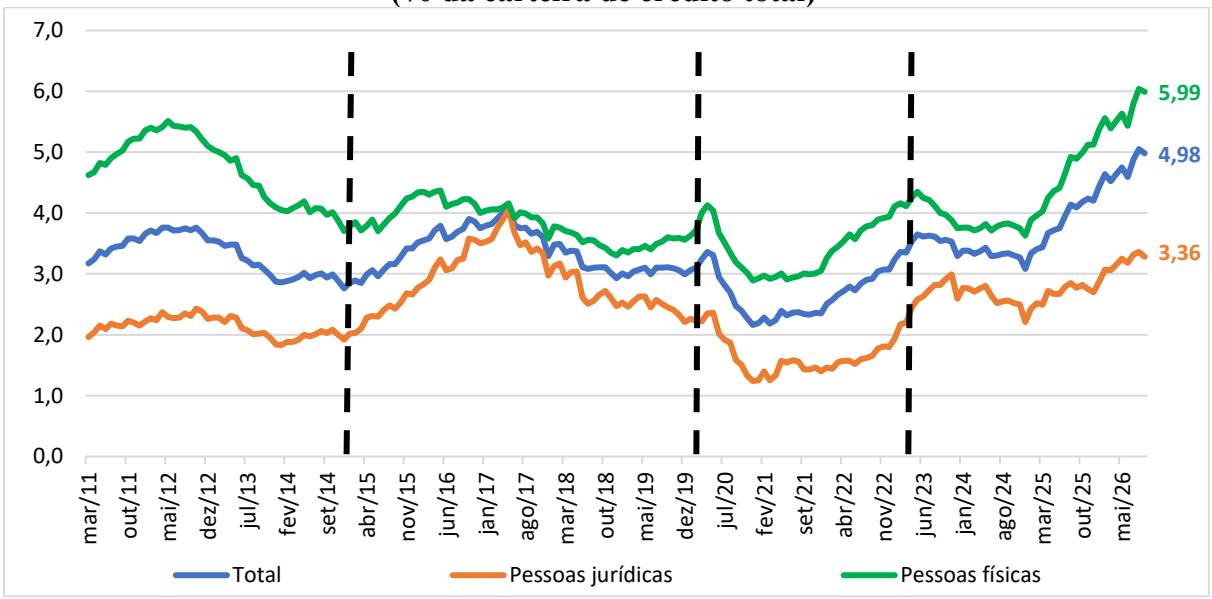
7.2 Crédito com Atraso e Inadimplente

Brasil: Percentual da carteira de crédito total (incluindo recursos livres e direcionados) com atraso entre 15 e 90 dias de março de 2011 a agosto de 2026 (% da carteira de crédito total)



Fonte: BCB (2026).
Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Percentual da carteira de crédito total (incluindo recursos livres e direcionados) inadimplente de março de 2011 a setembro de 2026 (% da carteira de crédito total)[1]

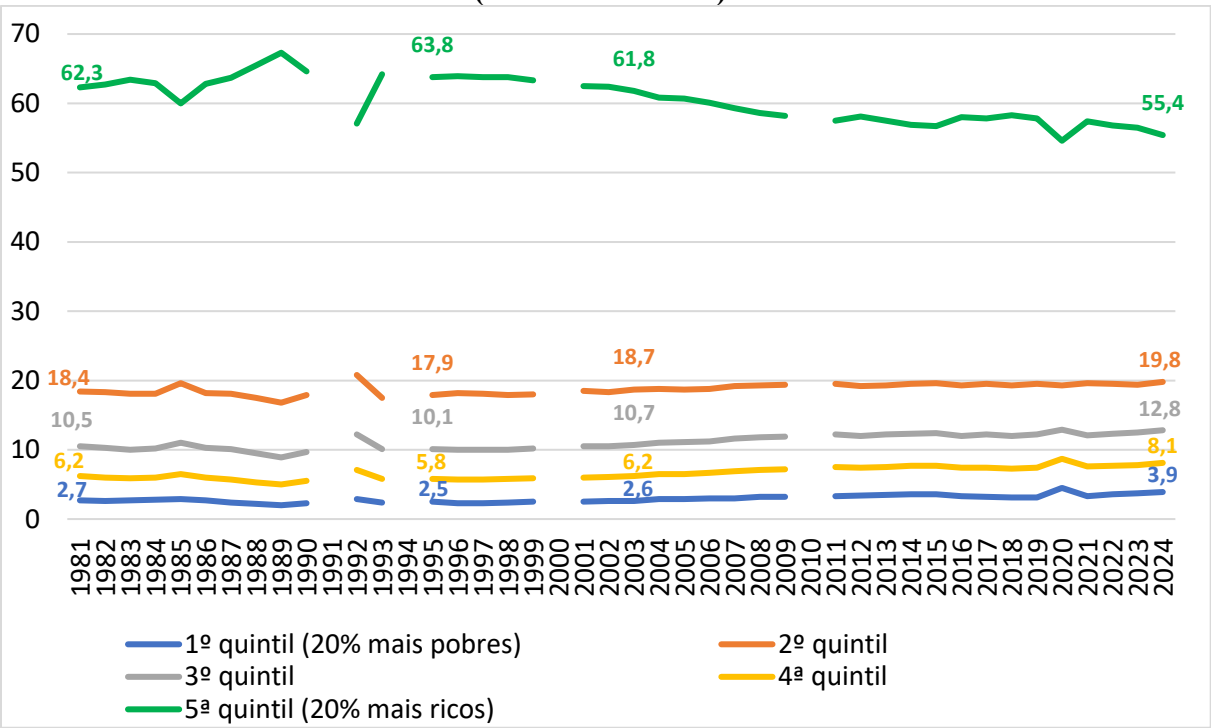


1. Percentual da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional com pelo menos uma parcela com atraso superior a 90 dias.
Fonte: BCB (2026).
Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 26 out. 2026.

8. Indicadores de Distribuição de Renda

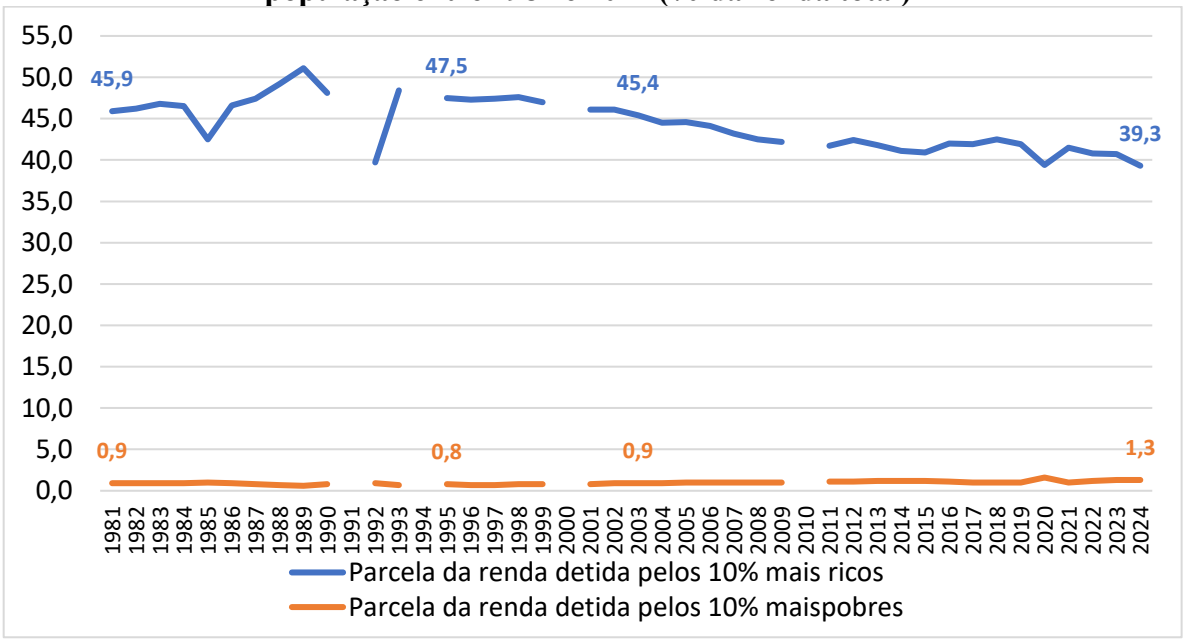
8.1 Distribuição de Renda por Percentil

Brasil: Parcela da renda apropriada por quintis da população entre 1981 e 2024 (% da renda total)[1]



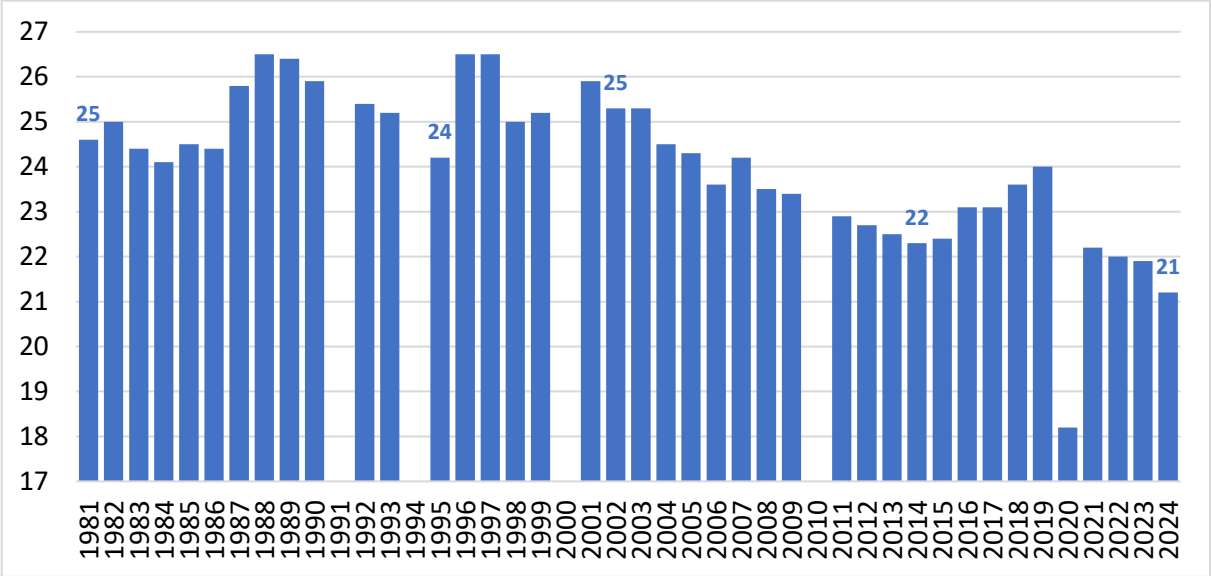
1. Não há dados disponíveis para os anos de 1991, 2000 e 2010.
Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/country/brazil. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres da população entre 1981 e 2024 (% da renda total)[1]



1. Não há dados disponíveis para os anos de 1991, 2000 e 2010.
Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/country/brazil. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Parcela das pessoas que vivem com menos de 50% da renda mediana (% da população total)[1]



1. Não há dados disponíveis para os anos de 1991, 2000 e 2010.
Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/country/brazil. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Limites superiores das classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita entre 2012 e 2025 (R$ a preços médios de 2025)[1]

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
P5	186	203	221	208	176	153	150	149	197	118	201	253	288	299
P10	306	325	345	334	305	295	292	294	341	252	340	380	425	451
P20	476	501	534	516	476	474	483	485	536	445	524	596	656	694
P30	646	678	711	693	670	676	686	695	715	619	700	775	856	906
P40	839	881	919	894	855	866	882	906	912	792	910	1.007	1.080	1.154
P50	1.056	1.114	1.164	1.131	1.081	1.092	1.120	1.149	1.131	1.013	1.142	1.291	1.393	1.490
P60	1.314	1.361	1.396	1.376	1.356	1.389	1.402	1.411	1.400	1.311	1.390	1.511	1.604	1.697
P70	1.659	1.721	1.791	1.735	1.677	1.697	1.754	1.789	1.712	1.587	1.729	1.910	2.063	2.158
P80	2.240	2.328	2.396	2.328	2.292	2.274	2.372	2.413	2.274	2.154	2.309	2.576	2.734	2.958
P90	3.555	3.743	3.789	3.675	3.695	3.675	3.782	3.795	3.573	3.413	3.647	4.052	4.242	4.609
P95	5.617	5.851	5.961	5.653	5.766	5.723	5.910	5.835	5.519	5.319	5.620	6.202	6.320	6.900
P99	13.315	13.765	13.815	13.095	13.549	13.721	14.320	14.398	13.377	12.844	12.381	14.019	13.997	15.214

1. Os limites superiores de cada classe são definidos pelos respectivos percentis da distribuição do rendimento domiciliar per capita dos moradores, representados por P5, P10, P20...
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7526. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição da massa de rendimento mensal real de todas as fontes, por classes de percentual da população (em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita) entre 2012 e 2025 (% da massa de rendimento mensal real todas as fontes)[1]

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Até 5%	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,4	0,4
Mais de 5% até 10%	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7	0,5	0,7	0,8	0,8	0,8
Até 10%	1,0	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,8	0,8	0,9	0,7	1,0	1,1	1,2	1,2
Mais de 10% até 20%	2,2	2,3	2,3	2,4	2,2	2,2	2,1	2,1	2,4	2,1	2,4	2,4	2,6	2,5
Mais de 20% até 30%	3,2	3,3	3,3	3,3	3,2	3,1	3,1	3,1	3,4	3,1	3,5	3,4	3,6	3,5
Mais de 30% até 40%	4,1	4,2	4,3	4,4	4,2	4,2	4,1	4,2	4,4	4,1	4,5	4,4	4,6	4,5
Mais de 40% até 50%	5,3	5,4	5,5	5,5	5,4	5,4	5,3	5,3	5,6	5,3	5,6	5,6	5,8	5,8
Mais de 50% até 60%	6,7	6,8	6,8	6,9	6,7	6,9	6,8	6,9	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	6,9
Mais de 60% até 70%	8,2	8,3	8,3	8,5	8,3	8,4	8,2	8,2	8,4	8,4	8,6	8,4	8,6	8,5
Mais de 70% até 80%	10,8	10,8	10,9	11,0	10,9	10,9	10,8	10,9	10,8	10,9	11,0	10,9	11,1	11,0
Mais de 80% até 90%	15,6	15,6	15,7	15,7	15,8	15,7	15,7	15,6	15,4	15,9	15,9	15,7	15,9	15,9
Mais de 90% até 100%	42,8	42,2	41,6	41,3	42,4	42,5	43,1	42,8	41,5	42,6	40,5	40,9	39,6	40,3
Mais de 90% até 95%	12,3	12,5	12,4	12,3	12,5	12,3	12,5	12,2	12,1	12,4	12,3	12,3	12,2	12,2
Mais de 95% até 99%	18,4	18,2	18,2	17,7	18,3	18,5	18,4	18,2	17,8	18,4	17,3	17,4	16,7	17,0
Mais de 99% até 100%	12,1	11,6	11,1	11,3	11,6	11,7	12,2	12,4	11,7	11,8	11,0	11,2	10,7	11,0

1. Medido a preços médios do ano.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7527. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar per capita por classes acumuladas de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita entre 2012 e 2025 (% da massa de rendimento mensal real domiciliar per capita)[1]

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
até o P5	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,4	0,4
até o P10	1,0	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,8	0,8	0,9	0,7	1,0	1,1	1,2	1,2
até o P20	3,2	3,3	3,4	3,4	3,1	3,0	2,9	2,9	3,4	2,8	3,4	3,6	3,8	3,7
até o P30	6,3	6,6	6,8	6,7	6,3	6,2	6,0	6,0	6,8	5,9	6,9	7,0	7,4	7,2
até o P40	10,4	10,7	11,1	11,1	10,5	10,4	10,1	10,2	11,2	10,0	11,4	11,5	12,0	11,7
até o P50	15,8	16,2	16,6	16,6	15,8	15,7	15,4	15,5	16,8	15,4	17,0	17,1	17,8	17,5
até o P60	22,5	23,0	23,4	23,5	22,6	22,6	22,2	22,4	23,8	22,2	24,0	24,1	24,8	24,4
até o P70	30,7	31,3	31,7	32,0	30,9	31,0	30,4	30,7	32,2	30,7	32,6	32,5	33,4	32,8
até o P80	41,6	42,2	42,7	42,9	41,8	41,8	41,2	41,6	43,0	41,6	43,6	43,5	44,5	43,9
até o P90	57,2	57,8	58,4	58,7	57,6	57,5	56,9	57,2	58,5	57,4	59,5	59,1	60,4	59,7
até o P95	69,5	70,2	70,8	71,0	70,1	69,9	69,4	69,4	70,5	69,8	71,7	71,4	72,6	71,9
até o P99	87,9	88,4	88,9	88,7	88,4	88,3	87,8	87,6	88,3	88,2	89,0	88,8	89,3	89,0

1. Medido a preços médios do ano.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7530. Acesso em: 26 out. 2026.

8.2 Índice de Gini[9]

Índice de Gini entre 2002 e 2024 em anos selecionados (0,0 a 100,0)

	2002	2014	2022	2024
Brasil	**58,1**	**52,1**	**51,9**	**50,3**
África do Sul	**n.d.**	**59,6**	**54,1**	**n.d.**
Argentina	**53,8**	**41,8**	**40,7**	**42,4**
Bolívia	**59,3**	**47,8**	**41,2**	**40,9**
Chile	**51,5[1]**	**45,3[2]**	**43,2**	**43,0**
China	**42,0**	**39,2**	**36,0**	**n.d.**
Colômbia	**56,0**	**53,6**	**54,8**	**54,4**
Estados Unidos	**40,4**	**41,7**	**41,7**	**41,8**
França	**31,8**	**32,3**	**31,2**	**31,8[3]**
Federação Russa	**37,3**	**36,9**	**33,9**	**33,0[3]**
Índia	**n.d**	**n.d.**	**25,5**	**23,0[3]**
Indonésia	**30,2**	**38,8**	**35,5**	**34,9**
México	**50,6**	**48,9**	**43,5**	**42,6**
Paraguai	**57,3**	**50,7**	**44,6**	**44,2**
Peru	**53,6**	**43,1**	**40,3**	**40,1**
Suécia	**26,2**	**28,4**	**31,6**	**29,3[3]**
Turquia	**41,4**	**41,2**	**44,5**	**43,7[3]**
Uruguai	**45,5**	**40,1**	**40,6**	**40,0**

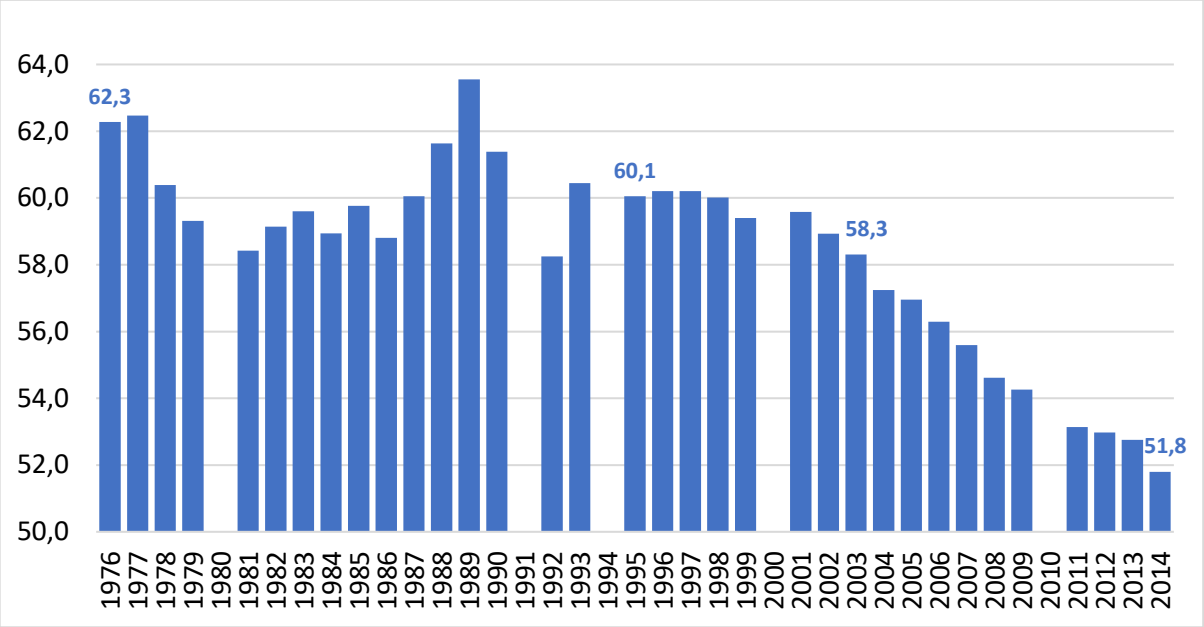
1. Dado para o ano de 2003.
2. Dado para o ano de 2015.
3. Dado para o ano de 2023.

Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.

Fonte: IBGE (2026). Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI. Acesso em: 16 out. 2026.

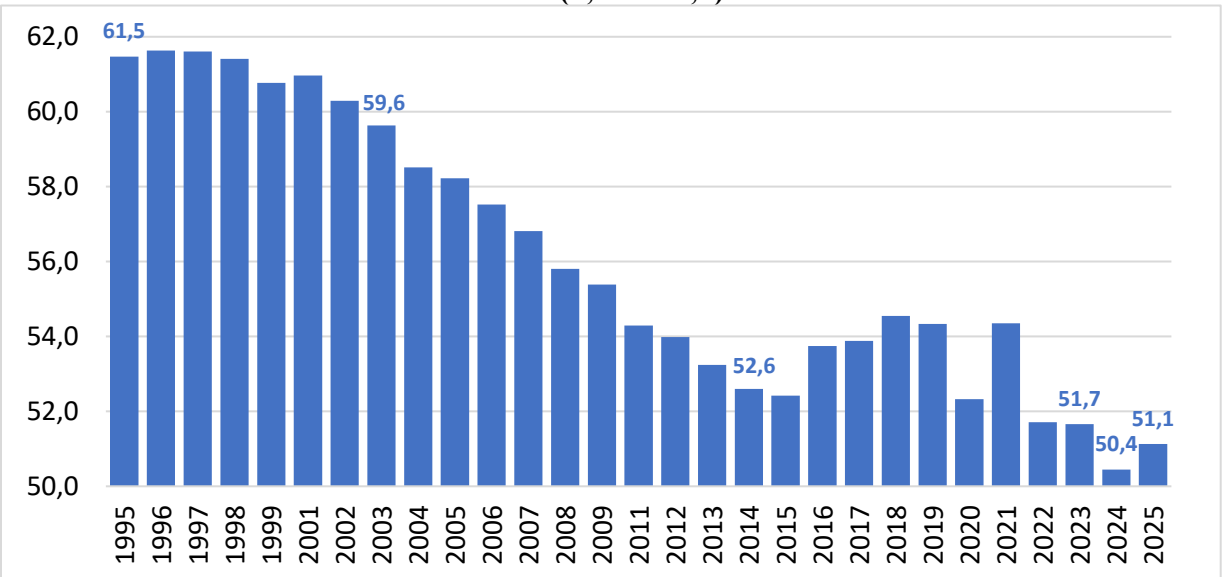
[9] Segundo o IBGE (2025, p. 124): "Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população, tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de '0' (situação em que não há desigualdade) e '1' (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo)". Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102240.pdf

Brasil: Índice de Gini entre 1976 e 2014 (0,0 a 100,0)[1]



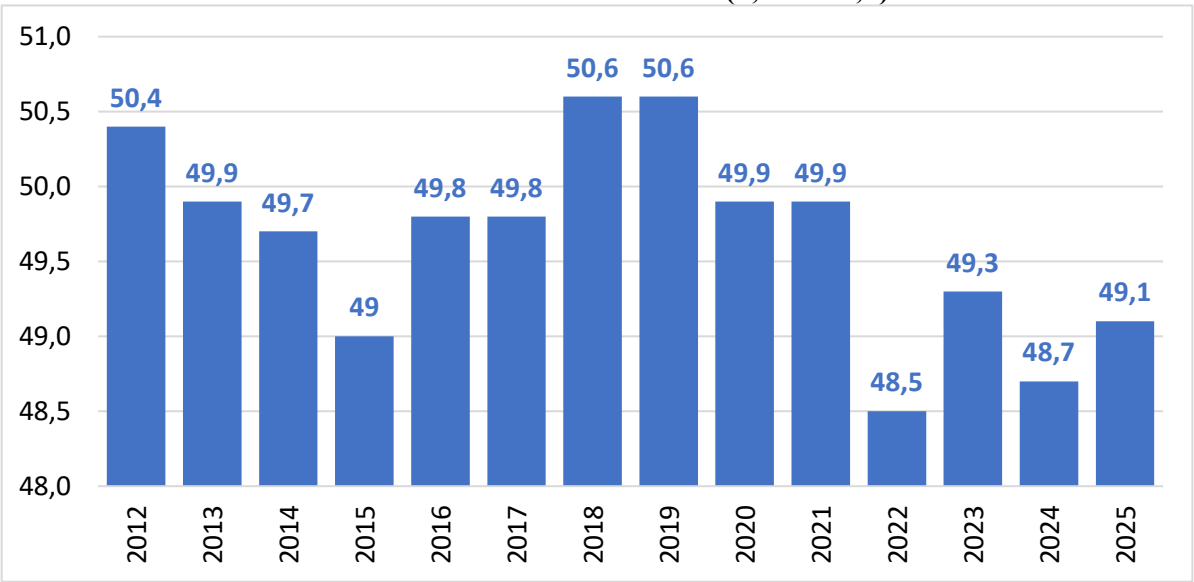
1. Não há dados disponíveis para os seguintes anos: 1980, 1991, 1995, 2000 e 2010. Série interrompida em 2014.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 16 out. 2026.

Brasil: Índice de Gini da renda domiciliar per capita de todas as fontes entre 1995 e 2025 (0,0 a 100,0)



1. Série estimada com base nas respostas à antiga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) até 2011 e, a partir de 2012, à PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até 2011, todos os resultados originais obtidos diretamente da fonte foram multiplicados pelo fator que, em 2012, iguala o resultado da antiga PNAD ao da PNAD Contínua.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

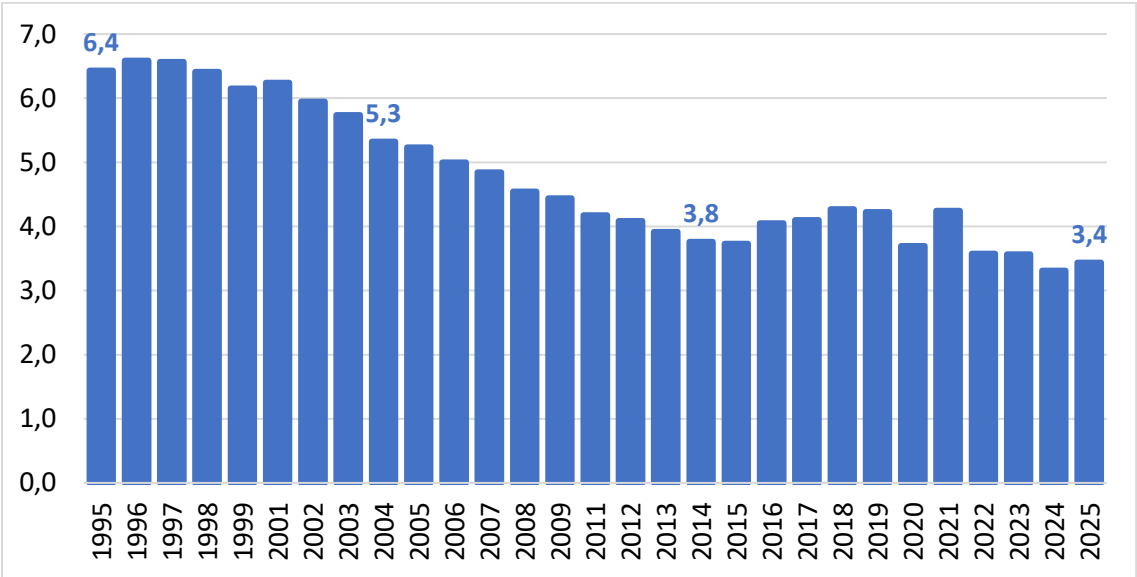
Brasil: Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos (0,0 a 100,0)[1]



1. A preços médios do ano.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7453. Acesso em: 26 out. 2026.

8.3 Razão de Palma

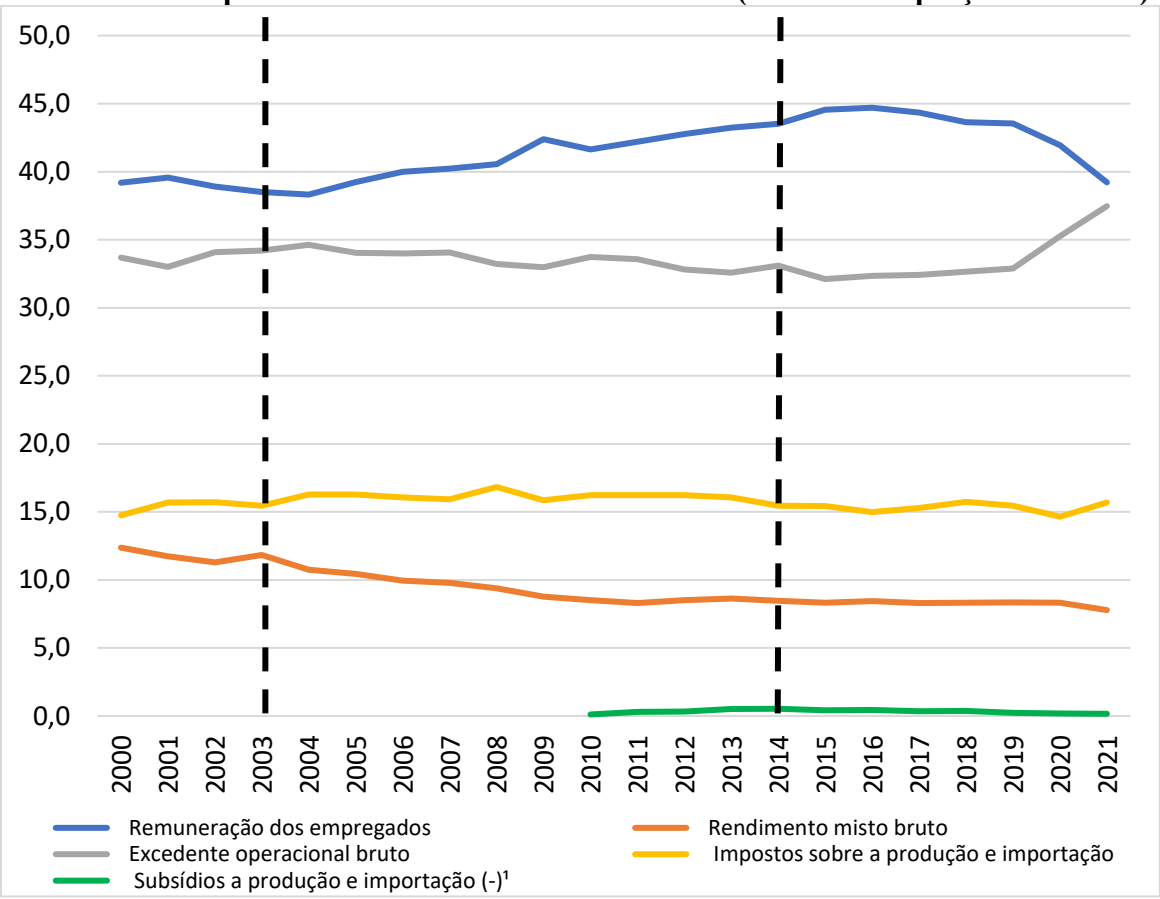
Brasil: Razão de Palma da renda domiciliar per capita de todas as fontes entre 1995 e 2025[1, 2]



1. Índice de desigualdade definido pela razão entre o percentual da renda domiciliar total recebido pelos 10% mais ricos e o percentual recebido pelos 40% mais pobres.
2. Série estimada com base nas respostas à antiga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) até 2011 e, a partir de 2012, à PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até 2011, todos os resultados originais obtidos diretamente da fonte foram multiplicados pelo fator que, em 2012, iguala o resultado da antiga PNAD ao da PNAD Contínua.
Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

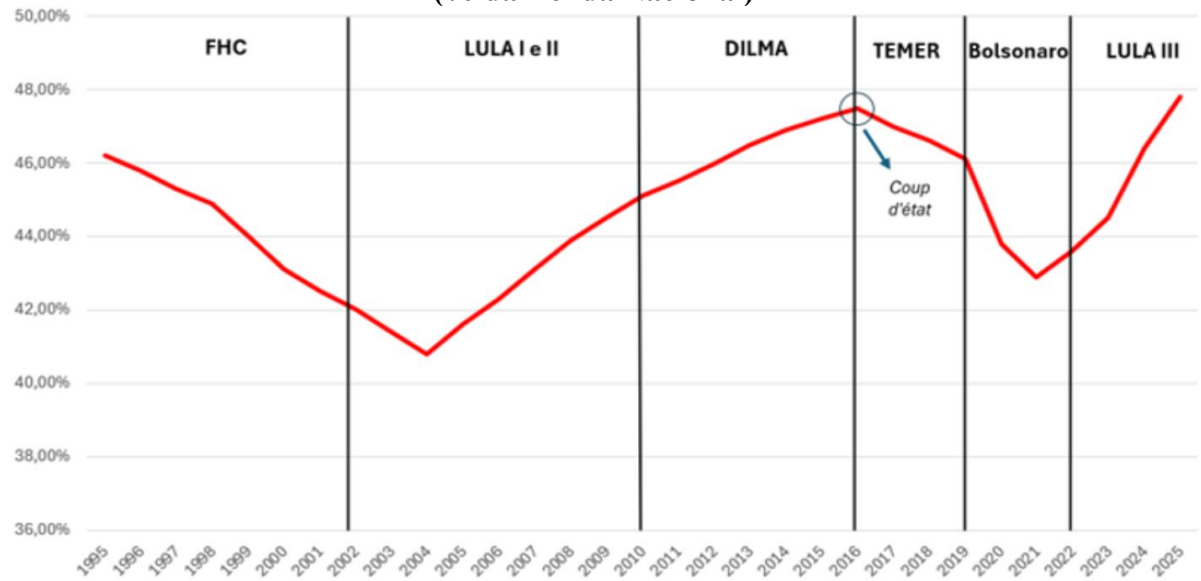
8.4 Distribuição Funcional da Renda

Brasil: PIB pela ótica da renda entre 2000 e 2021 (% do PIB a preços correntes)



1. Dados disponíveis apenas a partir de 2010.
Medido em preços correntes.
Fonte: IBGE (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Parcela do Trabalho na Renda Nacional entre 1995 e 2025
(% da Renda Nacional)



Fonte: Albano de Freitas (2026), com base em IBGE Contas Nacionais (1995-2023) e projeção 2024-2025 com base na PNAD/IBGE, método de Gollin para o Rendimento Misto.
Disponível em: https://diplomatique.org.br/um-olhar-pelo-prisma-da-distribuicao-funcional-da-renda-nacional/. Acesso em: 26 out. 2026.

9. Indicadores de Pobreza

9.1 Pobreza Monetária

Percentual da população com renda inferior a US$ 3,00 por dia (PPP de 2021) entre 2002 e 2024 em anos selecionados (% da população)

	2002	2014	2022	2024
Brasil	**16,2**	**4,8**	**4,9**	**3,0**
Mundo	**33,7**	**14,5**	**10,9**	**10,1**
América Latina e Caribe	**17,1**	**6,5**	**5,0**	**4,3**
Argentina	**17,1**	**1,1**	**1,3**	**1,0**
Bolívia	**23,9**	**5,6**	**3,3**	**2,1**
Chile	**7,9[1]**	**0,7[2]**	**0,6**	**0,4**
Colômbia	**21,2**	**10,9**	**9,3**	**8,5**
México	**12,8**	**7,2**	**2,3**	**1,6**
Paraguai	**19,6**	**4,3**	**3,2**	**2,1**
Peru	**24,4**	**8,0**	**4,8**	**5,1**
Uruguai	**1,1**	**0,2**	**0,2**	**0,2**
Renda alta	**1,1**	**0,8**	**0,7**	**0,6**
Estados Unidos	**0,9**	**1,3**	**1,4**	**1,1**
Federação Russa	**2,0**	**0,4**	**0,1**	**0,1[3]**
Renda média-alta	**34,7**	**7,2**	**2,6**	**2,1**
África do Sul	**n.d.**	**27,9**	**17,4**	**n.d.**
China	**47,8**	**4,6**	**0,0**	**n.d.**
Indonésia	**46,8**	**25,7**	**7,9**	**5,4**
Turquia	**7,6**	**1,0**	**0,5**	**0,2[3]**
Renda média-baixa	**46,9**	**22,5**	**14,4**	**12,4**
Índia	**n.d.**	**n.d.**	**5,3**	**2,6[3]**
Renda baixa	**63,1**	**49,0**	**52,5**	**52,5**

1. Dado para o ano de 2003.
2. Dado para o ano de 2015.
3. Dado para o ano de 2023.

Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY. Acesso em: 16 out. 2026.

Percentual da população com renda inferior a US$ 4,20 por dia (PPP de 2021) entre 2002 e 2024 em anos selecionados (% da população)

	2002	2014	2022	2024
Brasil	**25,5**	**8,7**	**8,5**	**6,2**
Mundo	**48,6**	**27,9**	**20,5**	**18,2**
América Latina e Caribe	**26,8**	**11,9**	**9,2**	**8,0**
Argentina	**25,4**	**2,5**	**2,9**	**2,8**
Bolívia	**32,0**	**9,2**	**5,7**	**4,9**
Chile	**15,5**[1]	**1,6**[2]	**1,0**	**0,7**
Colômbia	**34,0**	**18,4**	**15,8**	**14,7**
México	**23,2**	**15,1**	**5,7**	**4,1**
Paraguai	**30,4**	**9,3**	**7,2**	**4,5**
Peru	**36,3**	**14,4**	**10,7**	**10,7**
Uruguai	**3,3**	**0,7**	**0,7**	**0,5**
Renda alta	**2,3**	**1,1**	**0,9**	**0,7**
Estados Unidos	**1,1**	**1,5**	**1,5**	**1,2**
Federação Russa	**6,3**	**0,8**	**0,3**	**0,2**[3]
Renda média-alta	**49,7**	**16,0**	**6,5**	**5,4**
África do Sul	**n.d.**	**41,7**	**30,2**	**n.d.**
China	**63,7**	**13,7**	**0,5**	**n.d.**
Indonésia	**73,1**	**47,7**	**23,7**	**19,8**
Turquia	**17,7**	**4,0**	**1,2**	**0,4**[3]
Renda média-baixa	**70,3**	**47,1**	**33,0**	**26,9**
Índia	**n.d.**	**n.d.**	**23,9**	**16,1**[3]
Renda baixa	**76,1**	**66,2**	**70,0**	**70,3**

1. Dado para o ano de 2003.
2. Dado para o ano de 2015.
3. Dado para o ano de 2023.

Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.LMIC. Acesso em: 16 out. 2026.

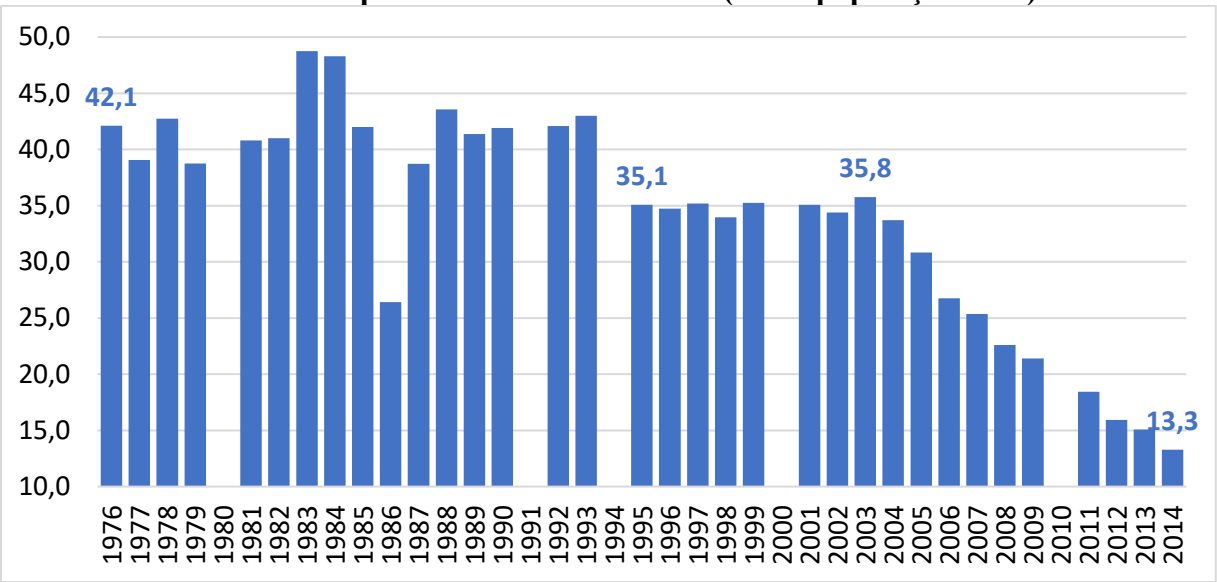
Percentual da população com renda inferior a US$ 8,30 por dia (PPP de 2021) entre 2002 e 2024 em anos selecionados (% da população)

	2002	2014	2022	2024
Brasil	49,8	26,4	25,3	20,6
Mundo	69,3	54,7	48,3	46,2
América Latina e Caribe	52,7	33,3	28,0	24,7
Argentina	49,1	11,7	13,9	15,2
Bolívia	56,4	22,6	18,5	17,4
Chile	43,2[1]	11,7[2]	6,1	4,5
Colômbia	62,5	41,9	40,2	37,0
México	52,9	46,6	27,4	21,4
Paraguai	57,5	28,3	25,8	20,5
Peru	64,5	38,0	37,8	36,2
Uruguai	18,3	6,2	6,3	5,9
Renda alta	8,7	3,3	2,0	1,7
Estados Unidos	1,9	2,3	2,2	1,8
Federação Russa	33,1	3,2	1,4	0,9[3]
Renda média-alta	76,9	44,9	30,0	26,4
África do Sul	n.d.	65,7	59,6	n.d.
China	89,2	46,1	21,3	n.d.
Indonésia	94,9	82,0	70,3	68,1
Turquia	50,5	20,3	10,8	4,1[3]
Renda média-baixa	92,7	85,3	79,8	76,8
Índia	n.d.	n.d.	82,1	80,0[3]
Renda baixa	91,5	90,2	92,1	92,4

1. Dado para o ano de 2003.
2. Dado para o ano de 2015.
3. Dado para o ano de 2023.

Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.UMIC. Acesso em: 16 out. 2026.

Brasil: Taxa de pobreza entre 1976 e 2014 (% da população total)[1, 2]

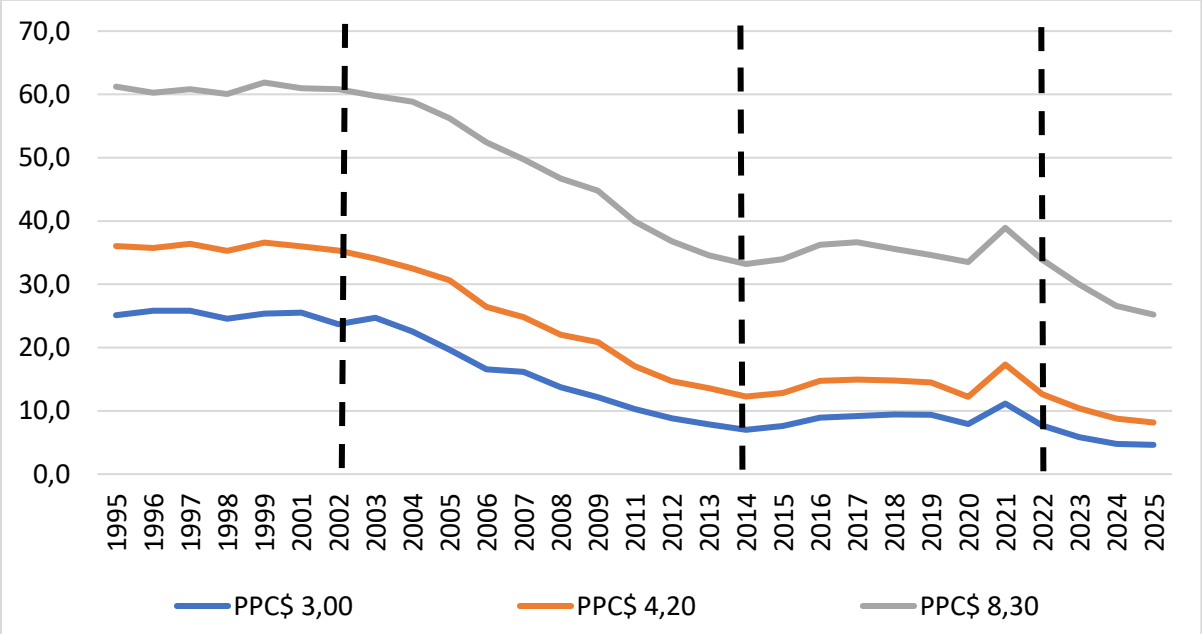


1. Não há dados disponíveis para os seguintes anos: 1980, 1991, 1995, 2000 e 2010. Série interrompida em 2014.
2. Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE)

Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.

Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior às linhas internacionais de pobreza (Dólares por dia PPC de 2021)

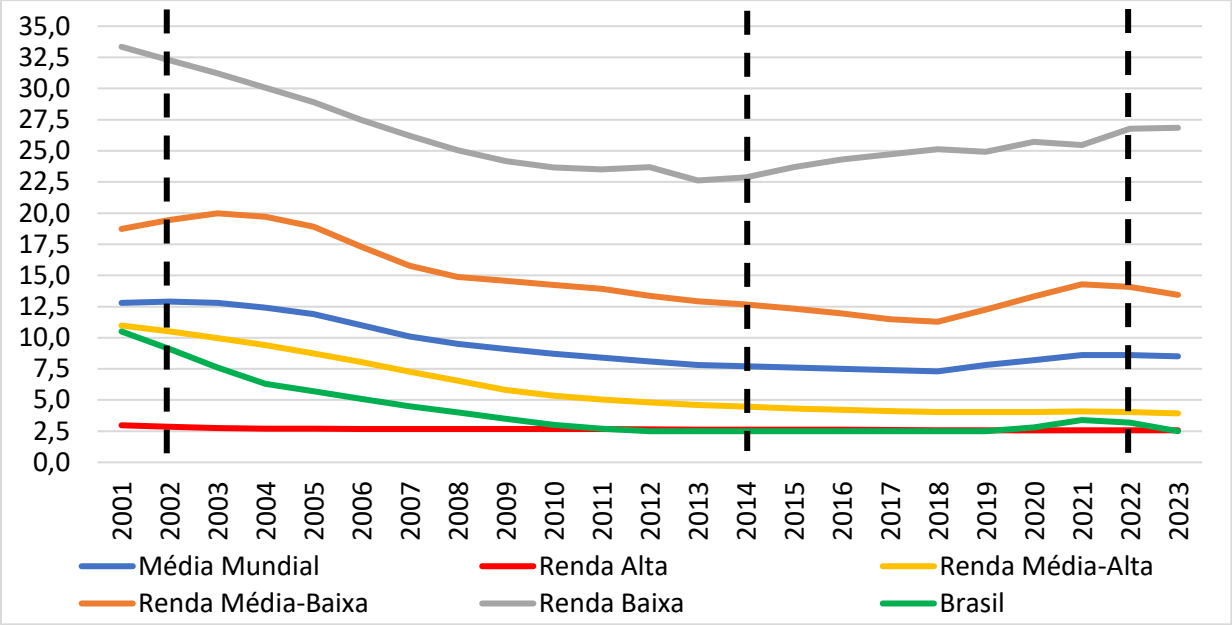


Fonte: IBGE apud IPEA (2026). Elaboração própria.

Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 26 out. 2026.

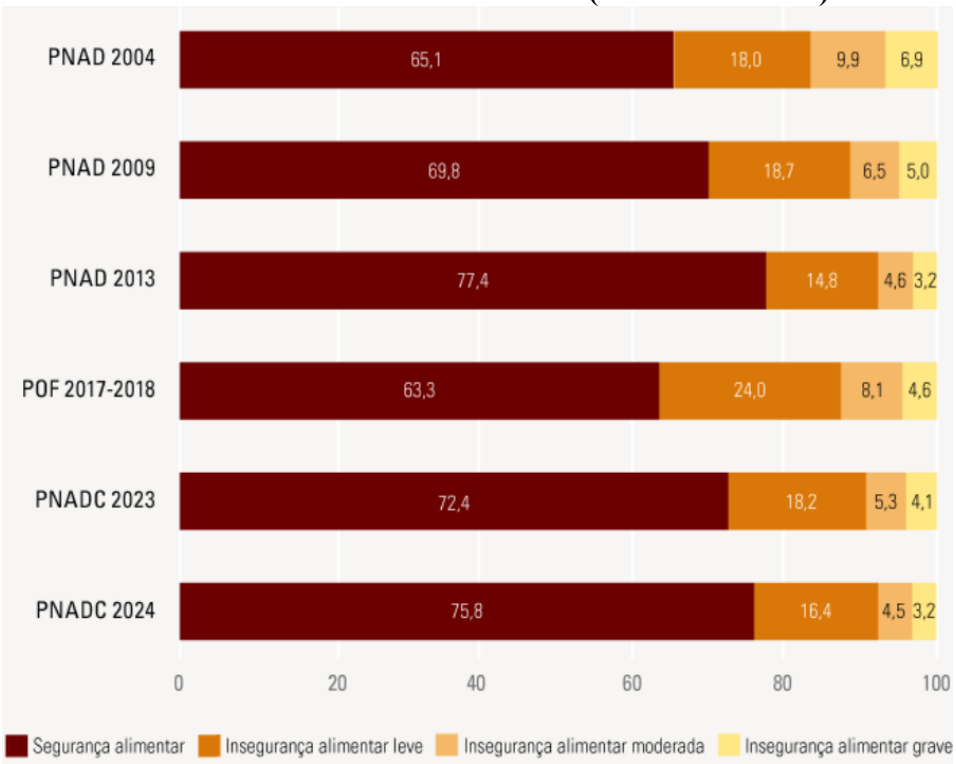
9.2 Subnutrição e Insegurança Alimentar

Prevalência de subnutrição entre 2001 e 2023 (% da população total)[1]



1. A prevalência de subnutrição é a porcentagem da população cujo consumo alimentar habitual é insuficiente para fornecer os níveis de energia alimentar necessários para manter uma vida normal, ativa e saudável. Dados apresentados como 2,5 podem indicar uma prevalência de subnutrição inferior a 2,5%.
Fonte: Banco Mundial (2026). Elaboração própria.
Disponível em: Prevalence of undernourishment (% of population) | Data. Acesso em: 26 out. 2026.

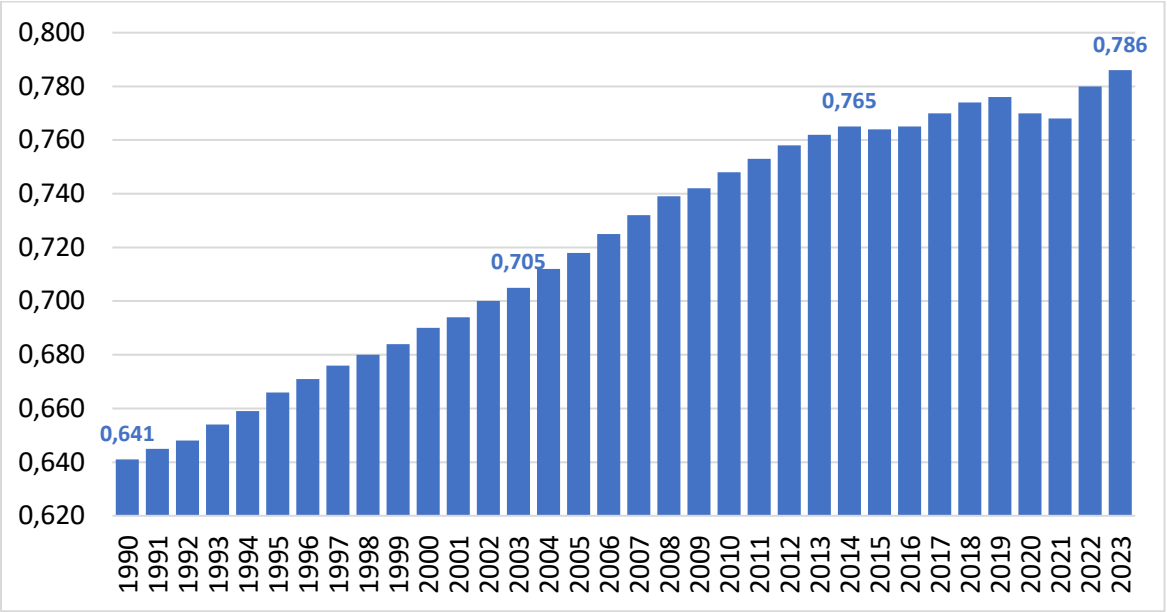
Brasil: Proporção de domicílios em situação de segurança e insegurança alimentar entre 2004 e 2024 em anos selecionados (% da domicílios)



Fonte: IBGE (2025).
Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44728-mais-de-dois-milhoes-de-lares-saem-da-inseguranca-alimentar-em-2024. Acesso em: 26 out. 2026.

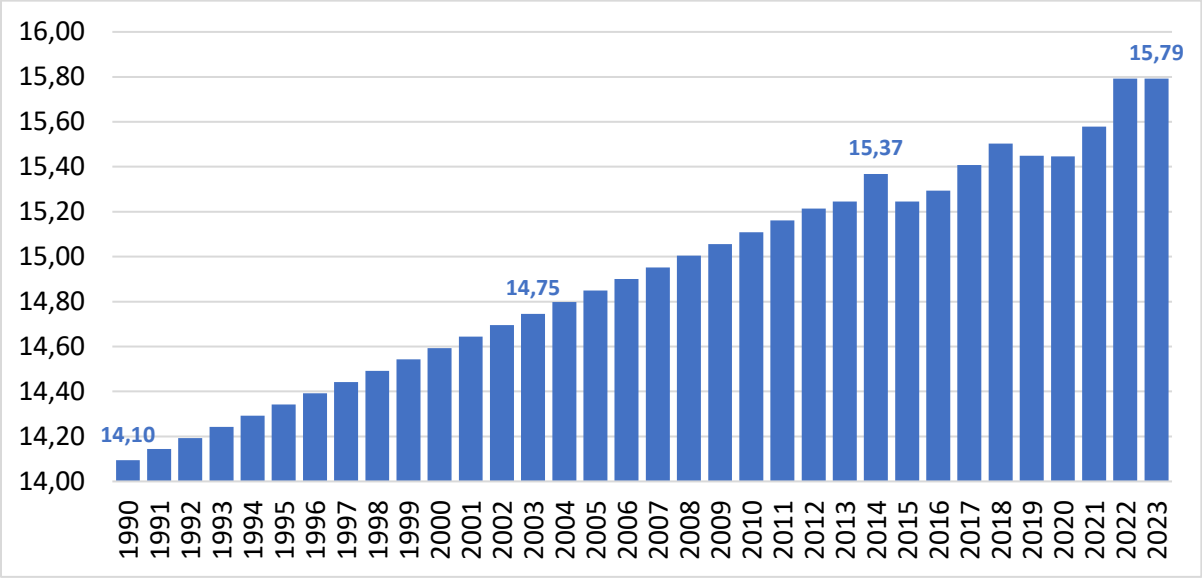
10. IDH[10]

Brasil: IDH entre 1990 e 2023



Fonte: ONU (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://hdr.undp.org/data-center/documentation-and-downloads. Acesso em: 26 out. 2026.

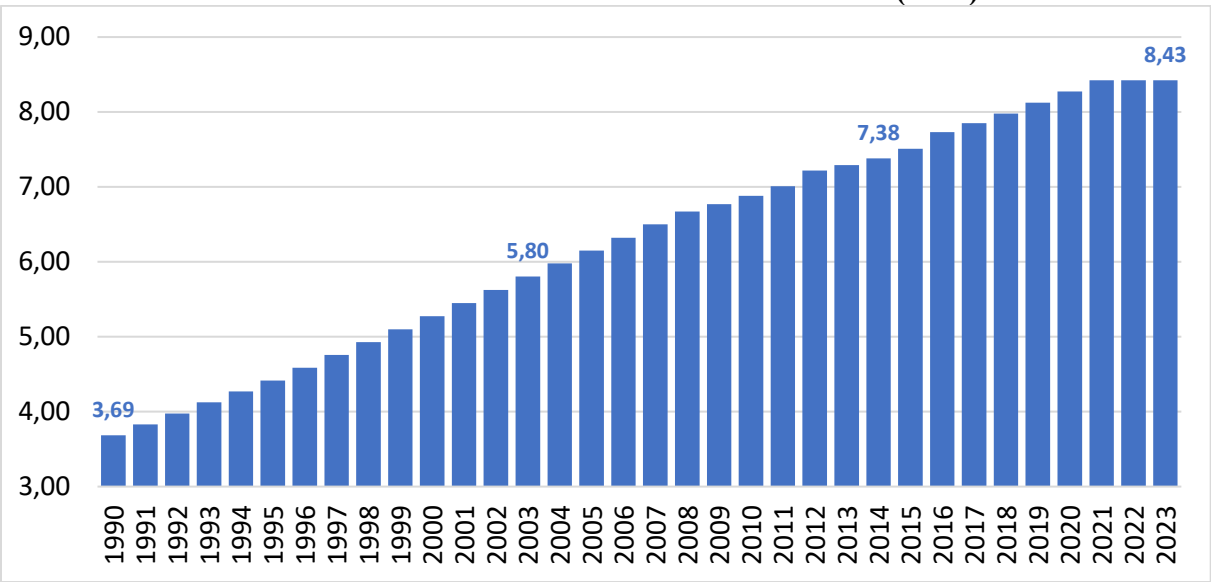
Brasil: Expectativa de anos de estudo entre 1990 e 2023 (anos)



Fonte: ONU (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://hdr.undp.org/data-center/documentation-and-downloads. Acesso em: 26 out. 2026.

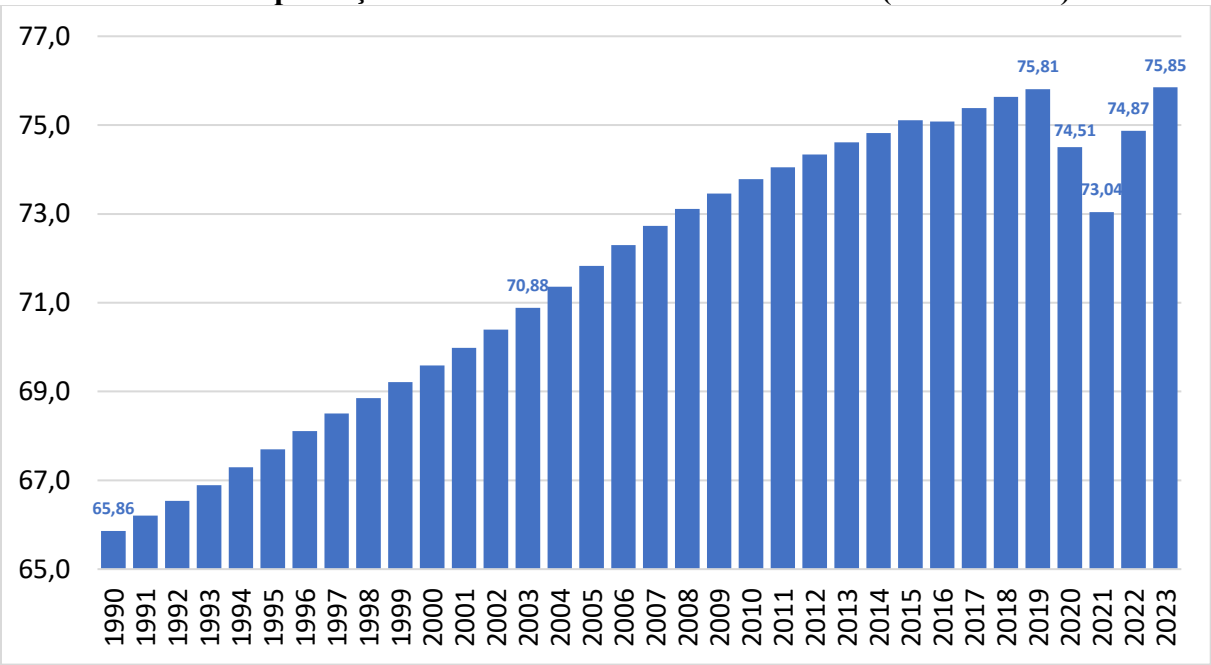
[10] Para uma análise do IDH brasileiro por município ver *Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus componentes: período de 2012 a 2024*, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 2026. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/publications/radar-idhm-evolucao-do-idhm-e-de-seus-componentes-periodo-de-2012-2024.

Brasil: Anos médios de estudo entre 1990 e 2023 (anos)



Fonte: ONU (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://hdr.undp.org/data-center/documentation-and-downloads. Acesso em: 26 out. 2026.

Brasil: Esperança de vida ao nascer entre 1990 e 2023 (anos de vida)



Fonte: ONU (2026). Elaboração própria.
Disponível em: https://hdr.undp.org/data-center/documentation-and-downloads. Acesso em: 26 out. 2026.